



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

João Filipe Pereira de Sousa

**A OPOSIÇÃO POLÍTICA AO ESTADO NOVO NO
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA. OS PERÍODOS
ELEITORAIS E A AÇÃO DO JORNAL *COMÉRCIO DO
FUNCHAL* (1945-1974)**

Dissertação de Mestrado em História, orientada pelo Professor Doutor
Fernando Tavares Pimenta, apresentada ao Departamento de História, Estudos
Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra

janeiro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

A OPOSIÇÃO POLÍTICA AO ESTADO NOVO NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA. OS PERÍODOS ELEITORAIS E A AÇÃO DO JORNAL COMÉRCIO DO FUNCHAL (1945-1974)

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira. Os períodos eleitorais e a ação do jornal <i>Comércio do Funchal</i> (1945-1974)
Autor/a	João Filipe Pereira de Sousa
Orientador/a(s)	Fernando Tavares Pimenta
Júri	Presidente: Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão Vogais: 1. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes (Arguente) 2. Doutor Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta (Orientador)
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Contemporânea
Data da defesa	21 de fevereiro de 2022
Classificação	18 valores



Ao meu padrinho José Miguel Laia, pelo apoio e carinho ao longo da minha jornada.

Ao meu avô João Luís de Sousa, natural da Ilha da Madeira, inspiração para esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste projeto só é possível graças ao apoio e acompanhamento que recebi de várias pessoas e entidades. Por esse motivo, gostava de expressar o meu sincero e profundo agradecimento.

Gostaria de começar por agradecer ao Professor Fernando Tavares Pimenta pelo apoio e o empenho com que se dedicou ao processo de orientação desta dissertação. A sua contribuição através de um acompanhamento atento e próximo, com a partilha de opiniões, de conselhos, de dicas e de conhecimentos, permitiu-me enriquecer este trabalho e torná-lo na análise complexa que aqui apresento.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, especialmente ao Daniel Oliveira e Jorge Cruz, pelo companheirismo com que me presentearam desde a licenciatura e pelo apoio nesta fase que partilhámos.

De seguida, queria expressar um agradecimento à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, instituição que me acolheu desde o primeiro dia e teve um papel preponderante na minha formação académica e pessoal. Aos professores, aos serviços e aos restantes elementos da instituição, estarei eternamente grato pelas oportunidades de crescimento, pelo alargamento de horizontes e pela aquisição de conhecimentos.

No seguimento das várias entidades e instituições, expresso também o meu profundo agradecimento aos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e Arquivo e Biblioteca da Madeira, pelo auxílio na recolha de informações e materiais fundamentais para a realização desta dissertação.

De forma especial, gostaria de agradecer a alguns elementos da minha família. Começando pela minha mãe Dília e pela minha irmã Sandra, sou grato pelo auxílio e acompanhamento que me ofereceram durante as diferentes fases da minha vida. Ao meu padrinho Miguel, gostaria de agradecer o contributo e a possibilidade que me conferiu de prosseguir os estudos através da sua presença, da dedicação e do apoio durante esta jornada. Ao meu avô João Luís agradeço as raízes madeirenses e a inspiração que suscitou o interesse pelo estudo desta temática.

Por fim, e não menos importante, agradeço com muito carinho à Matilde, a minha fiel companheira de luta, que esteve sempre pronta para me ajudar, e sem a qual o processo seria mais duro. Por todos os dias que esteve ao meu lado, motivando-me e trazendo-me luz, o maior obrigado que o coração pode dar.

RESUMO

Esta dissertação analisa o protesto político de oposição democrática ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira, tendo em consideração o período compreendido entre 1945 e 1974. Neste âmbito dá-se particular atenção aos períodos eleitorais, momentos em que existiu um maior relaxamento do aparelho repressivo do regime, permitindo uma certa visibilidade à atuação da oposição insular. Deste modo, procura-se compreender a especificidade da oposição madeirense, bem como a sua autonomia de ação, principalmente nas décadas de 1960 e 1970.

Se num primeiro tempo existe uma oposição tímida, sem grande atividade aparente, após as eleições legislativas de 1945 essa realidade vai se alterando progressivamente. Observa-se contudo uma oposição muito centrada em certas figuras de maior relevo, nomeadamente de João de Brito Câmara e Manuel Gregório Pestana Júnior. Com a liderança destas duas figuras, a oposição madeirense esteve associada à dinâmica do MUD, participou nas campanhas presidenciais do General Norton de Matos, em 1949, e do General Humberto Delgado, em 1958, tendo ainda apresentado candidatos pelo círculo eleitoral do Funchal, nas eleições legislativas de 1961. Na década de 1960 dá-se, porém, uma mudança geracional dentro da oposição, com a ascensão de um grupo de oposicionistas mais jovens, que participaram nas eleições Legislativas de 1969. Sobressaem aqui as figuras de Vicente Jorge Silva, José Manuel Barroso, António Loja e Fernando Rebelo.

Por fim, analisa-se a atividade jornalística do *Comércio do Funchal*, um periódico “refundado” em 1966/1967 por um grupo de jovens oposicionistas, liderado por Vicente Jorge Silva. O *Comércio do Funchal* terá uma posição crítica em relação ao regime, defenderá a autonomia regional, inserida num regime democrático, e estará ao lado da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira nas eleições Legislativas de 1969.

Palavras-chave: Autonomia Regional; *Comércio do Funchal*; Estado Novo; Madeira; Oposição Democrática.

ABSTRACT

This dissertation analyses the political protest of democratic opposition to the Estado Novo regime in the Archipelago of Madeira, taking into consideration the time period between 1945 and 1974. Within this scope, there's particular emphasis given to the electoral periods, when there were moments or relaxation of the repressive measures of the regime, allowing for a certain visibility to the insular resistance's actions. Thus, it attempts to understand the specificity of the resistance of Madeira, as well as its action autonomy, especially in the decades of 1960 and 1970.

If at first there's light opposition, without noticeable action, after the parliamentary elections of 1945 that reality starts progressively shifting. However, the resistance is mostly centred in certain relevant people, namely João de Brito Câmara and Manuel Gregório Pestana Júnior. With the leadership of these two figures, the madeiran political opposition was associated to the MUD dynamic, participated in the presidential campaigns of General Norton de Matos in 1949, and of General Humberto Delgado in 1958, having also introduced candidates from the electoral circle of Funchal in the parliamentary elections of 1969, where figures like Vicente Jorge Silva, José Manuel Barroso, António Loja and Fernando Rebelo stand out.

Lastly, the press activity of *Comércio do Funchal*, a newspaper "refounded" in 1966/1967 by a group of young oppositionists led by Vicente Jorge Silva, is analysed. *Comércio do Funchal* will hold a critical stance to the regime, it will support the regional autonomy inserted in a democratic regime, and will stand alongside the Democratic Electoral Commission of Madeira in the parliamentary elections on 1969.

Keywords: Regional Autonomy; *Comércio do Funchal*; Estado Novo; Madeira; Democratic Opposition.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO	ii
ABSTRACT.....	iii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. DO REVIRALHO ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1949. BREVE RETROSPETIVA DA OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO NA MADEIRA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	10
1.1. O Revirvalho e a Madeira na década de 1930.....	10
1.2. A Oposição Democrática na Madeira na década de 1940. O MUD e as eleições presidenciais de 1949.	20
CAPÍTULO 2. A OPOSIÇÃO AO SALAZARISMO NA MADEIRA NA DÉCADA DE 1950. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1958	28
2.1. A estruturação da oposição madeirense no início da década de 1950	28
2.2. As eleições presidenciais de 1958 e o apoio da oposição madeirense ao General Humberto Delgado	37
2.3. A Oposição democrática na Madeira após as eleições de 1958	48
CAPÍTULO 3. A OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA MADEIRENSE NA DÉCADA DE 1960.....	51
3.1. Contexto nacional e regional.....	51
3.2. As eleições legislativas de 1961	53
3.3. O apagamento político da oposição depois das eleições de 1961	57
3.4. A renovação da Oposição democrática na segunda metade da década de 1960.....	60
3.5. As eleições legislativas de 1969.....	62
CAPÍTULO 4. COMÉRCIO DO FUNCHAL: IMPRENSA OPOSICIONISTA MADEIRENSE (1968-1974).....	77
4.1. Refundação e primeira fase do <i>Comércio do Funchal</i> (1966-1968).....	77

4.2. A segunda fase do <i>Comércio do Funchal</i> . As eleições para a Assembleia Nacional de 1969.....	87
4.3. O <i>Comércio do Funchal</i> , a questão autonómica e a “Ala Liberal” (1970-1973).....	100
4.4. As eleições de 1973 e o bloqueio final de liberalização do regime.	109
4.5. O <i>Comércio do Funchal</i> e a revolução de 25 de Abril de 1974.....	111
CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA.....	121
FONTES ARQUIVÍSTICAS	123
FONTES IMPRESSAS	129
IMPrensa.....	130
LEGISLAÇÃO.....	130
SIGLAS	131

INTRODUÇÃO

Esta dissertação coloca em perspetiva o protesto político da oposição democrática ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira no período compreendido entre 1945 e 1974. Neste âmbito são tidos em particular consideração os períodos eleitorais, momentos em que o relaxamento do aparelho repressivo do regime permitia uma certa autonomia de ação aos meios oposicionistas insulares. Ter-se-á igualmente em consideração a atuação do semanário *Comércio do Funchal*, refundado em 1966/1967 por um grupo de jovens intelectuais favoráveis à democratização do Estado Português. Deste modo, visa-se estudar a agência política da oposição na Madeira, demonstrando a relevância da sua ação no plano insular, o grau de inserção no plano da oposição nacional e o seu impacto num âmbito mais vasto que não o estritamente regional.

Em termos cronológicos, optámos por não aprofundar o período anterior a 1945, ainda que façamos uma abordagem sintética ao mesmo no primeiro capítulo. As razões desta opção prendem-se com o facto de já haver vários estudos sobre as várias revoltas que eclodiram na Madeira na década de 1930. Optámos assim por tratar um período (1945-1974) ainda relativamente pouco estudado. Além disso, o protesto oposicionista construído a partir de 1945 – com o aparecimento do Movimento de Unidade Democrática (MUD) – teve uma natureza radicalmente diferente dos acontecimentos revolucionários da década de 1930. A partir de 1945 temos um protesto político, não revolucionário, que gradualmente se vai construindo em torno de algumas figuras respeitadas da sociedade insular, em especial de João de Brito Câmara. Um protesto particularmente visível nos períodos eleitorais. Depois, na década de 1960, com o *Comércio do Funchal*, o protesto oposicionista vai envolver uma geração intelectual mais jovem e mais à esquerda. Mas a luta continua no plano político, não evoluindo para um plano de revolta aberta contra a ditadura.

Neste sentido, a nossa dissertação tem como objetivo estudar a oposição insular, considerando a sua especificidade pelo afastamento geográfico da metrópole, bem como as suas características políticas *sui generis* devido a essa insularidade e à realidade administrativa própria do Arquipélago da Madeira, que então constituía um Distrito Autónomo à luz do Estatuto das Ilhas Adjacentes. Não sendo em rigor parte da metrópole, o arquipélago também não era uma colónia – mas sim uma realidade insular, em parte autónoma, em parte dependente do poder sediado em Portugal Continental. Por outro lado, na nossa perspetiva, o estudo da oposição na Madeira permite obter uma compreensão mais abrangente e descentrada do papel e da ação das diferentes oposições ao Estado Novo no período entre 1945 e 1974. No caso

madeirense, a oposição é definida por lutas e princípios muito próprios da sua realidade. Possivelmente, a condicionante mais marcante foi a questão autonómica, que condicionou a história do arquipélago desde o século XIX. A este respeito, importa referir que, em 1901, o Funchal passou a constituir um Distrito Autónomo, pelo menos do ponto de vista administrativo, à semelhança do que já acontecia em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo (Açores). A Primeira República possibilitou o incremento do protesto autonomista, criando expectativas rapidamente canceladas. Assim, um projeto elaborado por Pestana Reis, em 1922, embora repudiasse o separatismo regional, defendia a promulgação de um regime de autonomia política¹.

O golpe de 28 de Maio de 1926 alterou novamente a realidade política do país, influenciando a questão autonómica. Inicialmente ocorreram ligeiras ampliações na autonomia dos distritos insulares, com o Decreto nº 15.035, de 16 de fevereiro de 1928, e com o Decreto nº 15.805, de 31 de julho de 1928. Mas esta situação foi revertida na década de 1930. A 30 de abril de 1938, em concordância com o texto constitucional de 1933, é aprovada a Lei de Bases de Administração do Território das Ilhas adjacentes, através da lei nº 1967. A 22 de dezembro de 1939, segundo o decreto-lei nº 30.214, é aprovado o “Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes”, sendo revisto no ano seguinte, pelo decreto-lei nº 31.095, de 31 de dezembro de 1940, sendo este sucessivamente modificado. Apesar da consagração da designação “distrito autónomo” desta legislação, a Madeira nunca gozou de uma efetiva autonomia política, uma vez que a população não dispunha da faculdade de escolher os seus governantes. O governador civil era nomeado pelo governo central, em Lisboa, que em seu turno nomeava o presidente da junta geral, para um mandato de quatro anos. Era então uma autonomia meramente administrativa, sendo tudo realizado sob vigilância do Estado central. Sem participação da população no governo, o postulado de autonomia acabou por ser assumido pelos democratas da oposição ao Estado Novo, bem como pelo *Comércio do Funchal*, órgão regional com alcance nacional, que frisou a importância da formulação de um verdadeiro governo regional autónomo já na década de 1960.

No quadro do protesto político madeirense pós-1945, podemos identificar vários momentos ou fases. Um primeiro momento diz respeito ao aparecimento do MUD em 1945 e à emergência de João de Brito Câmara como principal dinamizador da oposição, a par de Manuel Gregório Pestana Júnior, um antigo republicano ligado à Revolta da Madeira de 1931. A partir das eleições legislativas de 1945, foi observado um progressivo crescimento dessa

¹PIMENTA, Fernando Tavares – “A Questão Autonómica na Madeira: Elementos para uma Reflexão”, Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, nº1, 2019, pp. 659-694.

oposição, expresso nas eleições presidenciais de 1949 e de 1958. Na década de 1960, a realidade política da oposição mudou significativamente, havendo uma mudança geracional. João de Brito Câmara faleceu no fim de 1967. Com a sua morte, a estrutura oposicionista passou a ser dominada por um grupo mais jovem, ainda que se tenham mantido politicamente ativas figuras mais velhas (como a sua esposa Maria Élia Brito Câmara e António de Sales Caldeira, companheiro oposicionista desde o início da década de 1950). Entre os jovens é de realçar a ação dos intelectuais ligados ao *Comércio do Funchal*, sendo este os casos de José Manuel Barroso e de Vicente Jorge Silva, mas também o jurista Fernando Pereira Rebelo (originário do Continente) e António Loja.

Estas individualidades fizeram parte da movimentação democrática ocorrida nas eleições legislativas de 1969, pertencendo ou apoiando a Comissão Eleitoral Democrática da Madeira (CEDM). A este respeito, importa referir que a oposição madeirense seguiu de forma clara as linhas orientadoras da Plataforma de São Pedro de Moel, inclusivamente a diretriz aplicada à formação de oposição única, para maior força política. Ao contrário do que aconteceu em certos círculos eleitorais do Continente, como em Lisboa, Porto ou Coimbra, a oposição madeirense optou pela união, harmonizando elementos de diferentes espectros políticos, mas que partilhavam os mesmos objetivos: a luta pelo fim do regime do Estado Novo e a autonomia da Madeira. Em sintonia com este processo, deu à estampa um “novo” *Comércio do Funchal*, reestruturado pelos oposicionistas José Manuel Barroso e Vicente Jorge Silva. O *Comércio do Funchal* era um jornal claramente contrário ao regime vigente, com a particularidade de ser um órgão de referência para a oposição nacional. Este jornal beneficiava da sua localização descentrada, longe de Lisboa, conseguindo passar pela censura, até ao limite do possível, dando apoio e visibilidade à oposição democrática madeirense por via da publicação de artigos e teses defensoras da democracia e da autonomia.

Em termos de estrutura, a dissertação está organizada em quatro capítulos, para além da introdução, da conclusão e da lista final de fontes e de bibliografia. Os primeiros três capítulos seguem uma ordem cronológica, incidindo em especial sobre os momentos eleitorais. O quarto capítulo tem um carácter temático, incidindo sobre a ação do *Comércio do Funchal*, em 1967-1974. A cronologia do estudo da oposição democrática madeirense baliza-se entre 1945 e 1974, havendo contudo uma pequena explicação dos acontecimentos ocorridos na década de 1930 no primeiro capítulo. O segundo capítulo tem como objeto as ocorrências oposicionistas da década de 1950, tendo como principal foco a ação de João de Brito Câmara. Brito Câmara, seguindo orientações do *Directório Democrato-Social*, tornou-se o líder de referência da oposição, interpretando diretamente os representantes do regime e demonstrado muitas das vezes o seu

desagrado para com estes. O oposicionista madeirense foi igualmente responsável pela organização da comissão distrital eleitoral de apoio à candidatura do General Humberto Delgado em 1958.

No terceiro capítulo analisamos primeiramente o papel da oposição nas eleições legislativas de 1961. Depois, de forma mais detalhada, analisamos o processo eleitoral de 1969, na qual a oposição constituiu a Comissão Eleitoral Democrática da Madeira (CEDM). É neste contexto que surgiu igualmente o renovado semanário *Comércio do Funchal*.

O quarto capítulo incide, como já referimos, na análise do *Comércio do Funchal*. Durante a leitura de todos os números existentes entre 1967-1974, observámos uma complexidade imensa de conteúdo, merecedora, por isso, de um tratamento específico. Pelo seu conteúdo político, o *Comércio do Funchal* teve um impacto nacional no final da década de 1960/início da década de 1970. Após um primeiro ano mais tranquilo, o semanário enfrentou a censura, tendo sido suspenso por cerca de meio ano, o que não significou, no seu regresso, uma alteração de conteúdos. Até à saída de Vicente Jorge Silva da direção, o que apenas ocorreu depois do 25 de Abril de 1974, o periódico madeirense manteve uma postura oposicionista bastante pragmática, mas firme, defendendo a democratização de Portugal. Durante a “Primavera Marcelista”, o *Comércio do Funchal* expôs as suas ideias e críticas ao governo de Marcelo Caetano e, no específico, sobre a governação do Distrito Autónomo do Funchal. Pugnou também pela autonomia regional. Por tudo isto, para além de ser uma fonte relevante de informação, foi um dos periódicos mais importantes da oposição portuguesa na fase final do Estado Novo.

Dito isto, observemos como a historiografia portuguesa e as restantes ciências sociais se debruçaram sobre a oposição política ao Estado Novo na Madeira. Em primeiro lugar, temos em atenção os estudos realizados por Irene Flunser Pimentel, Mário Matos e Lemos, Manuel Gonçalves Martins, Dawn Linda Raby e Luís Farinha sobre a oposição no plano nacional.

Manuel Gonçalves Martins, na sua obra *O Estado Novo e a oposição: 1933-1974*², explica as várias linhas oposicionistas existentes durante os anos em estudo. De facto, esta obra é possivelmente uma das mais completas no que diz respeito a um conteúdo mais “geral” sobre as ocorrências da oposição. O autor, numa primeira parte, define a natureza do regime salazarista. Depois, o autor indica e analisa as várias oposições existentes, deixando desde logo claro a amplitude do descontentamento em relação à ditadura. A obra procura apresentar as várias formas de descontentamento em todos os territórios do império português, iniciando pela

²MARTINS, Manuel Gonçalves – *O Estado Novo e a oposição: 1933-1974*. Sintra: PF, 2000.

questão colonial e avançando no capítulo seguinte para o estudo do descontentamento presente na metrópole.

A obra de Dawn Linda Raby, *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*³, trata-se de um dos trabalhos mais completos sobre a oposição nacional. É uma obra bastante pormenorizada sobre os diferentes movimentos antifascistas presentes em Portugal. Através do recurso a uma longa documentação e ao testemunho oral de indivíduos da oposição, é relatada a ação de liberais, socialistas, comunistas, católicos e militares dissidentes.

Outro trabalho que oferece uma visão de conjunto sobre a oposição e a sua ação no regime do Estado Novo é a obra *Oposição e eleições no Estado Novo*⁴, de Mário Matos e Lemos. Este livro foca-se nos momentos eleitorais e a presença da oposição nos mesmos, apresentando as ações levadas a cabo pela oposição, bem como o contexto que enquadrava cada uma das eleições. Mário Matos e Lemos tem também um outro estudo sobre o tema e que incide sobre todos os candidatos oficializados pela oposição para as eleições ocorridas no período do Estado Novo. Trata-se do dicionário *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*⁵, que é uma ferramenta essencial para descobrir, numa primeira etapa, as representações oposicionistas em cada círculo eleitoral, fornecendo dados biográficos dos candidatos. Ainda do mesmo autor, de teor mais específico, deve salientar-se o livro *1945: Estado Novo e oposição: Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*⁶. Esta obra aprofunda o conhecimento sobre a composição das listas entregues pelo MUD, sendo um trabalho complementar para o aprofundamento da ação deste movimento.

A obra *História da oposição à ditadura*⁷, de Irene Flunser Pimentel, é porventura o trabalho mais denso sobre a temática oposicionista a nível nacional, juntamente com o de Dawn Linda Raby. A autora agrega o período da ditadura militar ao Estado Novo, detalhando as movimentações da oposição no plano nacional. Os eventos revolucionários na Madeira, na década de 1930, são igualmente tratados. A obra acaba por se diferenciar das restantes devido à riqueza do detalhe do seu conteúdo.

³RABY, Dawn Linda – *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, 1990.

⁴LEMOS, Mário Matos e – *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República Divisão de Edições, 2019.

⁵LEMOS, Mário Matos e – *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário*. Lisboa: Texto Editores, 2009.

⁶LEMOS, Mário Matos e – *1945: Estado Novo e oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*. Coimbra: Palimage, 2018.

⁷PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014.

Referente ainda a um plano nacional, a obra de Luís Farinha, *O revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*⁸, constitui um importante trabalho sobre o chamado “Revirvalho”, que constituiu uma primeira fase da oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo, consistindo em tentativas de insurreição e de derrubar da ditadura. Sendo um trabalho específico na sua temática, acaba por contemplar uma realidade nacional da intervenção oposicionista, sendo assim uma das obras mais importantes para o estudo do tema.

No plano específico do estudo da oposição no Arquipélago da Madeira, é indispensável frisar a existência de grandes lacunas no plano historiográfico para o período posterior a 1940. Na verdade, os estudos são quase inexistentes para as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Ao invés, há um número significativo de estudos sobre as revoltas na Madeira na década de 1930. Salientamos, desde logo, o estudo de Célia Reis, *A Revolta da Madeira e Açores – 1931*⁹, que se debruça sobre o Revirvalho na Madeira, nomeadamente sobre a Revolta de 4 de Abril de 1931. A obra de João Soares, *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné – 4 de abril a 2 de maio de 1931*¹⁰, tem também o seu foco nos acontecimentos ocorridos na ilha da Madeira, sendo que ambas as obras se complementam em termos historiográficos. A obra de João Soares, para além da componente expositiva, inclui uma relevante componente documental, com legislação e notas oficiosas do governo, entrevistas favoráveis à ditadura, documentação oficial inglesa e ainda excertos de imprensa francesa e inglesa. A Revolta da Farinha, apesar de ter uma natureza diferente da rebelião reviralhista, também é abordada por João Soares, uma vez que aconteceu em 1931, tendo preparado o terreno para a rebelião de 4 Abril de 1931.

Sobre a última das revoltas da década de 1930 – a Revolta do Leite – destaca-se a obra de João Abel de Freitas, *A Revolta do Leite – Madeira 1936*¹¹. João Abel de Freitas analisa os acontecimentos relacionados com a agitação em torno dos laticínios e da legislação monopolista direcionada à mesma. O descontentamento dos populares levou a uma resposta dura por parte das forças do regime, sendo brutal e eficaz a repressão salazarista. O fim desta revolta marca uma “paragem” nas manifestações de descontentamento político e social na Madeira, havendo um silenciamento da oposição até 1945.

⁸FARINHA, Luís – *O revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

⁹REIS, Célia – *A Revolta da Madeira e Açores – 1931*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

¹⁰SOARES, João – *A revolta da Madeira: Açores e Guiné 4 de abril a 2 de maio de 1931*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979.

¹¹FREITAS, João Abel - *A revolta do leite: Madeira 1936*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

Para o período posterior a 1945, como já referimos, há um certo vazio historiográfico, apenas quebrado por algumas publicações sobre as eleições de 1969. Neste caso, destacamos a publicação do artigo de Gorete Silva, intitulado “As eleições legislativas de 26 de outubro de 1969 na Madeira”¹². Este artigo não se dedica exclusivamente ao papel da oposição em si, dando maior ênfase ao decorrer das eleições e apresenta o contexto as eleições a nível nacional. Trata-se de uma abordagem pioneira sobre o assunto e que nos foi útil na elaboração do capítulo 3.

Importa também citar os trabalhos de Rui Nepomuceno e de Fernando Tavares Pimenta. Ambos são autores de estudos sobre o processo autonómico da Madeira, mas nos mesmos existem algumas menções à oposição regional. Assim, *A conquista da autonomia da Madeira: os conflitos dos séculos XIX e XX*¹³, de Rui Nepomuceno, é uma pequena obra, com um conteúdo bastante relevante, importante para um trabalho sobre a Madeira. Já Fernando Tavares Pimenta, coautor do livro *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira. Das origens ao debate constitucional*¹⁴, redigiu um estudo aprofundado sobre o processo histórico da autonomia madeirense. São aqui retirados dados relevantes sobre a ligação da oposição regional à luta pelo alargamento da autonomia regional.

Paralelamente, importa referir também a publicação de uma pequena biografia de Manuel Gregório Pestana Júnior, intitulada *Pestana Júnior, "Profeta" Republicano*. Esta biografia é da autoria de Catarina Pestana Henriques e Aires Barata Henriques. Sobre Pestana Júnior, convém assinalar que estudou na Universidade de Coimbra, lugar onde se inseriu no seio da Carbonária coimbrã, estando envolvido no processo revolucionário da implantação da República, em 1910. Seguiu a vida política, chegando a ser Ministro das Finanças no governo dos “Canhotos”, em 1925. Com a queda da Primeira República, participou em ações do período do Revirvalho, nomeadamente na revolução de 3 a 9 de fevereiro de 1927, na Revolta do Castelo em 1928 e, por fim, na Revolta da Madeira de 1931. Nesta última, acabou por ser deportado, num primeiro tempo para o Campo de Concentração do Tarrafal, na Ilha de Santiago em Cabo Verde, e depois para a Ilha do Porto Santo, em 1932, ficando mais perto da família, na sua terra natal. Treze anos depois, Pestana Júnior voltou à atividade oposicionista, como será desenvolvido ao longo da dissertação.

¹²SILVA, Gorete – “As Eleições legislativas de 26 de Outubro de 1969, na Madeira”, *Islenha*, nº 57, 2015, pp. 18-64.

¹³NEPOMUCENO, Rui – *A conquista da autonomia da Madeira: os conflitos dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

¹⁴TORGAL, Luís Reis; CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira. Das origens ao debate constitucional*. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições, 2019.

Deve-se mencionar ainda a publicação de um artigo de caráter biográfico publicado na revista *Islenha*, intitulado “Pestana Júnior: Um Porto-Santense Notável”¹⁵, da autoria de Ana Maria Freitas Vieira. Um outro artigo biográfico, da autoria de Miguel França Dória, aborda a figura do opositor Fernando Pereira Rebelo, “Dr. Fernando Rebelo: 1919-2002”¹⁶.

Face a este cenário de carência em termos historiográficos – carência que pretendemos de alguma forma ajudar a colmatar -, baseamos o nosso estudo na leitura de fontes documentais de arquivo e também na análise da imprensa insular da época.

No que toca aos arquivos, foi consultada documentação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Neste sentido, nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo foram analisados os fundos do arquivo PIDE/DGS, mais precisamente a documentação referente à delegação/subdelegação do Funchal. Esta documentação revelou-se essencial para o processo de reconstituição histórica da oposição madeirense. Nesta documentação observamos principalmente relatórios enviados para a direção central em Lisboa, bem como correspondência recebidas desta. Foi igualmente utilizado o registo geral de presos, situado neste mesmo arquivo. Consultámos também o Arquivo Oliveira Salazar, nomeadamente correspondência entre o Presidente do Conselho de Ministros e os governadores civis sobre questões socioeconómicas. Foi ainda utilizado, para efeitos pontuais, o Fundo do Ministério do Interior, onde se retirou informação a propósito da “reintegração” de elementos envolvidos na Revolta da Madeira.

O Arquivo e Biblioteca da Madeira foi de grande importância, pois guarda documentação que se revelou indispensável para a elaboração deste trabalho. O fundo “Arquivo João de Brito Câmara” revelou-se crucial, pois continha informações sobre a oposição madeirense e a sua organização, a partir de correspondências e outra documentação relativa a esse líder opositor e a Pestana Júnior. A riqueza desta documentação demonstrou igualmente a influência de Brito Câmara, com a troca de cartas entre ele e figuras importantes do quadro político nacional. Ainda no Arquivo e Biblioteca da Madeira, foi possível analisar algumas notas biobibliográficas do fundo Luís Marino.

A imprensa insular revelou-se uma fonte imprescindível e rica em informação, nomeadamente o jornal *Comércio do Funchal* para o período entre 1967 e 1974. Para a restante cronologia foram analisados o *Jornal da Madeira*, o *Diário de Notícias* (da Madeira) e, ainda, o semanário *Voz da Madeira*. Estes três órgãos estavam politicamente próximos do Estado

¹⁵VIEIRA, Ana M. de Freitas – “Pestana Júnior: Um Porto-Santense notável”, *Islenha*, n.º 63, 2008, pp. 123–148.

¹⁶DÓRIA, Miguel França – “Dr. Fernando Rebelo: 1919-2002”, *Islenha*, n.º 33, 2003, pp. 4-31.

Novo, sendo que o *Jornal da Madeira* pertencia à diocese do Funchal e o *Voz da Madeira* era propriedade de Agostinho Cardoso, membro da União Nacional.

A junção de todos os núcleos documentais apresentados, acrescentando a imprensa insular, deu-nos informações e ferramentas para elaborar a dissertação, favorecendo a realização deste trabalho. Após a análise dos documentos, podemos concluir que há uma grande riqueza documental sobre o tema, pouco ou nada explorada até ao momento. O desafio – e o risco - assumido pela falta de bibliografia publicada, acabou por ser compensado e solucionado pela riqueza das fontes documentais.

CAPÍTULO 1. DO REVIRALHO ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1949. BREVE RETROSPETIVA DA OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO NA MADEIRA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Neste capítulo fazemos uma breve retrospectiva da evolução da oposição ao Estado Novo na Madeira, nas décadas de 1930 e 1940. Trata-se de um capítulo de cariz mais introdutório à história da oposição madeirense, que procura contextualizar e caracterizar as origens do protesto oposicionista na Madeira. Daí o seu carácter sintético, abrangendo um período temporal maior, de duas décadas. Além disso, focamos alguns aspetos que já foram objeto de investigação historiográfica, nomeadamente a questão da Revolta da Madeira, de 1931, e de outros levantamentos de carácter mais regional (Revolta da Farinha e Revolta do Leite). Por isso, procurámos ser mais sintéticos na análise desses aspetos, de forma a não repetirmos matérias que já foram previamente estudadas por vários investigadores. O capítulo está dividido em dois subcapítulos: o primeiro analisa a fase do Revirvalho, na década de 1930, focando de forma concisa os aspetos acima referidos relativos às revoltas contra a ditadura. O segundo subcapítulo analisa as movimentações oposicionistas na Madeira na década de 1940, nomeadamente após 1945. Neste caso, tem-se em particular atenção a atuação do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e os reflexos na Madeira das campanhas eleitorais para a Assembleia Nacional de 1945 e para a Presidência da República de 1949.

1.1. O Revirvalho e a Madeira na década de 1930

Em 28 de Maio de 1926, por meio de um golpe militar, foi posto termo ao regime da Primeira República Portuguesa. Os militares instalaram uma ditadura que, ao fim de alguns anos, evoluiu para o regime de ditadura civil conhecido por Estado Novo. O Estado Novo foi consagrado por uma nova constituição em plebiscito em 1933, mas os seus fundamentos começaram a ser preparados alguns anos antes, sobretudo após 1930, por António Oliveira Salazar, Ministro das Finanças e, depois, Presidente do Conselho de Ministros (1932) da ditadura. Salazar foi pois o artífice e ditador do Estado Novo. Os republicanos contrários à ditadura militar e ao Estado Novo procuraram desde cedo derrubar o regime ditatorial. Por isso, protagonizaram vários atos de revolta contra a ditadura. Esta fase, marcada por rebeliões e levantamentos, é conhecida por Revirvalho¹⁷ e prolongou-se até à primeira metade da década de 1930¹⁸. Dito isto, importa perceber a situação concreta no Arquipélago da Madeira durante o período da ditadura militar.

¹⁷Para maior aprofundamento sobre o tema, sugere-se a leitura de: FARINHA, Luís – *O revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

¹⁸PAULO, Heloísa (coord.) – *Memória das oposições: (1927-1969)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2010, p. 51.

Na Ilha da Madeira, a realidade socioeconómica vinha a deteriorar-se desde meados da década de 1920, em quase sintonia com a mudança política ocorrida do país. Desta feita, a população iria sofrer com vários acontecimentos e medidas lançadas pelo governo central em Lisboa. A Madeira, tendo um historial de pobreza no seio popular, vê-se afetada por uma grave crise económica em 1929. Tratava-se de uma consequência da Crise Americana do mesmo ano, com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que levou a um enorme período de recessão, sendo a sua influência à escala mundial. Desde logo, sendo os Estados Unidos da América um dos principais destinos dos bordados madeirenses (uma das principais fontes da dinamização económica da Madeira), a exportação baixou de forma significativa, sendo a sua principal razão a imposição de taxas alfandegárias elevadas sobre o produto¹⁹. A isto, somou-se a queda de duas casas bancárias, o que causará estragos importantes na economia da região, levando com elas as poupanças das pessoas que nelas tinham depositado o seu dinheiro, culminando na ruína das mesmas em 1930²⁰. Uma dessas instituições era a casa bancária Henrique Figueira da Silva que, à data, se apresentava como a maior casa bancária do Funchal. Nela existia um volume de depósito de 71 600 contos, ocupando o terceiro lugar a nível nacional em volume de depósitos, ficando à sua frente apenas o Banco de Portugal e o Banco Totta Açores²¹.

É pois neste contexto de acentuada crise económica e financeira que ocorreram os vários levantamentos que marcaram a história social e política na década de 1930. Contudo, apesar de todas as agitações serem dotadas da participação de uma parte significativa da população madeirense, e de todas demonstrarem descontentamento em relação ao regime, as várias revoltas tiveram origens e bases distintas entre si. Importa também referir que o descontentamento popular não tinha como principal alvo a natureza ideológica da ditadura. Esse descontentamento popular era sobretudo consequência da situação económica e social com que a região se deparava. A população, na sua maioria rural, jornaleiros por conta de outrem, sofreu diretamente com todos os decretos castradores, passando por dificuldades financeiras. A este respeito, Orlando Ribeiro afirma: “Embora rodeado de culturas ricas, o Vilão é quase sempre muito pobre”²². O “vilão” é o camponês madeirense, sujeito a uma vida de pobreza e exploração

¹⁹NEPOMUCENO, Rui – *A conquista da autonomia da Madeira: os conflitos dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006, p. 79.

²⁰VIEIRA, Alberto (coord.) – *História e autonomia da Madeira*. Funchal: SRE, 2001, p. 337.

²¹FREITAS, João Abel de – *A Madeira nos tempos de Salazar: a economia: 1926-1974*. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 42.

²²RIBEIRO, Orlando – *A ilha da Madeira até meados do século XX: estudo geográfico*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, p. 115.

económica, com um desenvolvimento social limitado, onde apenas 29,4% da população madeirense sabia ler e escrever, na década de 1930²³.

Tendo por base esta contextualização, é possível compreender as origens da Revolta da Farinha (1931). Esta foi uma reação de descontentamento popular ao Decreto nº 19 273, de 26 de janeiro de 1931²⁴. Este decreto entregou o monopólio da importação de cereais a um *trust* de moageiros madeirenses, ligados ao governo central por “vínculo político”²⁵. O “Decreto da Fome”, como foi apelidado na ilha, tornou-se bastante impopular, somando-se ao descontentamento provocado pela falência das instituições bancárias (a já mencionada Henrique Ferreira da Silva e a Casa Bancária Sardinha). A este respeito, Álvaro Vieira, Governador Civil do Funchal, reconheceu que a situação era de difícil resolução, dizendo que as instituições procuravam reaver os créditos e que muito da crise social estaria relacionada com “a disciplina dos camponeses, de tão estranha mentalidade”²⁶. Inclusivamente, a situação seria de tal ordem que, meses depois, a 30 de novembro de 1931, um grupo de comerciantes funchalenses enviou um “abaixo-assinado” a Salazar, então Ministro das Finanças, explicando a grave situação e pedindo auxílio perante as dificuldades vividas²⁷.

Neste sentido, a reação da população madeirense ao chamado “Decreto da Fome” foi rápida e veemente. No dia 6 de fevereiro de 1931 teve início a greve de estivadores, que se alastrou rapidamente à população funchalense, tornando-se numa greve geral. As moagens foram assaltadas e saqueadas por populares descontentes, sendo realizadas ainda várias manifestações e comícios. A liderança desta revolta concretizou-se pelo aparecimento espontâneo de chefias, sem quaisquer ligações ou preparações partidárias, ao contrário do que fora dito pelos partidários da ditadura, que afirmaram que os deportados republicanos e os numerosos democratas locais teriam feito parte da insurreição²⁸. Face à agitação, conhecida como Revolta da Farinha, o governo central decidiu suspender o decreto, mas sem deixar de lado as retaliações aos revoltosos. Nesse sentido, foi enviado para a Ilha da Madeira o navio de guerra “Vasco da Gama”, com as companhias de Caçadores 5 e Metralhadoras 1. Restabelecida a ordem, a população ficou ainda mais descontente com as violentas repressões levadas a cabo

²³FREITAS, João Abel de – *Ob. Cit...*, 2015, p. 158.

²⁴*Diário do Governo*, 1ª série, n.º 21/1931, 26 de janeiro de 1931, pp. 202-203.

²⁵TORGAL, Reis (coord); CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares - *Regionalismo e autonomia: os casos dos Açores e da Madeira: das origens ao debate constitucional*. Lisboa: AR – Divisão de Edições, 2019, p. 101.

²⁶AN/TT, PT/TT/AOS/D-G/6/2/5 – Crise económica da Madeira: 1931-1932, 2ª subdivisão: Carta de Álvaro Vieira a António de Oliveira Salazar, Ministro das Finanças, a 11 de dezembro de 1931.

²⁷AN/TT, PT/TT/AOS/D-G/6/2/5 – Crise económica da Madeira: 1931-1932, 2ª subdivisão: Carta assinada por um conjunto de empresários madeirenses, enviada a António de Oliveira Salazar.

²⁸SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, pp. 8-9.

pelo “Delegado Especial do Governo”, o Coronel Silva Leal. Será alvo também de descontentamento José Maria de Freitas, o então Governador Civil²⁹.

A suspensão do decreto foi temporária, visto que o Ministro da Agricultura, Coronel Henrique Linhares de Lima, anunciou a continuação do monopólio cerealífero³⁰. Os ânimos “aquecidos” pela “Revolta da Farinha” deixaram o terreno preparado para a ação revolucionária dos democratas presentes na ilha. Na verdade, havia um grande contingente de republicanos que havia sido deportado da “metrópole” para a Madeira nos primeiros anos da Ditadura Militar. Eram homens que se enquadravam politicamente no Revirvalho³¹. A Madeira surgia assim como um local de concentração de opositores ao regime. A preparação da revolta foi realizada por esses deportados, ganhando força e apoio popular devido à “Revolta da Farinha” e a sua repressão pela ditadura. Neste sentido, pelo facto de o monopólio cerealífero ver a sua continuidade confirmada pelo Ministro da Agricultura, foi realizada uma nova greve geral entre 4 e 9 de abril de 1931, acompanhando uma movimentação realizada por parte das forças militares. Inclusivamente, quando foi dada a ordem de contenção dos protestos por parte do Governador Civil, as forças da Infantaria 13 acabaram por confraternizar com os grevistas, desrespeitando as ordens. Apenas a polícia abriu fogo³².

Esta movimentação revolucionária foi organizada por figuras ligadas ao Revirvalho, algumas delas sendo inclusivamente madeirenses. O partido republicano mais influente na ilha era a União Liberal Republicana, liderada pelo engenheiro Cunha Leal. Este, que tinha estado deportado no Funchal pouco antes da insurreição, escapou para Espanha. Afirmou-se que o mesmo terá abandonado a ilha por considerar que, quando a revolução rebentasse, não deveria estar presente uma “tão conhecida e marcada figura política”³³. Contudo, foram os partidários de Cunha Leal que estiveram mais diretamente envolvidos na rebelião. Mas também participaram figuras de outros quadrantes políticos. Por exemplo, Manuel Gregório Pestana Júnior³⁴, do Partido Republicano da Esquerda Democrática. Natural do Porto Santo, o Dr.

²⁹PIMENTEL, Irene Flunser – *História da oposição à ditadura: 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2013, p. 101.

³⁰NEPOMUCENO, Rui – *Ob. Cit...*, 2006, p. 81.

³¹SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p. 8.

³²NEPOMUCENO, Rui – *Ob. Cit...*, 2006, p. 81.

³³SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1079, p. 9.

³⁴Nascido a 16 de agosto de 1886 na ilha do Porto Santo, Pestana Júnior foi um republicano convicto, tendo participado na atividade carbonária e na Maçonaria. Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi militante do Partido Republicano da Esquerda Democrática, tendo sido Ministro das Finanças em 1925. Após a queda da Primeira República, tomou o lado da oposição democrática, participando, ainda antes da instauração do Estado Novo, na Revolta da Madeira em 1931. Participou nas campanhas presidenciais de 1949, ao lado do General Norton de Matos, e de 1958, ao lado do General Humberto Delgado. Em 1961 fez parte da lista opositora, pelo círculo eleitoral do Funchal, ao lado de João de Brito Câmara e António Manuel Sales Caldeira. Faleceu a 19 de agosto de 1969.

Pestana Júnior teria, provavelmente, mais influência no Continente do que na própria ilha, tendo sido Ministro das Finanças do governo “canhoto” presidido por José Domingues dos Santos³⁵. Era igualmente maçom, tendo iniciado a sua atividade no ano de 1913, em Coimbra. Nesse mesmo ano exerceu a presidência do município do Funchal³⁶. Em todo o caso, o envolvimento de Pestana Júnior na preparação do movimento revolucionário não foi tão relevante quanto o dos partidários de Cunha Leal. Aliás, foi no próprio dia do início da revolta que Sargo Júnior, conterrâneo e camarada de partido, por indicação do General Sousa Dias, o convidou a participar na rebelião e a tomar parte na direção política do movimento. Apesar de duvidar do êxito do movimento, Pestana Júnior aceitou o cargo. Com esta decisão, Pestana Júnior procurou demonstrar que os valores que defendia estariam acima das probabilidades de vitória, lutando a favor dos ideais republicanos e democráticos. A figura do Capitão Frazão Sardinha, um madeirense que fora deportado para a própria terra, foi igualmente importante na condução do movimento. Frazão Sardinha tinha sido Governador Civil do Funchal, durante o consulado de Sidónio Pais. Tendo entrado em conflito com a ditadura militar, após 1926, foi deportado para a Madeira. De referir que, em 1931, haveria cerca de duzentos deportados políticos na Madeira (numa população de 210.000 habitantes). Na sua maioria, os deportados participam no movimento revolucionário³⁷.

Convém ainda salientar que a Maçonaria, tal como em toda a ação do Revirvalho, esteve presente na Revolta da Madeira, tendo a loja local “Liberdade” tido um importante papel de aglutinação e inserção social dos deportados políticos na sociedade madeirense.

A Revolta da Madeira, de 1931, foi encabeçada pelo General Sousa Dias³⁸. Militar de alta patente, encontrava-se no lado dos republicanos democratas desde o início da ditadura implantada em maio de 1926. Em 1931, o General Sousa Dias estava na ilha da Madeira, apesar de ser natural de Chaves³⁹. Isto deve-se ao facto de, por ter sido parte ativa do Revirvalho, participando na “Revolução” de fevereiro de 1927, ter sido decretada a sua deportação. Inicialmente, o General Sousa Dias foi enviado para a ilha de São Tomé. Depois, foi enviado para a Ilha do Faial, nos Açores. Em 1929, foi julgado no Forte da Graça, em Elvas, onde foi condenado a dois anos de prisão, aos quais lhe foi descontado o tempo passado no Faial, sendo

³⁵HENRIQUES, Aires Barata; HENRIQUES, Catarina Pestana – *Pestana Júnior: “profeta” republicano*. Pedrogão Grande: Vila Isaura, 2010, pp. 119-122.

³⁶HENRIQUES, Aires Barata; HENRIQUES, Catarina Pestana – *Ob. Cit...*, 2010, p. 94.

³⁷SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p. 10.

³⁸Para maior aprofundamento do tema, sugere-se a leitura da obra: MARQUES, A. H. de Oliveira – *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura: 1926-1931*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

³⁹VALENTE, Augusto J. Monteiro – *Em memória do General Adalberto Gastão Sousa Dias [in Revista Militar n° 2436, pp.19-37]*, 2005, p. 20.

fixada residência na mesma ilha. Em 1930 foi transferido, finalmente, para a Ilha da Madeira⁴⁰. Sendo uma figura bastante conhecida do seu tempo, e com valor reconhecido no que toca à ação oposicionista, foi a escolha clara para tomar as rédeas da revolta insular. De salientar, contudo, que o General Sousa Dias não confiava na vitória da oposição, se o movimento se limitasse à Madeira. E, em caso de derrota, antevia uma forte repressão por parte do governo central⁴¹.

Assim, a revolta envolveu um conjunto heterogéneo de opositores ao regime: militares, grupos de republicanos liberais moderados ligados a Cunha Leal, republicanos democráticos – alguns com ligação a Norton de Matos, maçonaria, etc⁴². Os rebeldes tomaram com alguma facilidade o poder na ilha, tendo aliás obtido o apoio de parte significativa da população. Depressa se constituiu um governo provisório, paralelo ao de Lisboa. O governo provisório era presidido pelo General Sousa Dias, apoiado por duas subsecretarias de Estado: a da Economia Pública entregue ao Dr. Pestana Júnior, e a do Comércio e Comunicações, entregue ao Capitão e Engenheiro Frazão Sardinha, ambos madeirenses⁴³. A “República da Atlântida”, como lhe chamava a Liga de Paris, procurou solucionar os problemas económicos da ilha, como também restaurar a normalidade constitucional⁴⁴. Assim, desde cedo se assistiu à tentativa de mudança, com legislação revolucionária publicada em Boletins Oficiais, impressos no Funchal, desde 11 de abril de 1931. A legislação publicada tinha uma clara dimensão social, desde logo, com a revogação do Decreto nº 19 273 de 22 de janeiro de 1931, o polémico “decreto da fome”. Foi também concedida uma moratória de 90% para pagamentos representados para efeitos comerciais, sendo ainda disponibilizada uma linha de crédito de mil contos a favor da indústria dos bordados. Assistimos assim a uma ação direta da oposição no desejo de melhorar as condições sociais e económicas do arquipélago. De referir que se tomou também a decisão de se fazer obras no porto do Funchal, o que implicou a contratação de mão-de-obra local, ajudando nos números do desemprego⁴⁵.

A Revolução da Madeira de Abril de 1931 teve reflexos em vários pontos do país insular e ultramarino, ainda que tenha falhado o seu objetivo de derrubar a ditadura. Na verdade, a rebelião na ilha não foi acompanhada por qualquer levantamento no território de Portugal Continental. Em todo o caso, a revolta alastrou aos Açores em 8 de abril, começando em Ponta Delgada⁴⁶. A repercussão nas colónias foi menor, ficando restrita à Guiné, a 17 de abril, um dia

⁴⁰VALENTE, Augusto J. Monteiro – *Ob. Cit...*, 2005, p. 27.

⁴¹SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p.12.

⁴²PAULO, Heloísa (coord.) – *Ob. Cit...*, 2010, p. 57.

⁴³SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p. 13.

⁴⁴PIMENTEL, Irene Flunser – *Ob. Cit...*, 2013, p. 102.

⁴⁵SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, pp. 52-57.

⁴⁶SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p. 30.

antes da rendição dos revoltosos em Ponta Delgada. Na ilha Terceira a rendição aconteceu a 19 de abril⁴⁷. Apesar da declarada vontade por parte da Junta Revolucionária da Madeira, que mandara um telegrama sobre o assunto a 23 de abril, a expansão do movimento a Angola não aconteceu⁴⁸. Em Cabo Verde houve uma tentativa infrutífera de expansão da rebelião por parte dos rebeldes que estavam na Guiné. Aliás, a rebelião na Guiné será a última a ser vencida pelo regime, mais concretamente a 6 de maio de 1931, ou seja, quatro dias após o fim da Revolta na Madeira⁴⁹.

A derrota da Revolta da Madeira aconteceu devido à forte reação repressiva da ditadura, que enviou forças militares para debelar os focos de rebelião, nomeadamente para a Madeira. Ao mesmo tempo, no Continente, teriam sido levadas a cabo numerosas prisões preventivas, entre as quais a do General Norton de Matos, de forma a evitar o alastramento da rebelião⁵⁰. A superioridade militar das forças da ditadura conduziu à rendição dos revoltosos na Madeira⁵¹. Sendo este um episódio bem conhecido do Revirvalho, não iremos aprofundar o assunto de forma detalhada, pelo que nos limitamos a tecer apenas mais algumas considerações. Desde logo, importa frisar que, aos revoltosos, foi-lhes destinada a deportação para as colónias portuguesas. O General Sousa Dias foi enviado para Cabo Verde, para o campo de concentração de São Nicolau⁵². Poucos anos depois da revolta, em 1934, faleceu no Arquipélago de Cabo Verde na ilha de São Vicente, acreditando até ao fim que deixara um legado na história da resistência democrática⁵³. A maioria dos rebeldes teve o mesmo destino em termos de deportação, sendo enviados para o Arquipélago de Cabo Verde. O Dr. Pestana Júnior foi deportado para a ilha do Sal. No entanto, segundo o seu filho, Francisco Pestana, o oposicionista terá negado o convite de António de Oliveira Salazar para aderir ao Estado Novo, ainda que reconhecendo a este a qualidade como profissional na área económico-financeira⁵⁴. De referir que alguns rebeldes conseguiram fugir, passando a viver na clandestinidade ou exilando-se no estrangeiro⁵⁵.

Em 1932, ano seguinte à Revolta da Madeira, circularam rumores sobre uma reintegração dos militares implicados na mesma⁵⁶. Confirmou-se então, no dia 5 de dezembro

⁴⁷SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, pp. 37-38.

⁴⁸SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p. 41.

⁴⁹PIMENTEL, Irene Flunser – *Ob. Cit...*, 2013, p. 105.

⁵⁰SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p. 15.

⁵¹SOARES, João – *Ob. Cit...*, 1979, p. 20.

⁵²VALENTE, Augusto J. Monteiro – *Ob. Cit...*, 2005, p. 30.

⁵³VALENTE, Augusto J. Monteiro – *Ob. Cit...*, 2005, p. 31.

⁵⁴HENRIQUES, Aires Barata; HENRIQUES, Catarina Pestana – *Ob. Cit...*, 2010, p. 174.

⁵⁵NEPOMUCENO, Rui – *Ob. Cit...*, 2006, p. 92.

⁵⁶AN/TT, PT/TT/MI-GM/4-45/38 - Correspondência recebida e expedida sobre assuntos do Distrito do Funchal: Boato sobre a reintegração dos militares implicados na Revolta da Madeira.

desse mesmo ano, segundo o Decreto n.º 21.943⁵⁷, uma amnistia geral a um grande número dos intervenientes. Porém, para além do decreto citado, saiu igualmente, nesse mesmo diploma, uma lista de políticos excluídos da amnistia. Estes teriam que se manter fora do território nacional por dois anos. No entanto, encontramos casos onde, na realidade, a deportação apenas se resumiu a uma mudança de residência dentro dos territórios administrados pelo governo central. O madeirense Pestana Júnior, presente nesta lista, teve sua residência fixa dentro do arquipélago, na ilha do Porto Santo, onde ficou até 1935⁵⁸. Esta mesma figura será deveras, uma personagem inspiradora para a oposição democrática regional. Ao voltar à ilha da Madeira, estará cerca de dez anos sem ações na área política. A razão liga-se ao estado vegetativo da oposição durante os anos seguintes às revoltas, principalmente a partir da última ocorrência em 1936. O posicionamento de Pestana Júnior acabou por espelhar o sentimento comum da população isleña, tornando-se politicamente ativo apenas a partir de 1945, com a dinâmica criada pelo MUD⁵⁹.

Tal como afirmado por João Abel de Freitas, Presidente da Junta Geral do Funchal em 1935, a Madeira em 1931 vivia uma profunda crise económica e social, agravada pelo “Decreto da Fome”, o que terá criado as condições propícias ao lançamento do movimento revolucionário.

Contudo, a repressão da Revolta da Madeira não colocou termo à grande agitação política e, sobretudo, social na Madeira. Até 1936 aconteceram mais dois levantamentos populares – a Revolta do Açúcar (1934) e a Revolta do Leite (1936). Em 1934, o descontentamento foi alimentado por novas medidas apontadas pelo governo estado-novista, desta vez sobre o regime sacarino, que favorecia o monopólio da fábrica do Torreão, controlada pela família britânica Hinton⁶⁰. Esta família era detentora de um grande capital, presente e investido na ilha. Seria uma família de tal forma influente, que José Nosolini a mencionou em variados relatórios a Salazar; um em especial indica que as ilhas Desertas seriam propriedade da família Hinton, sendo proposto pelo Governador a aquisição das mesmas e a sua transformação num povoado⁶¹. A grande influência do capital internacional no arquipélago encontra-se aqui bem representada, uma vez que esta família teve uma importância clara

⁵⁷*Diário do Governo*, 1ª série, 1º Suplemento, n.º 284/1932, 5 de dezembro de 1932, pp. 5-6.

⁵⁸HENRIQUES, Aires Barata; HENRIQUES, Catarina Pestana – *Ob. Cit...*, 2010, p. 179.

⁵⁹HENRIQUES, Aires Barata; HENRIQUES, Catarina Pestana – *Ob. Cit...*, 2010, p. 181.

⁶⁰NEPOMUCENO, Rui – *Ob. Cit...*, 2006, p. 93.

⁶¹AN/TT, PT/TT/AOS/D-G/6/2/12, 2ª subdivisão – Correspondência enviada por José Nosolini a António de Oliveira Salazar, sobre o “Território das Desertas”.

durante todo o período do Estado Novo, na Madeira. O levantamento popular – uma espécie de tumulto – foi debelado pelas forças da ordem, sem necessidade de reforços continentais.

Diferente foi a situação em 1936, com a chamada “Revolta do Leite”⁶², que constituiu uma verdadeira insurreição popular contra os monopólios. De facto, o decreto-lei n.º 26 655⁶³, de 4 de junho de 1936, formalizou a instituição do monopólio dos lacticínios, através da Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira, beneficiando principalmente a firma Martins & Rebelo e a fábrica Burnay⁶⁴. O decreto criou um fosso económico e social elevadíssimo, pois a pecuária era uma das principais atividades económicas da ilha da Madeira, envolvendo milhares de pessoas, sobretudo pequenos produtores⁶⁵. À época, cerca de trinta mil vacas leiteiras eram criadas pelos camponeses e muito do leite ordenhado servia para a produção de manteiga, sendo produzidas cerca de oitocentas e quarenta toneladas por ano em sessenta e quatro fábricas, complementadas por 1108 postos de desnatção. Com a promulgação do decreto, a Junta dos Lacticínios passou a dirigir todo o processo produtivo. Determinava assim os preços do leite a pagar aos produtores e administrava os postos de desnatção. Todavia, a manipulação dos preços por parte da Junta dos Lacticínios afetou negativamente tanto os produtores de leite, como os pequenos industriais da manteiga. Além disso, foi limitado o número de postos de desnatção a trezentos e vinte, o que obrigou ao encerramento de cerca de oitocentos postos, lançando uma massa significativa de trabalhadores para o desemprego⁶⁶.

Foi neste contexto que a revolta camponesa teve o seu início, especialmente no norte da ilha, no concelho de Santana. No dia 29 de junho de 1936, foi impedido o transporte de manteiga para o Funchal, por um grupo de agricultores desse concelho. A situação foi desbloqueada momentaneamente pelo padre César Miguel Teixeira da Fonte, mas, cerca de um mês depois, aproximadamente quatro mil agricultores manifestaram-se contra o monopólio do leite, na freguesia do Faial. No dia seguinte houve uma nova manifestação com cerca de cinco mil populares. Foram organizadas comissões para negociar com as autoridades o término do monopólio e o regresso à realidade anterior à promulgação do decreto. Assim, a revolta acabou por se alastrar ao restante território da ilha, especialmente a Machico, à Ponta do Sol, aos Canhas e à Ribeira Brava. No Funchal, por sua vez, houve uma greve dos produtores de leite e a população assaltou alguns estabelecimentos e fábricas de manteiga. As autoridades reagiram

⁶²Para aprofundamento deste tema, sugere-se a leitura de: FREITAS, João Abel de - *A revolta do leite: Madeira 1936*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

⁶³*Diário do Governo*, 1ª série, n.º 130/1936, 4 de junho de 1936, pp. 1-7.

⁶⁴TORGAL, Luís Reis (Coord.); CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – Ob. Cit., 2019, p. 102.

⁶⁵TORGAL, Luís Reis (Coord.); CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – Ob. Cit., 2019, p. 103.

⁶⁶NEPOMUCENO, Rui – *Ob. Cit...*, 2006, pp. 93-94.

de forma extremamente violenta, tendo o governo central enviado forças militares, particularmente os navios de guerra Gonçalves Zarco e Bartolomeu Dias. Reforçou igualmente o contingente policial com agentes da polícia política. A repressão foi violentíssima, tendo sido presas centenas de pessoas, entre as quais o padre Teixeira da Fonte. Houve ainda dezenas de feridos e vários mortos, no seguimento dos confrontos entre as forças do regime e a população. No fim, alguns dos presos foram enviados para os Açores, outros deportados para o Campo do Tarrafal, em Cabo Verde⁶⁷. Esta foi a última insurreição popular dos anos trinta na Madeira. Representou também um ponto de viragem na história social da ilha. A repressão do regime impôs a “calmaria social”. A oposição local tinha sido reprimida após a revolta de 1931 e a população madeirense no geral sofreu durante a violência da repressão da Revolta do Leite. Este levantamento deixou também um pesado encargo financeiro aos madeirenses. Isto porque o decreto-lei nº 26.982⁶⁸, do dia 5 de setembro de 1936, estabeleceu o pagamento de todas as despesas resultantes dos levantamentos populares, especialmente pelos residentes dos municípios onde houve distúrbios e destruição de bens. O decreto acabou por aumentar significativamente a já elevada carga fiscal da ilha, o que prejudicou o crescimento da economia insular⁶⁹.

Face a isto, nem as chefias republicanas presentes no arquipélago, nem a população no geral terão tido forças para “levantar a cabeça” durante longos anos. A memória viva da repressão teve um “efeito” sedativo sobre a população, vergando-a às políticas autoritárias da ditadura. Sobre os madeirenses, Salazar escreveu, em 1935, numa carta dirigida a João Abel de Freitas, Presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal, o seguinte:

*Em tôda a parte há gente que não sabe agradecer, mas uma terra inteira, cheia de benefícios e desconhecedores deles, só a Madeira. E porquê? Porque no fundo deseja o que não pode ter, quer o que não é capaz de realizar e faz ideia de que é ao Govêrno que cabe a responsabilidade dos erros e dos crimes praticados pelos seus naturais.*⁷⁰

Com esta base argumentativa, Salazar deixa claro que, segundo ele, a população madeirense é a principal responsável pelas dificuldades económicas e financeiras vividas no

⁶⁷NEPOMUCENO, Rui – Ob. Cit..., 2006, pp. 94-96.

⁶⁸*Diário do Governo*, 1ª série, n.º 209/1936, 5 de setembro de 1936, p. 5.

⁶⁹TORGAL, Luís Reis (Coord.); CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – Ob. Cit., 2019, pp. 103-104.

⁷⁰AN/TT, PT/TT/AOS/D-G/6/2/7 – Crise económica da Madeira: 1935, 2ª subdivisão: Carta enviada por Oliveira Salazar para João Abel de Freitas, a 23 de maio de 1935.

arquipélago, não a considerando merecedora da ação tida por benéfica do governo do Estado Novo. Uma visão certamente distorcida da realidade.

1.2. A Oposição Democrática na Madeira na década de 1940. O MUD e as eleições presidenciais de 1949.

A Segunda Guerra Mundial influenciou a realidade política portuguesa. Com a vitória dos Aliados em 1945, geraram-se grandes expectativas de democratização do regime, ou mesmo a sua remoção, em sintonia com a vitória das democracias na Europa Ocidental. O *Diário de Notícias* demonstrou um contentamento nítido, pelo final da guerra, mediante a publicação do artigo “O nosso regozijo”, onde é dito que o retorno da paz “ao seio do velho continente” é motivo de “júbilo e alegria”, congratulando a “nação que mais diretamente se acha ligada à História, à Tradição e à Política Externa de Portugal”, o Reino Unido⁷¹. Muitos democratas portugueses acreditaram então que seria impossível a manutenção de um regime autoritário em Portugal⁷². No entanto, a democratização do regime foi travada por posicionamentos favoráveis ao Estado Novo. O regime ficou protegido por uma estratégia política, na qual os líderes dos países ocidentais não priorizaram a extinção das ditaduras na Península Ibérica. Esta ação entrava no plano de contenção do comunismo soviético, considerando assim que Portugal e as suas ilhas atlânticas seriam um “reduto que não convinha abalar”. Em 1948, por exemplo, o Partido Trabalhista inglês concluiu que o regime português liderado por Salazar não deveria ser visto como “uma” variante do fascismo⁷³.

Em todo o caso, a guerra e a derrota do fascismo e do nazismo permitiu uma recomposição dos setores de oposição ao Estado Novo. Depois da derrota do Revirinho na década de 1930, o Partido Comunista Português, na ilegalidade, continuou a sua luta contra o regime. Em 1943, é formado na clandestinidade o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF)⁷⁴. Este movimento era organizado por diversas figuras de diferentes quadrantes políticos, todos eles oposicionistas, incluindo representantes da *Seara Nova* e da ilegalizada Maçonaria, personalidades independentes e membros do PCP⁷⁵. O MUNAF foi, porventura, o embrião da frente oposicionista aparecido em 1945. Como afirmou Mário Soares, o fim da guerra na Europa, acompanhado das manifestações populares pelo país, marcariam o

⁷¹*Diário de Notícias* (Madeira), nº 21511, 9 de maio de 1945, p. 1.

⁷²MARTINS, Manuel Gonçalves – *O Estado Novo e a oposição: 1933-1974*. Sintra: PF, 2000, p. 260.

⁷³RAMOS, Rui (coord.) - *História de Portugal*. Lisboa: A esfera dos livros, 2009, pp. 667-668.

⁷⁴PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX. Estado-Império de Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010, p. 81.

⁷⁵LEMOS, Mário Matos e – *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, 2012, p. 70.

despertar de uma nova fase política. Segundo o seu testemunho, julgava-se que “o fim da guerra implicaria, necessariamente, uma mudança institucional”, ou seja, “o fim do chamado Estado Novo e o regresso do país a uma vida democrática”⁷⁶. Esta transformação acabou por ser adiada, mantendo-se por mais trinta anos o regime autoritário salazarista. As prometidas “eleições livres” no pós-Segunda Guerra Mundial foram, na verdade, controladas e manipuladas pela ditadura, contrariando assim as promessas de Salazar que teria afirmado que as eleições legislativas de 1945 seriam “tão livres como na livre Inglaterra”⁷⁷.

Em todo o caso, a oposição organizou-se para ir a eleições e disputar o terreno político à União Nacional⁷⁸, constituindo um movimento unitário denominado de Movimento de Unidade Democrática (MUD)⁷⁹. Porém, sem tempo de real preparação⁸⁰, a oposição acabou por desistir de ir às urnas, denunciando a ausência de garantias de democracia do ato eleitoral⁸¹.

Claramente, quer a guerra mundial, quer o aparecimento do MUD em 1945 tiveram reflexos no plano regional da Madeira⁸². A guerra acentuou a crise económica no arquipélago, uma vez que o conflito fragilizou o mercado europeu, travando as exportações para os países pertencentes ao velho continente. Esta situação prejudicou muitas empresas madeirenses, algumas das quais tiveram que encerrar. Consequentemente, o desemprego cresceu exponencialmente na ilha, levando consigo mais famílias à pobreza. Para além disso, o seu isolamento e a reduzida dimensão do território implicavam uma necessidade maior de abastecimento externo de bens alimentares e matérias-primas. Com o início da guerra, os transportes marítimos internacionais tornaram-se raros, reduzindo a sua presença na ilha significativamente. Nos anos prévios ao início da Segunda Guerra Mundial, a frequência de navios internacionais era notável, sendo apenas 19% dos navios atracados de origem portuguesa, ao passo que a proporção de navios ingleses atracados era de 41%. Com a explosão bélica na Europa, a quantidade de navios britânicos baixou para 4,2%, passando a frota portuguesa a dominar o porto do Funchal, com 86,5%. Face a esta realidade, durante a primeira metade da década de 1940, a ilha foi duramente afetada por um défice cerealífero, principalmente milho, essencial na base alimentar madeirense, culminando na fome

⁷⁶SOARES, Mário – *Portugal Amordaçado*. Lisboa: Arcádia, 1974, p. 89.

⁷⁷Entrevista ao *Diário de Notícias* e ao *Século*, publicada no dia 15 de novembro de 1945 no *Diário de Notícias* (Madeira). *Diário de Notícias* (Madeira), n.º 21691, 15 de novembro de 1945, p. 1.

⁷⁸O MUD foi autorizado a concorrer nas eleições legislativas de 1945 pelo decreto-lei n.º 34 938: *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 213/1945, 22 de setembro de 1945.

⁷⁹LEMOS, Mário Matos e – *Ob. Cit...*, 2012, p. 69.

⁸⁰PIMENTEL, Irene Flunser – *Ob. Cit...*, 2013, pp. 220-221: a três dias das eleições, no dia 15 de novembro de 1945, a comissão de inquérito do Ministério do Interior devolveu as listas ao MUD.

⁸¹SOARES, Mário – *Ob. Cit...*, 1974, p. 51.

⁸²Para maior aprofundamento, sugere-se a leitura da seguinte obra: FREITAS, João Abel de - *A Madeira na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

generalizada da população. Algumas exportações para os EUA e Canadá acabaram por aliviar a economia insular, destacando-se a exportação de bordados, obras de vime e vinho, mesmo que de forma irregular devido ao condicionalismo dos transportes⁸³.

O final da Segunda Guerra Mundial permitiu uma ligeira melhoria da situação económica e social no arquipélago, ao mesmo tempo que permitiu uma ténue abertura do regime à oposição local. Em 1945, devido à amnistia dada pelo regime, um conjunto de opositores presos por reações contra o regime foram libertados, incluindo alguns da época da Revolta da Madeira. A este respeito, foi possível localizar dois capitães envolvidos nessa rebelião, amnistiados nessa mesma data, sendo estes Cândido Augusto Pereira e Ernesto da Ressurreição Borges Acciaiolly, ambos deportados no Porto Santo⁸⁴. Num relatório posterior, averiguou-se que Ernesto Acciaiolly acabaria por se aproximar do regime salazarista. Após a sua amnistia, foi reintegrado no exército português em 1946, prestando serviço no comando territorial de Angola e como comandante da Guarda-Fiscal em Luanda. Regressou mais tarde à metrópole, onde fez parte de uma comissão de reestruturação da Guarda-Fiscal no Ultramar. Por fim, acabou por voltar à ilha da Madeira, onde, à data de 30 de agosto de 1966, chefiava a 3ª secção do Distrito de Recrutamento e Mobilização, no Comando Territorial do Funchal. Foi descrito como detentor de boas qualidades de trabalho e morais, sendo um leal colaborador de todas as repartições do Estado Novo, tendo um estreito entendimento e colaboração com os mesmos⁸⁵. Este caso serve para ilustrar a evolução feita por alguns opositores à ditadura no sentido de uma aproximação ao Estado Novo. Mas não foi o caso de muitos outros opositores, como por exemplo Pestana Júnior, que se mantiveram, até à morte, na oposição ao Estado Novo⁸⁶.

⁸³FREITAS, João Abel de – *Ob. Cit...*, 2015, pp.75-81: Com o término da Segunda Guerra Mundial, o governo salazarista investiu na região, apoiando obras públicas, lançadas pela Câmara do Funchal e pela Junta Geral do Distrito, ainda durante a guerra. Outros investimentos governamentais tiveram como objetivo fomentar a economia, como obras de foro hidráulico, hidroelétrico e agrícola.

⁸⁴AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Carta enviada pelo chefe da delegação do Funchal Manuel Vilão Figueiredo, a 8 de junho de 1953, para a direção da PIDE em Lisboa.

⁸⁵AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974): Carta enviada pelo chefe da subdelegação do Funchal, a 30 de agosto de 1966, para a direção da PIDE, em Lisboa.

⁸⁶De realçar igualmente que Pestana Júnior, também deportado em Porto Santo, fazendo parte da lista que acompanhava o Decreto nº 21.943, de 5 de dezembro de 1932, onde estavam nomeados os indivíduos que mantinham a pena pelos atos contra o regime por mais dois anos, acabou por findar a sua condenação antecipadamente, antes mesmo dos dois capitães mencionados anteriormente.

Por outro lado, a criação do MUD, em 1945, suscitou o aparecimento de um núcleo oposicionista na Madeira⁸⁷. Assim sendo, um grupo de representantes da oposição na Madeira assinou a lista de apoio à moção aprovada no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, concordando com os objetivos traçados pelo movimento democrático. De referir que a participação de madeirenses no MUD, logo em 1945, permaneceu um “pouco esquecida” pela historiografia. Isto deve-se ao facto da Comissão Distrital do MUD no Funchal não ter apresentado uma lista de candidatos à Assembleia Nacional. Esta opção terá sido ditada pela memória recente da repressão do regime operado na década de 1930, que terá desestruturado os meios oposicionistas e gerado o medo entre os democratas residentes na ilha. Mesmo assim, a oposição conseguiu criar uma Comissão Distrital do MUD, no Funchal, liderada por João de Brito Câmara, oposicionista madeirense que esteve bastante ativo na luta pela democracia na ilha, em múltiplas campanhas, sendo um dos principais organizadores da oposição democrática da Madeira até à década de 1960. Na edição do dia 20 de novembro de 1945 do *Diário de Notícias*, foi publicado um comunicado do MUD, sobre a fiscalização pela PIDE das listas de adesão à moção da reunião do dia 8 de outubro de 1945, no Centro Escolar Almirante Reis. Nesse comunicado, afirma-se que João de Brito Câmara⁸⁸ viu-se obrigado a entregar as listas mencionadas, que continham 126 assinaturas⁸⁹. Conclui-se, pelo artigo apresentado, que Brito Câmara era o delegado distrital do MUD, e que à imagem dos restantes líderes das comissões distritais do MUD, este também teria sido “vítima” de um ultimato do governo. Podemos ainda concluir que o MUD teve, pelo menos, a adesão formal de 126 democratas no arquipélago.

Relativamente à estrutura da Comissão do MUD no Funchal podemos dizer que Pestana Júnior teve igualmente um papel muito relevante no seu seio, visto que presidiu à sessão de

⁸⁷Para um aprofundamento sobre o MUD e as suas listas, sugere-se a leitura da seguinte obra: LEMOS, Mário Matos e - *1945: Estado Novo e oposição: o Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*. Coimbra: Palimage, 2018.

⁸⁸Nasceu a 13 de maio de 1909, em Lisboa, local de residência dos pais, ambos madeirenses. Foi viver para a ilha da Madeira com apenas quatro anos, quando os seus progenitores decidiram regressar ao Funchal. Após concluir o curso do Liceu Nacional do Funchal, em 1927, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde exerceu o cargo de Presidente da Associação Académica de Coimbra de 1931 a 1932. Após fim do seu mandato e do curso, voltou ao Funchal, onde abriu o seu escritório de advocacia, exercendo em simultâneo a sua atividade literária e política. Como político oposicionista ao regime, além de discursos proferidos em sessões comemorativas, João de Brito Câmara distinguiu-se como um vibrante orador em comícios de propaganda política. Inscreveu-se no MUD, sendo delegado nas legislativas de 1945, na ilha. Foi igualmente delegado da Comissão Distrital das Campanhas Eleitorais de Norton de Matos de 1948 a 1949 e do General Humberto Delgado, em 1958. De 1958 a 1960, sofreu quatro processos judiciais interpostos pela PIDE, acabando por ser preso no ano de 1960. Em 1961 foi candidato oposicionista, pelo círculo eleitoral do Funchal, juntamente com Pestana Júnior e António Sales Caldeira. Faleceu no Funchal a 26 de dezembro de 1967.

⁸⁹*Diário de Notícias* (Madeira), nº 21695, 20 de novembro de 1945, pp. 1-2.

oposição ao governo, realizada na ilha⁹⁰. Francisco Ernesto Machado, interveniente na Revolta da Madeira de 1931, tomando parte do pronunciamento militar, fez também parte da “representação do MUD”, como é descrito nos relatórios da PIDE⁹¹. Ainda dentro da estrutura organizativa do MUD no Funchal, é mencionado Carlos de Castro e Abreu, um médico que fez parte do “Conselho Distrital do Movimento de Oposição ao Governo”, sendo visto pela PIDE como um “velho democrático”, que nunca perderia uma oportunidade “para censurar os atos do Governo Nacional”⁹². Assinaram as listas do MUD nomes como João Creswell de Sousa, tido pela PIDE como “um dos grandes mentores” do já mencionado centro republicano, assim como José da Conceição Gouveia, João Nunes Júnior e António José Marino Barros Teixeira, sendo que o último participou igualmente em sessões de propaganda⁹³.

Neste sentido, apesar do MUD não ter constituído uma lista de candidatos e deputados pelo círculo do Funchal, podemos afirmar que teve alguma atividade política na Madeira em 1945, organizando sessões de propaganda política e mobilizando, pelo menos, mais de uma centena de apoiantes. A constituição de uma Comissão Distrital do MUD denota também uma certa capacidade de organização política da oposição, apesar da memória fresca da repressão do regime. No plano político emerge assim a figura de João de Brito Câmara, que irá conduzir a oposição local até à década de 1960, sendo igualmente relevante a pessoa de Pestana Júnior. Em todo o caso, a ação política do MUD terá sido limitada ao meio urbano do Funchal e o controlo apertado do regime não proporcionou uma implementação forte do movimento oposicionista entre a população. A falta de fontes documentais impediu-nos de aprofundar mais a história do MUD na Madeira.

Em 1949 aconteceram eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional. No primeiro caso, a oposição apresentou um candidato único: o General Norton de Matos. Porém, considerando que as condições não estariam reunidas, o General Norton de Matos desistiu da corrida a 10 de fevereiro de 1949, após ter redigido uma carta a Salazar, onde

⁹⁰AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Carta enviada pelo chefe da delegação do Funchal Manuel Vilão Figueiredo, a 8 de junho de 1953, para a direção da PIDE em Lisboa.

⁹¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Carta enviada pelo subinspetor da subdelegação do Funchal, a 27 de setembro de 1957, para a direção da PIDE em Lisboa.

⁹²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Carta enviada pela delegação da PIDE do Funchal, a 11 de março de 1952, para a direção da PIDE em Lisboa.

⁹³AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Carta enviada pelo chefe da delegação da PIDE do Funchal, a 30 de maio de 1953, para a direção em Lisboa, e telegrama enviado pela PIDE/Interpol do Funchal para Lisboa, a 24 de abril de 1953; NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965): carta enviada pelo chefe da subdelegação da PIDE do Funchal, a 12 de novembro de 1964, para a direção em Lisboa.

colocava exigências para a realização de uma eleição justa e democrática. A desistência de Norton de Matos provocou o descontentamento entre os seus apoiantes, havendo quem entendesse que o mesmo deveria ter levado a candidatura até ao fim. Das divergências claras, resultaria a dispersão da oposição em diversas facções oposicionistas, aparecendo então o *Diretório Democrato-Social* (agrupando a oposição liberal-republicana, cujos principais responsáveis eram Jaime Cortesão, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes) e o *Movimento Nacional Democrático* (fundado por Rui Luís Gomes, Virgínia Moura e Lobão Vital, sendo este inspirado pelo PCP)⁹⁴. Estas organizações procuraram participar nas legislativas de finais de 1949, mas com escasso resultado, pois apenas foram apresentadas listas oposicionistas em Vila Real, Castelo Branco e Portalegre⁹⁵.

Na Madeira, constituiu-se uma comissão de apoio à candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República, tendo havido reuniões preliminares nesse sentido com a participação de Brito Câmara e Pestana Júnior. Numa dessas reuniões, Brito Câmara fez a caracterização económica, social e política do país e da ilha da Madeira, desde o século XIX até à década de 1940⁹⁶.

Mas foram vários os madeirenses, na sua maioria ligados ao MUD em 1945, que apoiaram a candidatura presidencial de Norton de Matos. Pelo que foi possível apurar, existiram comícios eleitorais favoráveis a Norton de Matos, na ilha da Madeira, onde João de Brito Câmara primou por uma participação bastante ativa. Nas suas intervenções, Brito Câmara enfatizou sempre a necessidade de uma mudança profunda na situação política portuguesa, defendendo a introdução de um regime democrático para o país. De referir ainda a participação nesta época de um madeirense no seio do MUD Juvenil. Tratava-se de Eduardo de Abreu, um funcionário da Caixa Geral de Depósitos. Contudo, apesar de ser natural de Machico, Eduardo de Abreu residia então em Lisboa⁹⁷.

A candidatura de Norton de Matos contou também com o apoio de Francisco Machado, membro do MUD em 1945, e que participou nas sessões da campanha de 8, 25 e 31 de janeiro de 1949 no Funchal. Francisco Machado, natural de Porto Moniz, foi bastante assíduo nas

⁹⁴LEMOS, Mário Matos e – *Ob. Cit...*, 2012, pp. 141-142.

⁹⁵LEMOS, Mário Matos e – *Ob. Cit...*, 2012, p. 146.

⁹⁶PT/ABM/JBC/C-B/001 – Caixa 6, doc. 9 - apontamentos para elaboração de um discurso, em papel timbrado, da Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos (1949).

⁹⁷AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: correspondência confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): correspondência enviada pelo chefe da delegação da PIDE do Funchal, a 9 de maio de 1952, para a direção em Lisboa.

movimentações democráticas conhecidas na ilha da Madeira na década de 1940⁹⁸. Mas, após 1949, não existem mais registos que o mencionem, desconhecendo-se qualquer atividade política em que o mesmo tenha participado. Na mesma situação encontra-se Celestino Sargo, sobrinho do líder da oposição madeirense, João de Brito Câmara, que é referenciado pela PIDE como “politicamente suspeito”, estando presente em todas as sessões de propaganda favoráveis a Norton de Matos. Após estas eleições, Celestino Sargo deixou de ter participação ativa no seio dos democratas madeirenses, sabendo-se contudo que o mesmo emigrou para os Estados Unidos da América, sendo aí residente em 1962⁹⁹. Outro apoiante relevante de Norton de Matos foi o madeirense Tolentino Chícharo, um funcionário do Grémio dos Padeiros, que levou a cabo “uma angariação de votos” na sua terra natal (não referida nos relatórios), a favor do candidato oposicionista¹⁰⁰.

Não conhecemos o impacto real da campanha de Norton de Matos entre a população madeirense. É possível que tenha sido limitada, devido ao controlo da informação operado pela censura e pelo regime em geral. Mas a campanha consagrou a proeminência de João de Brito Câmara. Este, juntamente com Manuel Gregório Pestana Júnior, consolidara o seu estatuto de personalidades respeitadas no campo da oposição, sendo perfeitamente conhecidos, e até certo ponto, tolerados pelo regime. Mesmo assim, foram alvo de perseguição por parte da ditadura, sobretudo em momentos mais sensíveis e críticos para o regime. Por exemplo, Pestana Júnior foi acusado pela PIDE de se ter relacionado com os comunistas madeirenses durante as legislativas de 1945¹⁰¹. Isto inseriu-se numa perseguição levada a cabo pelo regime salazarista ao PCP, no ano de 1948. Neste âmbito, Pestana Júnior foi alvo de uma investigação pela polícia política, negando categoricamente todas as acusações¹⁰². Aliás, os líderes da oposição democrática distanciaram-se publicamente da oposição comunista. A este respeito, convém

⁹⁸AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Correspondência enviada pelo subinspetor da subdelegação da PIDE do Funchal, a 27 de setembro de 1957, para a direção em Lisboa.

⁹⁹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1960-1962): Carta enviada pelo subinspetor da subdelegação da PIDE do Funchal, a 10 de janeiro de 1962, para a direção em Lisboa.

¹⁰⁰AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965): Carta enviada pelo chefe da subdelegação da PIDE do Funchal, a 23 de fevereiro de 1965, para a direção em Lisboa.

¹⁰¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Relatório enviado pela subdelegação da PIDE do Funchal, a 8 de junho de 1958, para a direção em Lisboa.

¹⁰²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): fls.444 do Proc. Crime Inc. nº 18/48: citado no relatório enviado pela subdelegação da PIDE do Funchal, a 8 de junho de 1958.

referir que, em 1948, a PIDE levou a cabo o desmantelamento das estruturas do PCP na Madeira, detendo vários militantes, como descrevem os relatórios da delegação do Funchal¹⁰³.

Neste contexto, a evolução da oposição madeirense é marcada por fases distintas ao longo das décadas de 1930 e 1940. Num primeiro tempo, o descontentamento popular fomentado pela legislação monopolista associada à presença de militares deportados para a Madeira, resultou num período de revoltas. A agitação presente no arquipélago marcou a população, e fortes retaliações acabaram por afetar muitos dos madeirenses sobretudo em 1936. Esta primeira fase terminou com a repressão final da ditadura após a Revolta do Leite, determinando o silenciamento do descontentamento e da oposição até 1945.

Todavia, com as alterações políticas ocorridas com o fim da Segunda Guerra Mundial, as influências dos ideais democráticos vieram ao de cima da sociedade portuguesa, em especial com a formação do MUD. Começou aqui uma segunda fase do protesto oposicionista na Madeira, caracteriza-se pela ascensão de um grupo oposicionista bem demarcado, liderado por João de Brito Câmara e Manuel Gregório Pestana Júnior. Estas duas individualidades serão responsáveis pela organização e captação de novos elementos para a oposição madeirense.

A falta de documentação impediu-nos de aprofundar a ação deste grupo oposicionista na segunda metade da década de 1940. Mas no próximo capítulo veremos o crescimento e consolidação desse grupo oposicionista ao longo da década de 1950, culminando nas eleições presidenciais de 1958.

¹⁰³AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1960-1962). Neste núcleo documental foi possível identificar alguns relatórios que mencionam a ação contra o comunismo e os seus militantes na Madeira. No relatório de 21 de dezembro de 1960, mencionam Carlos Agapito Camacho, um “antigo militante comunista”, detido em 1948 pela polícia política. Num segundo relatório, enviado a 22 de dezembro de 1960, mencionam Reinaldo da Silva Camacho, como tendo contactos assíduos com elementos do PCP da Madeira. Ficando assinalado como “duvidoso” durante a detenção de vários elementos comunistas no ano de 1948 pela PIDE, na cidade do Funchal, sendo considerado um “prosélito” do comunismo.

CAPÍTULO 2. A OPOSIÇÃO AO SALAZARISMO NA MADEIRA NA DÉCADA DE 1950. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1958

Neste capítulo vamos analisar a ação política levada a cabo pela oposição democrática na Madeira durante a década de 1950. Vamos ter em particular consideração os períodos eleitorais, ou seja, os momentos em que era permitida uma certa “liberdade” de movimentos à oposição. Neste âmbito, merece especial destaque a eleição para a Presidência da República de 1958, nomeadamente a campanha oposicionista do General Humberto Delgado. Em termos de fontes, procuramos compensar a quase ausência de estudos sobre a realidade oposicionista insular com uma pesquisa nos arquivos regionais e nacionais. Neste sentido, este capítulo é construído sobretudo com o recurso a fontes documentais, de carácter arquivístico, bem como à leitura da imprensa insular

Mas antes de avançarmos para o estudo da oposição insular, importa sublinhar que, no plano nacional, este foi um período marcado pelo acirrar da repressão do regime. Logo a partir de 1949, o Estado Novo inicia um novo controlo da política interna nacional. Com a derrota das oposições em 1949, juntamente com a recuperação da “unidade relativa no seio do regime”, o Estado Novo endurece a sua ação contra os que lutavam pela evolução democrática de Portugal. A oposição foi perseguida pela polícia política e pela censura, assistindo-se a um claro recuo da oposição na primeira metade da década de 1950. Segundo Fernando Rosas, estes foram “os anos de chumbo”¹⁰⁴.

A posição salazarista, expressa no seu discurso anticomunista, é favorecido pelo apoio vindo dos Estados Unidos da América. Segundo Eisenhower, já como presidente, “ditaduras deste género são necessárias em países cujas instituições políticas não são tão avançadas como as nossas”¹⁰⁵. Portugal inclui-se, então, dentro do conjunto de estados autoritários tolerados pelo ocidente democrático, aceites com o objetivo de estancar o avanço socialista. E, de facto, a ditadura salazarista encarregou-se de perseguir a oposição democrática, e principalmente, a oposição comunista.

2.1. A estruturação da oposição madeirense no início da década de 1950

A oposição madeirense trilhou um caminho *suis generis* no arquipélago, com uma aceitação relativa da sua existência pelo regime salazarista, à exceção dos partidários comunistas. Estes últimos foram afincadamente perseguidos pela PIDE, mediante a prisão de

¹⁰⁴ROSAS, Fernando – *História de Portugal, Vol. VII: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 451.

¹⁰⁵ANTUNES, José Freire – *Kennedy e Salazar: O leão e a Raposa*. Lisboa: edições Difusão Cultural, 1992, p. 20.

muitos membros e o desmantelamento das células comunistas em 1948, à imagem do que ocorrera no Continente¹⁰⁶.

A bibliografia não menciona qualquer ação da PIDE no Arquipélago da Madeira. No entanto, após análise de documentação dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo e do Arquivo Regional da Madeira, foi possível apurar que, efetivamente, as perseguições operadas pela PIDE ocorreram na ilha da Madeira, registrando-se a detenção de membros do PCP, bem como o controlo de cidadãos que eram próximos dos elementos comunistas¹⁰⁷.

Estas perseguições e detenções marcaram as memórias dos oposicionistas insulares, mesmo os que não eram comunistas, tal como João de Brito Câmara. Numa carta enviada a Alberto Figueira Gomes¹⁰⁸, esse advogado oposicionista contra-argumenta a posição deste último, que defendia o regime então vigente. Para além de outros acontecimentos repressivos a nível nacional, João de Brito Câmara aponta as duras retaliações do regime na Madeira nos anos de 1931 e 1936, datas coincidentes das três grandes revoltas na década de 1930 ocorridas no território insular, e aponta igualmente o ano de 1948. Na carta em questão, Brito Câmara indica a injusta detenção “sem julgamento prévio, como, entre muitas outras, as que atingiram a pobre população madeirense – que é cristã e não comunista (...)”¹⁰⁹. Nesta afirmação, João de Brito Câmara apresenta dois pontos: o primeiro é uma suposta incompatibilidade, aparentemente interiorizada pelo mesmo, entre o cristianismo e o comunismo. O segundo ponto diz respeito aos acontecimentos de 1948, que acabaram por prejudicar cidadãos que não se identificavam com a ideologia marxista. Mais concretamente, foi possível identificar dois indivíduos detidos neste período de perseguição: Ulrich Paixão Abreu¹¹⁰ e Carlos Agapito Camacho¹¹¹. De salientar que Ulrich Paixão Abreu apoiará, dez anos depois, a candidatura do General Humberto Delgado, fazendo parte da Comissão Distrital da Ilha da Madeira¹¹².

¹⁰⁶PIMENTEL, Irene Flunser - *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014, pp. 262-263. Para este caso geral, Irene Flunser Pimentel, na sua obra “História da Oposição à Ditadura”, aponta para o desmantelamento de estruturas comunistas e detenções de partidários apenas no território continental de Portugal.

¹⁰⁷AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959); AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1960-1962); AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965).

¹⁰⁸Advogado afeto ao regime, colaborador de jornais madeirenses e nacionais. Ocupou cargos na Junta Geral e na Câmara Municipal do Funchal. A ler, para mais detalhe: CLODE, Luís Peter. *Registo bio-bibliográfico de madeirenses: sécs. XIX e XX*. Funchal: Caixa Geral do Funchal, 1983.

¹⁰⁹PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Doc. 30 – Correspondência expedida a Alberto Figueira Gomes (2 de novembro de 1957).

¹¹⁰PT/TT/PIDE/E/010/93/18405 - Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 93, registo n.º 18405.

¹¹¹PT/TT/PIDE/E/010/92/18397 - Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 92, registo n.º 18397; Referência à detenção do mesmo é mencionada: AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços Reservados: Correspondência Expedida-confidencial (1960-1962).

¹¹² PT/ABM/JBC/C-A/001, Caixa 5, Doc. 125 - Correspondência com o General Humberto Delgado (maio de 1958).

Com a movimentação oposicionista, fomentada pelas eleições presidenciais de 1949, a rede democrata anti-salazarista adquiriu as bases que a sustentarão ao longo dos anos cinquenta e sessenta. Como foi afirmado anteriormente, a figura de João de Brito Câmara foi central nesta época. Juntamente com Manuel Gregório Pestana Júnior, serão intervenientes respeitados, inclusivamente por parte dos apoiantes do salazarismo. Pestana Júnior deu maior credibilidade ao movimento oposicionista, pois, ao contrário de Brito Câmara, era oriundo da Primeira República, tendo sido inclusivamente Ministro das Finanças. Era, de facto, uma figura respeitada em toda a ilha, o que contribuiu para a credibilização da oposição madeirense. A União Nacional – e os dirigentes situacionistas – na Madeira assumiram assim uma postura de tolerância e de respeito para com a oposição democrática de índole republicana e anti comunista. Distinguem, aliás, muito claramente, os opositores democráticos dos comunistas, estes sim não tolerados.

Esse respeito é possível ser observado logo numa entrevista do *Diário de Notícias*, ao Dr. Agostinho Cardoso, em 1951¹¹³. Nessa entrevista, o Presidente da Comissão Distrital da União Nacional¹¹⁴ coloca-se ao lado do regime, a propósito das eleições presidenciais de 1951. Mas, inquirido sobre o que pensa sobre os candidatos da oposição, responde:

Confesso-lhe que ainda não dei conta de reacções oposicionistas neste Distrito. Mais precisamente: não temos qualquer informação directa de que serão postas ou não na Madeira, as candidaturas do Dr. Rui Gomes e Almirante Quintão Meireles, opostas ao candidato da União Nacional. A quatro dias do termo do período de propaganda, parece-me pouco provável que isso aconteça. Mas se tal assim suceder, só nos merece o maior respeito essa atitude das pessoas que, no Funchal e noutras ocasiões tomaram a responsabilidade dos movimentos de oposição. E sem pretender fazer qualquer especulação, de que sou incapaz, devo acrescentar que, quando um dos candidatos tem nitidamente características comunistas e outro aparece como um descontente dentro da actual situação, comprometendo-se a respeitar a Constituição Política do Estado - abster-se é a atitude mais lógica, pra os que militam a oposição¹¹⁵.

¹¹³*Diário de Notícias* (Madeira), nº 24.638, 14 de julho de 1951, pp. 1 e 3.

¹¹⁴Formado em medicina, natural do Funchal, Agostinho Cardoso foi político favorável ao regime, tendo sido Presidente da Comissão Distrital do Funchal da União Nacional, e Deputado pelo mesmo círculo nas VII, IX e X Legislaturas.

¹¹⁵*Diário de Notícias* (Madeira), nº 24.638, 14 de julho de 1951, p. 3.

As declarações de Agostinho Cardoso dão-nos também algumas indicações sobre a oposição democrática insular. Fica esclarecido, desde logo, a não participação da mesma nas eleições presidenciais, pelo menos que seja publicamente conhecido. Essa não participação não implica necessariamente indiferença, tendo havido solidariedade de Manuel Gregório Pestana Júnior ao Almirante Quintão Meireles. Isso mesmo é dito posteriormente numa correspondência enviada por João de Brito Câmara ao General Humberto Delgado, no período pré-eleitoral, o qual afirma que Manuel Gregório Pestana terá sido solidário com a campanha do Almirante Quintão Meireles¹¹⁶. Por outro lado, nessa mesma entrevista, Agostinho Cardoso, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, demonstra não só o respeito pela oposição democrática, como também reconhece a importância da existência deste grupo, normalmente apelidado de anti-situacionista. Não se enganara igualmente quando disse, nessa mesma entrevista, que a oposição no arquipélago se deveria abster, pois os candidatos oposicionistas à Presidência da República, não representariam os reais valores da oposição madeirense. E, de facto, apenas é conhecido o apoio de Pestana Júnior ao General Quintão Meireles. Os demais oposicionistas madeirenses - que estavam ligados a Humberto Delgado, em 1958 – não tiveram qualquer intervenção nas eleições de 1951.

Face às afirmações proferidas por Agostinho Cardoso, João de Brito Câmara dirige-lhe uma carta de agradecimento, no mesmo dia da publicação da entrevista do político situacionista no *Diário de Notícias*. Na verdade, esse democrata tinha o hábito de trocar ideias não só com os que se aproximavam ideologicamente dele, mas também com aqueles que se afastavam e eram afetos ao regime. Nessa mesma carta é possível ler a seguinte passagem:

Habitados, como estamos – os da oposição – a ver, tanta vez, os nossos pensamentos e actos deturpados por muitos daqueles que não querem reconhecer que os seus 25 anos de triunfo são, para nós, outros tantos anos de luta, de renúncia e de verticalidade intelectual, não podemos deixar de regozijarmo-nos perante as mencionadas afirmações e, num gesto espontâneo, embora de carácter individual, patentear o muito reconhecimento por quem, como V.Ex^a, por límpida formação moral, não necessite, para propaganda dos seus sinceros ideais, de diminuir, menosprezar ou ofender os ideais, igualmente sinceros, dos seus adversários, neste interregno, vencidos.¹¹⁷

¹¹⁶PT/ABM/JBC/C-A/001, Caixa 5, Doc. 125 - Correspondência com o General Humberto Delgado (1958).

¹¹⁷ PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Doc. 27 – Correspondência com Agostinho Cardoso (14 de julho de 1951).

Notou-se, portanto, um genuíno agradecimento por parte de Brito Câmara, “de carácter individual”, que vê no adversário político uma atitude de respeito para com a oposição madeirense, não deixando, porém, de apontar as dificuldades que os democratas vão enfrentando. A realidade é que o advogado oposicionista “alimenta” uma relação de alguma proximidade com figuras da ilha que têm uma orientação favorável ao regime salazarista.

Afigura-se de grande interesse observar o diálogo fomentado entre figuras de campos políticos opostos, numa realidade opressora e num contexto de ditadura. Essa realidade era uma sobre a qual João de Brito Câmara tinha noção, tendo perfeito conhecimento da forma como funcionava a PIDE. Por exemplo, no *post scriptum* de uma carta enviada a Alberto Gomes, Brito Câmara deixa claro que o destinatário da missiva poderia fazer o que quisesse, inclusivamente entregá-la à polícia política¹¹⁸. Este diálogo que João de Brito Câmara mantinha com rivais políticos faz de si uma das mais importantes figuras no campo do debate ideológico entre situação e oposição durante o Estado Novo na Madeira. Vejamos alguns exemplos.

No ano de 1953, num período de campanha eleitoral para as eleições legislativas, José Ramos¹¹⁹, num discurso favorável à União Nacional, afirmava que a oposição democrática era insignificante e os seus propósitos eram obscuros¹²⁰. Não concordando com tal premissa, Brito Câmara envia-lhe um conjunto de argumentos, aos quais adiciona um conjunto de nomes de figuras intelectuais conhecidas, para validar a ação da oposição¹²¹. Contudo, a resposta de José Ramos fez-se rapidamente (três dias depois) e o seu texto exprime aquela que seria a imagem da oposição na primeira metade da década de 1950 na Madeira. Num primeiro tempo, José Ramos demonstra-se bastante cético perante a existência da mesma, discordando em larga medida com o *modus operandi* da oposição madeirense. Sobre a “insignificância da Oposição”, justifica essa caracterização à luz dos resultados eleitorais do mesmo ano (1953), largamente favoráveis à União Nacional, sendo que a oposição não concorreu no Funchal:

¹¹⁸PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Doc. 29 - Correspondência com Alberto Vieira Gomes (31 de outubro de 1957).

¹¹⁹PT/ABM/LMR/A/001/00008/000112, Vol. 8 - Nota biobibliográfica: Ramos, José: natural da Freguesia de S. Martinho (Funchal), formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi Presidente da Câmara Municipal de Ponta do Sol em 1960, tornando-se igualmente Vice-presidente da Comissão Distrital da União Nacional (Funchal) em 1961, subindo na hierarquia em 1969, quando se tornou Presidente da mesma comissão.

¹²⁰Discurso proferido a dia 1 de novembro de 1953, em Ponta do Sol, segundo a descrição de João de Brito Câmara na carta mencionada.

¹²¹PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Doc. 37 – Correspondência para José Ramos (11 de novembro 1953).

*(...), aludi efectivamente à insignificância da Oposição. E, na verdade não me parece que andasse muito afastado da realidade, tão expressivamente traduzida nos resultados do Acto Eleitoral do Domingo passado.*¹²²

Justificando com falta de clareza a ausência de um programa político sólido, José Ramos considerava obscuros os propósitos da oposição. Considerou repentina a aparição de facções partidárias, sem estas apresentarem “um único programa político, com princípio, meio e fim”, rematando: “Quer coisa mais obscura?”. Na continuidade da carta, já na segunda página, José Ramos aponta aquela que seria a visão generalizada e pré-concebida sobre a oposição. De forma irónica, diz imaginar as provas concretas que a oposição daria “se algum dia viesse a galgar o poder, em Portugal”, e acrescenta:

*De uma coisa estou certo: é que nunca mais poderia gozar em paz a minha vida, ganhando-a honestamente, como felizmente lhe sucede a si, neste País, onde você leva uma vida perseguida... e regalada, como toda a gente sabe.*¹²³

Segundo a afirmação do mesmo, e de toda a linha lógica presente na correspondência, José Ramos aponta como mais seguro e estável o regime vigente, sob tutela de Salazar. Alegações presentes no seu texto, sugerem que uma passagem de governo para a oposição significaria instabilidade, e ainda, uma certa perseguição aos que simpatizam com o Estado-Novo, nomeadamente aos membros da UN. José Ramos alegava ainda que o regime salazarista era tolerante para com os seus opositores. Este pensamento está desfasado da realidade vivida no salazarismo, uma vez que não é possível esquecer a perseguição que o Estado Novo fazia aos militantes do Partido Comunista Português, nem ao exílio de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto¹²⁴, que aconteceria poucos anos depois. Todavia, é possível verificar o comodismo alimentado pelo medo de perseguição, presente na mente de José Ramos e, conseqüentemente, a forma como olha para a oposição democrática como possível usurpadora da tranquilidade nacional.

Se na primeira metade da década de 1950, a oposição teve um papel apegado no Arquipélago da Madeira, o mesmo não aconteceu no segundo lustro dos anos cinquenta. A

¹²²PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Doc. 38 – Correspondência com José Ramos (14 de novembro de 1953): Carta enviada por José Ramos a João de Brito Câmara.

¹²³PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Doc. 38 – Correspondência com José Ramos (14 de novembro de 1953): Carta enviada por José Ramos a João de Brito Câmara.

¹²⁴PIMENTEL, Irene Flunser – *Ob. Cit.*, 2014, pp. 676-677.

documentação revela uma maior dinamização da organização oposicionista madeirense a partir de 1956/1957, sendo João de Brito Câmara porta-voz da mesma nas várias correspondências trocadas com elementos da oposição nacional, nomeadamente com o *Directório Democrato-Social*¹²⁵, do qual fazia parte. Em 1956, numa carta proveniente de Lisboa, redigida por Manuel João da Palma Carlos, pede-se um conjunto de assinaturas (máximo possível) para “uma lista”¹²⁶. Não é esclarecido qual a lista a que se refere, mesmo nas correspondências que se seguem. No entanto, é possível presumir que se trata de algo interligado com as eleições legislativas de 1957.

Mas esses esforços não terão dado fruto, uma vez que, nas eleições para a Assembleia Nacional de 1957, a oposição madeirense não se fez incluir entre as cinco listas oposicionistas apresentadas no país¹²⁷. O Arquipélago da Madeira seguiu portanto o exemplo da maioria dos círculos nacionais, onde a oposição não foi a votos. A este respeito, ainda no primeiro trimestre de 1957, numa troca de cartas, João de Brito Câmara e Nuno Rodrigues dos Santos¹²⁸, trocaram ideias sobre qual seria o melhor plano para a Oposição¹²⁹. A primeira carta (que foi possível consultar) constitui a resposta por parte de Nuno Rodrigues dos Santos a Brito Câmara. Entre outros pontos, quando se debruça sobre a questão das eleições, Rodrigues dos Santos declara: “Quanto ao teu projeto a respeito das próximas eleições – está totalmente deslocado.”. Não foi possível determinar a ideia fulcral defendida por João de Brito Câmara. No entanto, a continuação do argumento de Nuno Rodrigues dos Santos permitia compreender o contexto:

A América, a Inglaterra, a França, toda a gente sabe já, perfeitamente, como são feitas as eleições entre nós. Para o nosso eleitorado é que as eleições – qualquer que seja o modo porque se realizem – são indispensáveis. Alimentam-lhe a cama ideológica, treinam-no, informam-no – são lhe utilíssimas, apesar de tudo... E ninguém

¹²⁵O Directório Democrato-Social foi um grupo oposicionista criado em 1949 por alguns elementos da oposição ao Estado Novo, nomeadamente Jaime Cortesão, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes. Tinha um perfil marcadamente intelectual, sendo composto por uma "elite" democrática, cuja existência e ação política era em parte tolerada pelo regime de Salazar.

¹²⁶PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Docs. 39-41 - Correspondência com Manuel João da Palma Carlos (1956): Assinaram os seguintes nomes: Manuel Gregório Pestana Júnior, João de Brito Câmara, António Manuel Sales Caldeira, António Filipe Noronha, Alfredo Fonseca Duarte, Leonel Sequeira Silva e Manuel de Pontes Leça.

¹²⁷Foram apresentadas Listas Oposicionistas nos círculos eleitorais de Aveiro, Braga, Faro, Porto e Lisboa.

¹²⁸Oposicionista natural de Luanda, tinha sua residência à data em Lisboa. Conhecido mais tarde como militante do Partido Social Democrata, tendo sido deputado pelo mesmo na Assembleia Constituinte de 1975, e à Assembleia da República nos anos de 1976, 1979, 1980 e 1983. Em 1983, no X Congresso do PSD, foi eleito Presidente do Partido. Faleceu em 1984. – Dados presentes no site do PSD, na divisão a si dedicada: <https://www.psd.pt/pt/nuno-rodrigues-dos-santos>.

¹²⁹PT/ABM/JBC/C-A/002, Caixa 5, Docs. 127-128 - Correspondência com Nuno Rodrigues dos Santos (1957).

*vai para elas – com o propósito absurdo de ganhar para afirmar uma presença e denunciar os vícios de um sistema ...*¹³⁰

Assim, é possível presumir que o oposicionista madeirense acalentara a ilusão de vencer as eleições. Ao invés, Nuno Rodrigues Santos, com a sua clara argumentação, terá feito uma análise mais pragmática e objetiva da realidade política portuguesa e do papel das eleições para o regime. Eleições essas impossíveis de serem ganhas pelas oposição.

Nessa mesma missiva, Nuno Rodrigues dos Santos lança uma questão referente à unidade oposicionista: questiona a pertinência de uma coligação com o PCP, após ter sido “convidado pelo Partido Comunista Português” a pronunciar-se sobre a campanha. Sobre este assunto, João de Brito Câmara deixa clara a sua posição, ao explicá-la de forma detalhada. Considera que a formação de uma coligação, nos moldes apresentados, é inconveniente, uma vez que acredita que a democratização do Estado Português não deve resultar de qualquer “movimento insurrecional militar ou popular”. Assim, demonstra uma opinião contrária a uma “coligação” com o PCP. Para além das diferenças ideológicas que separavam a oposição democrática do PCP, Brito Câmara argumentava:

*(...), a unidade desejada e proposta pelo PCP, ameaça claramente determinar uma uniformização dessa repressão. Quer dizer, o Governo, perante a formação dessa Unidade, passaria – sem estranheza, reparo ou censura dos seus parceiros da NATO – a aplicar ao sector oposicionista – digamos burguez- os mesmos métodos repressivos até então reservados ao sector oposicionista de extrema-esquerda.*¹³¹

Isto significa que João de Brito Câmara estaria preocupado com a reação do regime, uma vez que, caso viesse a acontecer uma coligação ou unificação das diferentes oposições, corria-se o risco da ditadura uniformizar de igual forma o tipo de tratamento dado à oposição. A repressão extrema aos democratas, à imagem do que acontecia aos militantes do PCP, inquietava o democrata madeirense. Para além disto, Brito Câmara preocupava-se com a reprovação da “coligação” por parte de outras linhas oposicionistas, com as quais os democratas

¹³⁰PT/ABM/JBC/C-A/002, Caixa 5, Doc. 127 - Correspondência com Nuno Rodrigues dos Santos (1957): Carta redigida no dia 6 de março de 1958, por Nuno R. dos Santos, onde o mesmo apresenta uma proposta apresentada pelo PCP.

¹³¹PT/ABM/JBC/C-A/002, Caixa 5, Doc. 127 - Correspondência com Nuno Rodrigues dos Santos (1957): Carta redigida no dia 6 de março de 1958, por Nuno R. dos Santos, onde o mesmo apresenta uma proposta apresentada pelo PCP.

tinham laços. Monárquicos constitucionalistas, Republicanos conservadores, Católicos liberais, a todos repugnava uma coligação com o PCP, “mesmo que de duração efémera e de pura tática política momentânea.”¹³².

A inclusão do Partido Comunista num projeto de união política da oposição implicaria, segundo João de Brito Câmara, o afastamento de todas as tendências políticas acima identificadas, sendo que, para o democrata, seria mais valioso manter as ligações com essas tendências existentes, do que unir forças ao PCP. Assim sendo, considerou que seria mais conveniente que o Partido Comunista Português continuasse, “oficialmente”, a atuar isolado. A palavra “oficialmente” não terá sido utilizada de forma aleatória por João de Brito Câmara, pois certas citações, como as seguintes, acabam por demonstrar que este não descartava por completo o apoio do PCP, de forma mais indireta e voluntária, sem ligações formalizadas. Insiste ainda na retórica utilizada, completando:

Efectivamente, desde que o PCP esteja sinceramente empenhado de destruição do fascismo português – não pode coerente e ultimamente adotar outra atitude que não seja esta: apoiar, com o maior entusiasmo, os candidatos que, como oposicionistas, concorrem às próximas eleições, abstendo-se de os comprometer ou prejudicar insinuando ou sugerindo a existência de quaisquer ligações políticas com eles.

*(...) com a maior sinceridade que lhes afirmo entender que a melhor e a mais valiosa contribuição do PCP poderia prestar, nas próximas eleições, aos oposicionistas portugueses, seria a consistente em dar-lhes os seus votos nada mais lhes pedindo ou dando em troca*¹³³.

Em suma, o que o democrata madeirense defende é a ação passiva do PCP, numa ótica de apoio silencioso e controlado, sem que este possa considerar-se parte de um projeto comum com a oposição Democrática. Todavia, como será posteriormente analisado, pelo menos um comunista fez parte da Comissão Distrital do Funchal de apoio à candidatura do General Humberto Delgado em 1958. Tratou-se de Ulrich da Paixão Abreu, “um conhecido

¹³²PT/ABM/JBC/C-A/002, Caixa 5, Doc. 128 - Correspondência com Nuno Rodrigues dos Santos (1957): Carta de João de Brito Câmara, redigida no dia 21 de março de 1957. Nesta correspondência, Brito Câmara responde a Rodrigues dos Santos, com um parecer desfavorável à proposta vinda do PCP.

¹³³PT/ABM/JBC/C-A/002, Caixa 5, Doc. 128 - Correspondência com Nuno Rodrigues dos Santos (1957): Carta de João de Brito Câmara, redigida no dia 21 de março de 1957. Nesta correspondência, Brito Câmara responde a Rodrigues dos Santos, com um parecer desfavorável à proposta vinda do PCP.

comunista”¹³⁴ funchalense. A sua inclusão não invalida toda a argumentação de João de Brito Câmara, visto que este integra a lista em nome próprio, sem representar, tanto quanto se sabe, nenhuma colaboração generalizada com o PCP na Madeira. A participação de Ulrich Abreu na Comissão Distrital favorável ao candidato independente foi presumivelmente pensada, atempadamente, por João de Brito Câmara, não sendo por isso o resultado da desistência de Arlindo Vicente, candidato apoiado pelo PCP. Isto porque o seu nome aparece incluído logo na lista enviada ao Governador Civil do Funchal, João Inocêncio Camacho Freitas¹³⁵, no dia 14 de maio de 1958¹³⁶, ao passo que a desistência de Arlindo Vicente acontece formalmente em 29 de maio de 1958, após a assinatura do Pacto de Cacilhas¹³⁷.

2.2. As eleições presidenciais de 1958 e o apoio da oposição madeirense ao General Humberto Delgado

A preparação das eleições presidenciais de 1958 começou nos finais de 1957. Em 22 de novembro de 1957, Mário de Azevedo Gomes, presidente do *Directório Democrato-Social*, e Armando Adão e Silva, secretário, remeteram uma carta a João de Brito Câmara. Nesta missiva, notificaram-no com as deliberações tomadas pelo Diretório, declarando a urgência da organização das forças democráticas em todo o país. Assim, foi dada indicação para a formação dos núcleos representativos:

*Para começar, e por ser esta a forma que se nos afigura mais eficiente, sugere-se a criação de núcleos representativos do Diretório, isto é: dos seus propósitos de organização, que sejam as suas comissões distritais. Espera-se, pois, de V.Ex^a. a seu bem interesse no sentido de promover, com possível urgência, com o auxílio dos nossos amigos desse distrito, a constituição imediata da respectiva delegação.*¹³⁸

¹³⁴AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959). Mencionado numa carta confidencial, enviada pelo subinspetor da delegação PIDE do Funchal, para os serviços centrais. A carta, enviada a 12 de novembro de 1959, versa sobre o envio de jornais de caris democráticos e de orientações políticas de esquerda, para Henrique de Abreu, mas que este mesmo não é “conhecido no meio” oposicionista. Todavia, no fim da correspondência, é dito que a caixa postal fora alugada a Ulrich da Paixão Abreu, “um conhecido comunista”.

¹³⁵Governador Civil do Funchal entre os anos de 1951 e 1969.

¹³⁶PT/ABM/JBC/C-A/003, Caixa 5, Doc. 149 – Correspondência com o Governador Civil do Funchal, João Camacho Freitas (14 de maio de 1958).

¹³⁷PIMENTEL, Irene Flunser – Ob. Cit., 2014, p. 704.

¹³⁸PT/ABM/JBC/C-A/002 – Caixa 5, Doc. 129 – Correspondência do *Directório Democrato-social*, por Mário Azevedo Gomes e Armando Adão e Silva: Correspondência solicitando, a 22 de novembro de 1957, "a criação de núcleos representativos do Directório" e respetivas "comissões distritais".

No seguimento dessa carta, existe a preocupação de fomentar participação de indivíduos que não faziam parte do núcleo duro da oposição democrática, devendo-se equacionar: “o grau de alargamento da Comissão a constituir e a colaboração a aceitar por parte de elementos que até aqui se não têm mostrado enquadráveis pela nossa e vossa acção”. Esse alargamento permite perceber melhor a inclusão de Ulrich da Paixão Abreu na Comissão Distrital, ainda que esse não fosse a posição inicial de Brito Câmara. Todos os interessados em participar nas comissões deveriam respeitar as condições expressas pelo DDS.:

Uma tal preocupação de colaboração está, porém, aprovada em princípio e ela é de desejar, desde que não traga consigo qualquer risco para a inteira independência e autonomia do Directório e da corrente democrática que ele julga representar e desde que essa colaboração seja expressa por cidadãos independentes e libertos de compromissos perante a Polícia Política¹³⁹.

Esta correspondência/documentação permitiu-nos assim perceber como é que se processou a organização da oposição democrática para as eleições de 1958, dando-nos um exemplo de articulação política com as “chefias” oposicionistas no plano regional. Esta dimensão regional parece-nos relevante em termos historiográficos, porque nos permitem um olhar descentrado sobre a oposição; conseguimos assim apreender a realidade oposicionista longe de Lisboa e dos principais centros urbanos do país.

Na Madeira, houve assim a preocupação em respeitar as linhas defendidas pelo Directório. E a necessidade de introduzir elementos novos, com ideologias diferentes justificase pela exigência da luta que se antevia. Por outro lado, compreende-se que a organização das comissões distritais demore algum tempo, uma vez que os núcleos têm que negociar com indivíduos que não fazem parte do círculo democrata original. Na Madeira, essa negociação envolveu, entre outros, Manuel Gregório Pestana Júnior, Fernando da Trindade e António Sales Caldeira. A constituição da representação do Directório em cada distrito deveria ser realizada, desde logo, como é mencionado na carta, “com aqueles Amigos que desde a primeira hora nos têm honrado com a sua confiança”. Depois de formadas as comissões, havia a hipótese de reforçá-las com novas adesões, sempre sublinhando que os novos elementos deveriam obedecer aos critérios expostos anteriormente.

¹³⁹PT/ABM/JBC/C-A/002 – Caixa 5, Doc. 129 – Correspondência do *Directório Democrato-social*, por Mário Azevedo Gomes e Armando Adão e Silva.

Neste contexto, em dezembro de 1958, João de Brito Câmara aceitou o “honroso encargo” para organizar a Comissão Distrital do DDS, avançando desde logo com o nome do democrata Pestana Júnior. Mencionou ainda mais três membros, omitindo as suas identidades por razões de segurança¹⁴⁰.

Relativamente às eleições presidenciais propriamente ditas, apenas nos foi possível “seguir” o percurso oposicionista madeirense a partir do mês de maio de 1958. A este respeito, a imprensa madeirense noticiou as declarações do General Humberto Delgado, dadas ao *Diário de Notícias*, de Lisboa, a 11 de maio de 1958. Em resposta à questão “..., qual seria a sua atitude para com o Sr. Presidente do Conselho?”, caso fosse eleito, Delgado declarou, “obviamente, demito-o”¹⁴¹. Essas declarações tiveram um forte eco na imprensa insular, causando aliás um certo mal-estar nos principais periódicos. Tanto o *Jornal da Madeira*¹⁴², como o *Diário de Notícias* (da Madeira)¹⁴³, noticiaram a entrevista em tom negativo, criticando Humberto Delgado. Ambos se centraram na onda de apoio que a população, alegadamente, fizera a favor do candidato da União Nacional – Américo Thomaz – e ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Efetivamente, o apoio da imprensa à candidatura do General Humberto Delgado foi inexistente, limitando-se a noticiar os principais factos da campanha.

O mesmo aconteceu com a candidatura de Arlindo Vicente. A imprensa madeirense apelou ao voto no Almirante Américo Thomaz. Por exemplo, o *Jornal da Madeira*, apesar de citar o candidato da oposição, por norma, ou assume uma posição de neutralidade, apenas declarando a existência de alguma conferência (como, por exemplo, a do dia 17 de maio¹⁴⁴), ou, ao contrário, sublinha a ocorrência de incidentes decorrentes da candidatura oposicionista¹⁴⁵.

Neste contexto, a oposição democrática madeirense teve dificuldade em realizar a sua propaganda eleitoral, sobretudo no plano de imprensa. Num telegrama enviado ao General Humberto Delgado, a Comissão Distrital do Funchal afirmou que existiam as maiores dificuldades com a imprensa local, uma vez que esta não facilitava a publicação do mínimo comunicado. Igualmente, a cedência de espaços públicos para a realização de propaganda,

¹⁴⁰PT/ABM/JBC/C-A/002 – Caixa 5, Doc. 137 – Correspondência expedida para Armando Adão e Silva (3 de dezembro de 1957).

¹⁴¹*Diário de Notícias* (Lisboa), nº 33.120, 11 de maio de 1958, pp. 1 e 7.

¹⁴²*Diário de Notícias* (Madeira), nº 27.031, 12 de maio de 1958, p. 1.

¹⁴³*Jornal da Madeira*, nº 7 850, 13 de maio de 1958, pp. 1 e 3.

¹⁴⁴*Jornal da Madeira*, nº 7 855, 18 de maio de 1958, p. 6.

¹⁴⁵*Jornal da Madeira*, nº 7 855, 18 de maio de 1958, pp. 1 e 6; *Jornal da Madeira*, nº 7 856, 20 de maio de 1958, p. 1.

como o teatro local, foi apontada como difícil por parte dos oposicionistas islenhos¹⁴⁶. Num primeiro comunicado, realizado pela Comissão Distrital do Funchal, é mencionado o pedido de cedência do Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal, para os dias 24 e 31 de maio de 1958, sessões que não vieram a ter lugar.

O problema do financiamento é igualmente citado no comunicado, solicitando a ajuda de todos os simpatizantes da causa democrática na Madeira. São enumeradas complicações resultantes da carência financeira, que dificultavam a sua organização. A falta de meios de publicidade é outro problema assinalado e que, vai ao encontro do que foi afirmado anteriormente¹⁴⁷. Portanto, a campanha da oposição foi condicionada pela carência financeira, totalmente dependente dos donativos de integrantes, mas também pela parcialidade dos meios de comunicação da ilha, que dificultaria a exposição do movimento oposicionista¹⁴⁸. Os órgãos de imprensa madeirense recusaram a publicação de textos e comunicados oposicionistas, muitos deles indo contra uma suposta filosofia de trabalho do próprio jornal. Exemplo disso foi o *Diário de Notícias*, que se recusou a publicar o comunicado pedido pela oposição. Apesar de o governo salazarista ter autorizado um período de trinta dias de publicação de propaganda eleitoral, como é dito na carta, o *Diário de Notícias* negou a publicação, demonstrando a falta de independência que o mesmo afirmava ter. Segundo João de Brito Câmara, o *Diário de Notícias* estava ao “serviço exclusivo” da União Nacional¹⁴⁹. Outro caso aconteceu com o *Jornal da Madeira*, órgão da diocese do Funchal, que se recusou a publicar um texto da comissão oposicionista do distrito. Numa carta ao Bispo do Funchal, D. David de Sousa, a comissão da oposição apontava a necessidade de uma atitude imparcial, reforçando o argumento de que o governo teria dado trinta dias de propaganda¹⁵⁰. Além disso, foi negada, por várias vezes, a utilização do equipamento da rádio local madeirense para a realização de propaganda¹⁵¹. Estas atitudes demonstram as dificuldades da oposição na tarefa de partilhar e difundir os seus valores e ideias.

¹⁴⁶PT/ABM/JBC/C-A/001 – Caixa 5, Doc. 124 - Correspondência com o General Humberto Delgado (16 de maio de 1958).

¹⁴⁷PT/ABM/JBC/C-A/008 – Caixa 5, Doc. 210 – Comunicado N° 1 (15 de maio de 1958).

¹⁴⁸PT/ABM/JBC/C-A/002 – Caixa 5, Doc. 140 – Correspondência expedida para Teófilo Carvalho dos Santos: Nesta carta, João de Brito Câmara reclama, sobre o bloqueio que a imprensa madeirense dinamiza contra a oposição (25 de maio de 1958).

¹⁴⁹PT/ABM/JBC/C-A/005 – Caixa 5, Doc. 191 - Correspondência expedida para *Diário de Notícias* da Madeira (19 de maio de 1958).

¹⁵⁰PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 164 - Carta para o Bispo do Funchal, D. David de Sousa. A cópia apresenta o registo dos C.T.T. de 22 maio 1958. Encontra-se subscrita por António Manuel de Sales Caldeira, Aníbal Fernando da Trindade, Manuel G. Pestana Júnior, Ulrich da Paixão Abreu, João de Brito Câmara e João Sebastião Ferreira (1958).

¹⁵¹PT/ABM/JBC/C-A/004 – Caixa 5, Doc. 172 e 173 – Telegramas enviados para o Ministro do Interior (23 de maio de 1958 e 25 de maio de 1958).

As dificuldades na propaganda da oposição demonstram que as eleições não seriam desde logo livres, nem justas. O alinhamento de imprensa com o regime é claro. Por exemplo, a 27 de maio de 1958, em pleno período propagandístico, o *Jornal da Madeira* lançou um claro apelo ao voto a favor do Almirante Américo Thomaz¹⁵².

A questão de propaganda eleitoral foi deveras central no debate interno à oposição madeirense. A oposição madeirense tinha dificuldades em receber a propaganda vinda de Portugal Continental, o que provocou atrasos na preparação da campanha oposicionista. Esta justificação é dada por Teófilo Carvalho dos Santos¹⁵³, numa carta enviada a Pestana Júnior, no dia 2 de maio de 1958¹⁵⁴. Numa segunda carta, desta vez para Brito Câmara, são declarados novos problemas com a propaganda, pois, aparentemente, a que já se encontrava produzida tinha desaparecido. Nesta carta é afirmado que a “oposição nacional” estaria entusiasmada e que tencionava ir “à boca das urnas”, convencida de que o Governo acabaria por dar todas as garantias¹⁵⁵. No dia 14 de maio de 1958, como já mencionado, foi então formalizada a Comissão Distrital oposicionista junto do Governo Civil do Funchal, sendo composta por Manuel Gregório Pestana Júnior, António Manuel de Sales Caldeira, Aníbal Fernandes da Trindade, Ulrich da Paixão Abreu e, por fim, João de Brito Câmara. Igual informação foi enviada para Lisboa, onde o candidato Humberto Delgado ficaria a conhecer os nomes que o representariam no Distrito Autónomo do Funchal¹⁵⁶.

Tal como já referimos, as sessões marcadas para o Teatro Municipal Baltazar Dias, mencionadas no comunicado de 15 de maio, acabaram por ser desmarcadas, devido a uma alegada sobreposição de datas na realização das propagandas da União Nacional e da Oposição. A 23 de maio, o presidente da Câmara do Funchal, António Bettencourt Sardinha, informou que a realização não seria possível, devido a ação de campanha de Américo Thomaz¹⁵⁷. Foi, contudo, autorizada a realização de uma sessão de propaganda democrata para dia 27 de maio,

¹⁵²*Jornal da Madeira*, n.º 7 862, 27 de maio de 1958, pp.1 e 3.

¹⁵³Oposicionista licenciado em Direito, foi um dos fundadores, em 1945, do Partido Trabalhista, e em 1949, integrou o núcleo da Resistência Republicana Socialista. Em 1969, aderiu à Ação Socialista Portuguesa (ASP), e em 1973 faz parte da fundação do Partido Socialista (PS). Com o 25 de abril de 1974, tornou-se deputado pelo PS entre 1975 e 1986, tendo sido Presidente da Assembleia da República durante os anos de 1978 a 1980.

¹⁵⁴PT/ABM/JBC/C-A/002 – Caixa 5, Doc. 131 – Correspondência de Teófilo Carvalho dos Santos para Manuel Gregório Pestana Júnior (2 de maio de 1958).

¹⁵⁵PT/ABM/JBC/C-A/002 – Caixa 5, Doc. 134 - Correspondência de Teófilo Carvalho dos Santos para João de Brito Câmara (3 de maio de 1958).

¹⁵⁶PT/ABM/JBC/C-A/001 – Caixa 5, Doc. 125 - Correspondência com o General Humberto Delgado (maio de 1958).

¹⁵⁷PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 147 - Ofício n.º 1470, assinado pelo Presidente da Câmara, António Bettencourt Sardinha, a autorizar "a cedência do Teatro Municipal Baltazar Dias à Comissão Distrital da União Nacional" (23 de maio 1958).

tendo que assistir à mesma “um representante da autoridade”¹⁵⁸. Mesmo com a alternativa apresentada, o aviso do cancelamento da sessão, no dia anterior à sua realização, não foi do agrado da oposição democrática madeirense. Brito Câmara denunciou a forma injusta como foi tomada a decisão:

*(...) Vossa excelência teve nas suas mãos a solução equitativa da pretensão a que o mesmo se reporta, pois, em face do pedido de duas entidades com direitos iguais, nós e a Comissão Distrital da União Nacional – para efetuarem sessões de propaganda, no nosso Teatro, nos mesmos dias e hora, estava naturalmente indicado, salvo o devido respeito, que se desse um dos pedidos dias a cada uma das partes concorrentes. Lamentavelmente, porém, mais uma vez, entre tantas nestas últimas três dezenas de anos, fomos relegados à categoria de cadastrados estrangeiros, apenas com deveres dentro da nossa própria pátria.*¹⁵⁹

Para além deste acontecimento, a comissão oposicionista viu negada a realização de propaganda no Liceu Nacional do Funchal, pelo Reitor Ângelo Augusto da Silva, justificando que “nenhuma atividade estranha ao Liceu” se poderia realizar no estabelecimento de ensino, “sem autorização expressa do Ministério de Educação Nacional”¹⁶⁰. A solução encontrada foi a realização de uma sessão, no Mercado dos Lavradores, sendo autorizada já no dia 27 de maio, por Ruy Faria Pereira, Chefe de Secretaria da Câmara Municipal do Funchal¹⁶¹. No total, a oposição conseguiu realizar três sessões de propaganda, nos dias 27 de maio, 2 de junho e 7 de junho de 1958. No curso das sessões, foi possível verificar um incremento da assistência. Se na primeira sessão, João de Brito da Câmara centrou o seu discurso nos feitos da oposição democrática nacional, desde 1945, e o seu papel para transformar o país¹⁶², na segunda sessão existiu um ambiente de entusiasmo patriota, com uma assistência lotada, superando a

¹⁵⁸PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 148 - Comunicado com n.º 116, L. S., n.º 1316, com o timbre do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, assinado pelo Governador do Distrito, João I. Camacho de Freitas, Autoriza "a reunião de propaganda da candidatura do General Humberto Delgado, requerida (...) não sendo permitida a transmissão para o exterior nem manifestações na via pública" (26 de maio 1958).

¹⁵⁹PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 151 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (maio de 1958).

¹⁶⁰PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 163 – Carta do Reitor do Liceu Jaime Moniz do Funchal, negando autorização da realização de qualquer sessão no estabelecimento. (22 de maio de 1958).

¹⁶¹PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 146 - Certidão, em papel selado, assinada pelo Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Funchal, Ruy Faria Pereira, a indeferir a cedência do Mercado dos Lavradores, "(parte coberta)", para a realização de duas sessões de propaganda.

¹⁶²PT/ABM/JBC/C-A/007 – Caixa 5, Doc. 200 – Apontamentos do discurso da 1ª sessão de propaganda, de João de Brito Câmara (discurso do dia 27 de maio de 1958).

capacidade máxima da sala, que escutava com atenção “palavras de crítica construtiva, de liberdade e de esperança em melhores dias para o Povo português”¹⁶³. Ambas as sessões foram presididas por Manuel Gregório Pestana Júnior.

O apoio à candidatura de Humberto Delgado fez-se sentir com o aumento de audiência durante as sessões. Alguns dos simpatizantes já eram aliás seguidos pela PIDE¹⁶⁴. Todavia, o apoio demonstrado a Humberto Delgado manifestou-se também sob a forma de correspondência privada, nomeadamente cartas dirigidas a Brito Câmara. Por exemplo, um indivíduo de nome João Rodrigues Figueira, residente na freguesia de Santo António, no Funchal, manifestou o seu apoio a Delgado, apesar do candidato não preencher todos os requisitos que o tornariam o candidato ideal¹⁶⁵. Este cidadão declarou ser “mais por um candidato democrático e civil”, sendo que, alegadamente, se refere “democrático” como tendo sido escolhido numa primeira fase, seguindo o pensamento de primárias políticas. Apesar deste detalhe, afirma-se a favor da oposição democrática e de todas as tentativas que ajudem a derrotar o regime vigente. Sobre as eleições legislativas de 1957, deixa claro que dois fatores levaram a que não fosse votar: a ausência de uma lista oposicionista no círculo eleitoral do Funchal e a falta de fiscalização das urnas. Exterioriza, igualmente, uma vontade de unidade oposicionista, o que de certa maneira aconteceu com a desistência de Arlindo Vicente a favor de Humberto Delgado. Essa unidade seria fundamental para derrotar Américo Thomaz e o próprio regime salazarista. O desejo da realização de eleições livres e justas, à imagem dos países nórdicos europeus, era uma referência comum entre os democratas, sendo apontado também por João Rodrigues Figueira nesta carta, bem como por João de Brito Câmara, no discurso proferido na segunda sessão de propaganda, em 2 de junho de 1958¹⁶⁶. No término do seu texto, João Figueira conclui com um sentimento de injustiça, mas afirma que a desistência dos democratas não deve ser opção:

Agora a mesma comédia como sempre os da UN ocupam as emissoras, os melhores salões e com o dinheiro nosso (...) Não devemos cruzar os braços se for preciso lutar pelos nossos direitos, é preciso lutar pela liberdade e pela democracia!!!

¹⁶³PT/ABM/JBC/C-A/008 – Caixa 5, Doc. 207 – 2º comunicado, a 4 de junho de 1958.

¹⁶⁴AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959); AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1960-1962); AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965) - São mencionados, para além dos já citados, Carlos Alberto de França Ferreira Júnior, Manuel Fernandes de Abreu, João Encarnação Drumond Ferreira e Júlio Augusto Valente de Melo Cabral.

¹⁶⁵PT/ABM/JBC/C-A/002 – Caixa 5, Doc. 136 - Carta de João Rodrigues Figueira (20 de maio de 1958).

¹⁶⁶PT/ABM/JBC/C-A/007 – Caixa 5, Doc. 201 – Discurso de João Brito da Câmara, na segunda sessão de Propaganda (2 de junho de 1958).

O resultado eleitoral foi claramente uma desilusão para a oposição madeirense. À imagem do resto do país, os oposicionistas madeirenses reclamaram a injustiça praticada pelo Estado Novo. A comissão eleitoral oposicionista madeirense exprimiu o seu profundo descontentamento numa carta enviada ao mais alto representante do regime na ilha, o governador civil, João Camacho de Freitas¹⁶⁷. Desde o início, os oposicionistas referem-se ao momento como “pseudo-eleitoral”. Demonstaram o seu sentimento de indignação pela forma “irregularíssima” como ocorreram as eleições, dizendo ainda que os portugueses não mereciam “semelhante desprezo” por quem tem na sua posse, mesmo que “temporariamente”, dos “grandes mas precários recursos da tirania: a força material, a polícia política e a censura”. A limitação causada pela força exercida por este “trio de poder” enfraquecia qualquer oposição democrática. Referem-se ao “Simulacro de propaganda eleitoral”, que correu de forma desequilibrada e sem justiça patente. A privação de recintos públicos, como foi verificado anteriormente com a recusa na disponibilização do Teatro Municipal Baltazar Dias, bem como das emissoras locais para a realização da propaganda. Os “mais simples comunicados” e manifestos foram controlados, existindo apreensões policiais dos mesmos. No entanto, este não foi o primeiro foco da extensa carta em causa, afirmando:

*Não nos queremos referir agora aos condicionalismos, injustiças e vexames que fomos vítimas durante o decorrer dum simulacro de propaganda eleitoral (...). Não, agora, queremos tratar somente do acto eleitoral em si e, apressada resenha, do que ele teve de estranho, anormal e grotesco.*¹⁶⁸

O verdadeiro intuito da carta foi a denúncia do carácter fraudulento do ato eleitoral, apontando as dificuldades criadas pelo governo à fiscalização do sufrágio. Os oposicionistas denunciaram, desde logo, a dificuldade ocorrida no levantamento dos boletins de voto, que dizem ter sido entregues tardiamente, tendo acesso aos mesmos às 15 horas da véspera do dia do escrutínio, ainda por dobrar, tendo apenas duas horas até ao encerramento das repartições públicas e organismos oficiais, e a quatro horas do encerramento de todo o comércio da cidade.

¹⁶⁷PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958).

¹⁶⁸PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958).

Nesse mesmo dia, João de Brito Câmara, numa carta enviada a Teófilo dos Santos, demonstra desagrado pelo atraso dos boletins, declarando ser um “fantástico truque do Governo”¹⁶⁹. Nos concelhos rurais, onde a vitória da União Nacional foi mais clara, os oposicionistas salientaram a precária fiscalização e a ausência da mesma nessas localidades, pois estaria ocupada pelo despacho dos boletins. Mesmo assim, a oposição sublinha os resultados de algumas freguesias, tal como a diferença de participação das secções fiscalizadas para as que não o foram. Por exemplo, na freguesia de Santa Maria Maior, situada no concelho do Funchal, a secção A, fiscalizada, teve uma participação de 35,4% dos inscritos, com 189 votos para o General Humberto Delgado e 306 votos para o Almirante Américo Thomaz. Apesar dos votos a favor do candidato do regime serem superiores, podemos considerar uma aproximação relativa, com uma diferença de apenas 117 votos entre ambos. No entanto, na mesma freguesia, mas na secção B, que não teve a fiscalização da oposição, os números foram drasticamente diferentes. A participação dos votantes inscritos subiu para 81%, com o candidato oposicionista a ter apenas 169 votos, contra 736 votos para Américo Thomaz, ou seja, uma diferença de 567 votos, quase cinco vezes mais que a diferença existente na secção anterior. São ainda apresentadas freguesias onde a fiscalização se fez e as taxas de participações são igualmente mais baixas que o apresentado em freguesias sem a mesma, tais como Santa Luzia e Imaculado Coração de Maria, com 41%, e São Martinho, com 29,6%. Todos estes dados expostos pela comissão procuravam demonstrar o carácter fraudulento dos resultados, tal como se pode concluir a partir da leitura das últimas duas linhas da carta:

(...) o chamado Governo do País, nasceu duma ficção, pretende legitimar-se numa ficção e sustenta-se numa ficção. Como pode contentar-se com tão pouco?

Quanto a nós, tudo fizemos para acabar com semelhante falsa situação; a culpa não é nossa por não se tentar pôr-lhe termo na última oportunidade – a última, digne-se notar Vossa Excelência – que, para tal, o Governo e a União Nacional tiveram da nossa parte, com a melhor boa-fé e isenção.

É caso para dizermos como Tayllerand: “- Mais do que um crime, isto é um erro! Os crimes perdoam-se ou amnistiam-se, os erros não se esquecem mais!”¹⁷⁰

¹⁶⁹ PT/ABM/JBC/C-A/002 -Caixa 5, Doc. 141 – Correspondência de João de Brito Câmara para Teófilo Carvalho dos Santos (3 de junho de 1958).

¹⁷⁰PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958).

Neste sentido, a oposição manifestou o seu descontentamento perante a fraude eleitoral. Dito isto, apesar da derrota oficial do General Humberto Delgado no Distrito Autónomo do Funchal, importa fazer uma análise dos dados eleitorais nos vários concelhos que formam o Arquipélago da Madeira.

Quadro 1 - Resultado Eleitoral nos concelhos do Distrito Autónomo do Funchal¹⁷¹

Concelho	General H. Delgado		Almirante A. Thomaz		Listas Viciadas		Votos Totais
	Votos	%	Votos	%	Votos	%	
Funchal	2250	25,05%	6712	74,74%	19	0,21%	8981
Câmara de Lobos	8	0,79%	1006	99,21%	0	0,0%	1014
Ribeira Brava	102	9,8%	939	90,2%	0	0,0%	1041
Ponta do Sol	60	7,43%	748	92,57%	0	0,0%	808
Calheta	21	1,81%	1135	97,93%	3	0,26%	1159
Porto Moniz	0	0,0 %	465	99,79%	1	0,21%	466
São Vicente	16	2,15%	728	97,85%	0	0,0%	744
Santana	1	0,12%	831	99,88%	0	0,0%	832
Machico	9	0,88%	1009	99,02%	1	0,1%	1019 ¹⁷²
Santa Cruz	219	9,1%	2187	90,9%	0	0,0%	2406
Porto Santo	11	4,85%	214	94,27%	2	0,88%	227
Total da Ilha	2697	14,42%	15974	85,44%	26	0,14%	18697

Os resultados oficiais mostram que o General Humberto Delgado, apesar da derrota, conseguiu uma base de apoio significativa no concelho do Funchal. Neste concelho, a oposição conseguiu ter 25,05% dos votos, traduzindo-se em 2250 sufrágios, um quarto dos eleitores do Funchal. Esta situação é facilmente justificada pela maior fiscalização eleitoral exercida pela oposição. Depois do Funchal, foi o concelho de Santa Cruz que mais votos deu a Humberto Delgado, a saber 219 votos, num total de 2406, ou seja, 9,1% do total. Seguiu-se a Ribeira Brava, com 102 votos num total de 1041, ou seja, 9,8% dos votos. Pelo contrário, a quase ausência de votos no candidato opositor nos concelhos de Porto Moniz e de Santana deve ser questionada. Na verdade, em ambos os concelhos não existiram elementos opositores, não sendo possível, à oposição, o envio dos boletins, devido ao atraso dos mesmos, nem a

¹⁷¹*Diário de Notícias* (Madeira), nº 27.058, 9 de junho de 1958, p.1. Algumas das percentagens apresentadas serão diferentes das expostas no órgão em causa. No caso do concelho de Porto Moniz, onde o candidato opositor não conseguiu nenhum voto, é contabilizado 0,22% para o mesmo, estando errado tal contabilização.

¹⁷²O valor total de votantes, apresentado para o concelho de Machico, não coincide de facto com o real número, pois são apresentados 1018 votos. Possivelmente terá sido esquecido o voto incluído na secção “listas viciadas”.

realização do simulacro de fiscalização¹⁷³. No concelho de Santana, apenas um voto caminhou a favor da campanha oposicionista, ao passo que o concelho de Porto Moniz não entregou nenhum voto.

O número de participantes no escrutínio foi uma das razões que levaram a oposição a determinar fraude eleitoral. De resto, nas eleições legislativas ocorridas a 3 de novembro de 1957, estavam inscritos 32 560 eleitores¹⁷⁴, sendo que, oficialmente, votaram 23 521 inscritos¹⁷⁵. Ora, menos de um ano depois, nas eleições presidenciais, o número de votantes desceu oficialmente para 18 696¹⁷⁶. Para a oposição, esta descida indicia fraude eleitoral por parte do regime, pois o número de votantes terá sido efetivamente superior¹⁷⁷. Além disso, retornando à questão dos concelhos de Porto Moniz e Santana, a oposição alegou que a elevada participação nesses dois concelhos onde o candidato do regime ganhou quase por unanimidade, seria fruto de fraude. Isto porque no Funchal, onde o eleitorado era politicamente mais consciente, a participação eleitoral não ultrapassou os 41%¹⁷⁸, - facto que torna inexplicável uma tão elevada participação eleitoral em Santana e no Porto Moniz.

Em todo o caso, apesar de todos os condicionalismos, a comissão oposicionista agradeceu ao Governador Civil. Num gesto de cordialidade, numa carta manuscrita, agradecem a forma como este se mostrou disponível para a comissão. Justificam, ainda, o motivo da redação da carta no dia 9 de junho, de forma tão rápida, pois a mesma deveria responder rapidamente aos acontecimentos que a provocaram:

(...), um voto de agradecimento à Vossa Excelência, pela forma cortês e pronta com que, no decorrer das actividades eleitorais, sempre atendeu qualquer dos seus membros. A emissão deste merecido voto na carta em referência, deve-se

¹⁷³PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958), p. 4.

¹⁷⁴PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958), p. 3.

¹⁷⁵*Diário de Notícias* (Madeira), nº 26.852, 4 de novembro de 1957, p. 1.

¹⁷⁶*Diário de Notícias* (Madeira), nº 27.058, 9 de junho de 1958, p. 1.

¹⁷⁷PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958), p. 3.

¹⁷⁸PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958), p. 4.

*exclusivamente à rapidez com que a mesma teve de ser redigida para que traduzisse o significado de um pretexto imediato contra os lamentáveis factos que a motivaram.*¹⁷⁹

2.3. A Oposição democrática na Madeira após as eleições de 1958

Até às eleições presidenciais de 1958, a atividade da oposição democrática na Madeira resumiu-se a ações pontuais. A Comissão Distrital do MUD no Funchal, criado em 1945, não conseguiu criar uma lista própria pelo círculo eleitoral do Distrito Autónomo do Funchal. A atividade oposicionista também foi reduzida nas eleições presidenciais de 1949. Pelo contrário, as eleições de 1958 permitiram à oposição estruturar-se na Madeira, mantendo a sua atividade muito para além do ato eleitoral. Por exemplo, a oposição democrática madeirense tentou reeditar a carta a Salazar, do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, em outubro de 1958. No entanto, a polícia política, num telegrama para Lisboa, pediu providências, a fim de impedir a publicação da mesma¹⁸⁰. A oposição procurou também comemorar o feriado da Implantação da República. Em 1958, essa comemoração foi negada pelo Governador Civil do Funchal. A única justificação apresentada prendeu-se com o facto de que, apesar do governo central ter autorizado as comemorações do 5 de Outubro, essa mesma autorização abrangia apenas a cidade de Lisboa¹⁸¹. No ano seguinte, em 1959, a oposição levou a cabo petições para a disponibilização do Teatro Municipal e outra para a autorização de uma sessão comemorativa do 5 de outubro¹⁸², sendo que, dias antes, a polícia política afirmava que a “camada oposicionista local” estaria a organizar reuniões preparatórias da celebração¹⁸³. Relacionado com a comemoração do 5 de outubro, João de Brito Câmara, enviou uma carta a Humberto Delgado, com a data de 29 de setembro de 1959, mas que foi interceptada pela PIDE no Funchal. Nessa missiva, Brito da Câmara elogiou a “coragem e a fé” do general, pela “nobre causa” que

¹⁷⁹PT/ABM/JBC/C-A/003 – Caixa 5, Doc. 157 – Manuscrito da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (10 de junho de 1958).

¹⁸⁰AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Telegrama Interpol, onde se informa que a “oposição” local pretendia reeditar a carta do Bispo do Porto, dirigida a Salazar. São pedidas providências (17 de outubro de 1958).

¹⁸¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Faziam parte da comissão de organização os elementos: João Sebastião Ferreira, António Manuel de Sales Caldeira e João de Brito Câmara, sendo oradores Manuel Gregório Pestana Júnior (Presidente da mesa), Aníbal Fernando da Trindade e César Augusto Pestana. Acabaram por se reunir apenas num almoço no Hotel Miramar, aparentemente, sem discursos políticos nem atividades oposicionistas (7 de outubro de 1958).

¹⁸²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Documentação datada a 16 de setembro de 1959.

¹⁸³AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 431 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1951-1953, 1957-1959): Estão citados João de Brito Câmara, João Creswell Sousa, Aníbal Fernando da Trindade, Ulrich da Paixão Abreu, João Elmano Varela e Manuel Gregório Pestana Júnior (no texto ainda citam “e outros”, sem nomear mais intervenientes) (11 de setembro de 1959).

os une, do “bem da libertação e resgate” da “martirizada Pátria comum”, que acreditava estar próxima¹⁸⁴.

Neste contexto, o papel da oposição madeirense começou a ganhar relevância fora de contexto eleitoral, dinamizando ações democráticas e enfrentando o regime. Em 1959 é criado um *Boletim Informativo da Resistência Portuguesa na Madeira*¹⁸⁵. Este é coordenado por João de Brito Câmara, com o auxílio de Ulrich da Paixão Abreu¹⁸⁶. O primeiro número deste mesmo boletim é publicado no dia da implantação da República, um claro tributo à mesma. Num primeiro ponto, no relatório enviado a 5 de outubro pelos serviços da polícia política no Funchal, é referido que o financiamento, era assegurado por Brito Câmara, na sua totalidade. Numa terceira confidencial, a 17 de outubro de 1959, a polícia política chamou à atenção para a relativa importância do boletim, visto que este era igualmente expedido para o Continente. De facto, numa segunda tiragem do Boletim, foram impressos cerca de 150 a 200 exemplares, sendo as despesas custeadas pelos oposicionistas Brito Câmara, António Sales Caldeira e Aníbal Fernando da Trindade. Neste número existem trechos da obra *Portugal Oprimido*, de Fernando Queiroga, bem como notícias da atividade do General Humberto Delgado no Brasil. São igualmente referidas as “atrocidades” realizadas pela PIDE no Porto. A PIDE conseguiu identificar onze pessoas a quem os boletins foram entregues, sendo seis delas residentes no Continente¹⁸⁷. Ficamos a saber nestas cartas que existem correspondentes internacionais no Brasil e na Venezuela, bem como tradutores de notícias estrangeiras. Desta forma, a oposição madeirense, ao criar este boletim informativo, consegue atingir uma projeção e importância que

¹⁸⁴AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços Reservados: Circulares; Correspondência Confidencial recebida e Relatórios (1951-1971): Confidencial nº1, com transcrição de carta enviada por João de Brito Câmara ao General Humberto Delgado, a 25 de setembro de 1959. Ainda são dadas informações sobre o oposicionista madeirense, tal como a leitura de imprensa internacional e ligações a pessoas que a fazem chegar. É transcrita uma carta enviada pelo mesmo a Álvaro Lins, Embaixador do Brasil, pela altura que o mesmo visitara a Ilha da Madeira, sendo esta de 23 de setembro de 1959 (29 de setembro de 1959).

¹⁸⁵*Boletim Informativo da Resistência Portuguesa na Madeira*. Boletim orientado e escrito pelos oposicionistas João de Brito Câmara e Ulrich de Paixão Abreu. Neste meio, eram colocadas notícias referentes à realidade oposicionista democrata nacional, introduzindo recortes de jornais internacionais, notícias vindas de colaboradores externos e apontamentos nacionais, com o intuito de manter atualizada a oposição insular.

¹⁸⁶AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços Reservados: Circulares; Correspondência Confidencial recebida e Relatórios (1951-1971): Confidencial nº2, onde notifica que membro da comissão distrital da candidatura do General Humberto Delgado, organizaram uma pequena “máquina panfletária”, para publicação de publicidade, retalhos da imprensa estrangeira “que atinjam a dignidade da política seguida pelo Estado Novo e a dos seus dirigentes”. Referem-se então ao *Boletim Informativo da Resistência Portuguesa*. (5 de outubro de 1959).

¹⁸⁷AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços Reservados: Circulares; Correspondência Confidencial recebida e Relatórios (1951-1971): Confidencial nº3, com onze nomes de recetores do *Boletim Informativo da Resistência Portuguesa*. Na Madeira, receberam: António Manuel Sales Caldeira, Aníbal Fernando da Trindade, Raúl Costa, Aires Roque de Freitas Albuquerque, e Alfredo Francisco. Em Lisboa, receberam: Nuno Rodrigues dos Santos, António Assis Esperança, Edmundo de Bettencourt, Henrique de Ornelas Gonçalves, Alfredo Melo Macedo Faria, e Ricardo Teixeira (17 de outubro de 1959).

a mesma não tinha no início da década de 1950. O boletim demonstra a motivação da oposição na luta contra o regime.

Toda a caminhada oposicionista, levada a cabo durante a década de 1950, revela o fortalecimento dessa mesma oposição, sobretudo a partir de 1957/1958, sendo isso patente na cidade do Funchal nas eleições presidenciais de 1958. Um fortalecimento que contrasta com a debilidade da oposição madeirense na década de 1940 e no início da década de 1950. Por outro lado, apesar da não participação em eleições anteriores a 1958, João de Brito Câmara foi se tornando no pilar central do núcleo oposicionista, estando inserido no DDS, de onde recebia diretivas, como se sucedeu nas eleições presidenciais de 1958. Para além da ação organizadora, Brito Câmara acabou por se tornar o representante informal da oposição madeirense, na década de 1950, respondendo diretamente aos representantes do regime. E a partir de 1957, com a designação por parte do Diretório, torna-se oficialmente a figura responsável, pela oposição democrática madeirense. De referir que, muito embora Brito Câmara tenha considerado inapropriado uma coligação com o PCP, acabou, num segundo momento, por aceitar a integração de pelo menos um comunista na comissão oposicionista de 1958. Uma decisão pragmática, que terá reforçado a capacidade de mobilização da oposição, pelo menos no Funchal.

Claramente, Brito Câmara não era a única figura de referência no âmbito da oposição madeirense. Para além de Brito Câmara, Manuel Pestana Júnior e António Sales Caldeira tinham um grande peso dentro do núcleo oposicionista. Os três seriam aliás os representantes da oposição nas eleições legislativas. A sua influência manteve-se ao longo da década de 1960, pelo menos até ao falecimento de Brito Câmara e Pestana Júnior.

CAPÍTULO 3. A OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA MADEIRENSE NA DÉCADA DE 1960

Neste capítulo, vamos analisar a atividade política da oposição democrática no Distrito Autónomo do Funchal na década de 1960, tendo em especial consideração os períodos eleitorais de 1961 e de 1969. Nesta década, assistiu-se não só à formação de listas oposicionistas às eleições para a Assembleia Nacional, como esta chegou a ir mesmo a votos em 1969, à semelhança do que ocorreu no resto do país. Assim, pela primeira vez desde a implantação do Estado Novo, mesmo que com imensas limitações, a oposição foi a sufrágio, em eleições legislativas, contrariando o que ocorrera em eleições anteriores, nas quais a oposição desistiu por falta de condições democráticas. Mas antes de avançarmos para a análise propriamente dita da questão eleitoral, importa ver o contexto nacional e regional.

3.1. Contexto nacional e regional

A situação nacional nas décadas de 1960 e 1970 foi caracterizada por importantes alterações políticas, sociais e económicas. Desde logo, há que assinalar o início da Guerra Colonial, provocada pela recusa por parte do governo português em negociar a independência dos territórios ultramarinos. A luta armada começou em Angola, em 1961, estendendo-se depois à Guiné (1963) e, por fim, a Moçambique (1964)¹⁸⁸. Este conflito irá concentrar as atenções por parte dos governos de Salazar, num primeiro momento, e de Marcelo Caetano, a partir de 1968. Claramente, a guerra teve um elevado impacto financeiro nas contas do Estado Português. Durante a década de 1960, cerca de 36% do orçamento português era gasto em despesas da guerra, sendo o maior esforço de uma nação ocidental, desde 1945¹⁸⁹. O impacto da guerra na sociedade metropolitana foi elevado, fomentando o descontentamento político e servindo de argumento essencial à crítica oposicionista.

Por outro lado, no campo da oposição assistiu-se à radicalização de alguns setores mais à esquerda, que passaram a questionar os métodos e mentalidades “tradicionalmente imperantes no oposicionismo”, do lado liberal ou do lado do Partido Comunista Português¹⁹⁰. Surgiu assim uma esquerda de inspiração maoísta e defensora do derrube da ditadura por meios violentos, entre os quais a luta armada¹⁹¹.

¹⁸⁸RAMOS, Rui et. al - *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, pp.682-683.

¹⁸⁹CANN, John P. – *Contra-Insurreição em África, 1961-1974: o modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Atena, 1998, pp.124, 149 e 229.

¹⁹⁰ROSAS, Fernando – *Ob. Cit.*, 1998, pp. 481 e 483.

¹⁹¹Para maior aprofundamento, sugere-se a leitura de: Cardina, Miguel - *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

De grande relevância política foi a alteração da chefia de governo em 1968. De facto, Marcelo Caetano sucedeu a Salazar, em setembro de 1968, devido à incapacidade física do “velho ditador” para poder continuar a governar. Marcelo Caetano representava uma parte dos setores reformistas do regime, defensor de uma certa abertura política à oposição moderada e não comunista. Após 1968, Marcelo Caetano ensaiou uma certa liberalização do regime, pelo menos de maneira aparente, mantendo a guerra. Foi neste contexto que tiveram lugar as eleições legislativas de 1969, em que a oposição foi às urnas, mas não conseguiu eleger nenhum deputado. Por sua vez, Marcelo Caetano construiu um executivo governamental alegadamente reformista, segundo uma alegada política de “evolução na continuidade”¹⁹².

Todavia, as prometidas medidas liberalizadoras constituíram apenas uma “abertura ensaiada”¹⁹³ de ligeiras mudanças, focadas na continuidade do regime. De facto, mesmo nas eleições, a liberdade encontrava-se nos limites do possível, sendo que o voto se mantinha restrito a um corpo eleitoral reduzido. Certas práticas contribuíram também para inibir o voto na oposição. Por exemplo, as comissões oposicionistas esforçaram-se para imprimir os boletins de voto, à semelhança da União Nacional. No entanto, a UN alterou os que a ela diziam respeito, diferenciando propositadamente e inibindo os votantes na oposição que assim podiam facilmente ser identificados¹⁹⁴.

No plano regional da Madeira, assistimos na década de 1960 à atividade de duas listas oposicionistas às eleições legislativas, bem como ao aparecimento do renovado *Comércio do Funchal*, semanário de linhas oposicionistas, reorganizado por jovens inconformados com a realidade política portuguesa. No plano do fomento de economia e ao contrário do que acontecera no primeiro Plano de Fomento, observou-se uma verdadeira atenção ao Arquipélago da Madeira por parte do Governo de Lisboa. O II Plano de Fomento (1959-1964) contemplou a construção das estruturas aeroportuárias na região, a projeção para a ampliação do porto do Funchal e o investimento na hidráulica agrícola. Contudo, um Planeamento Regional completamente dedicado às ilhas adjacentes apenas será publicado no III Plano de Fomento, concebido para ser no quinquénio 1968-1973¹⁹⁵.

¹⁹²ROSAS, Fernando – *Ob. Cit.*, 1998, p. 487.

¹⁹³ROSAS, Fernando – *Ob. Cit.*, 1998, p. 489.

¹⁹⁴PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014, p. 517.

¹⁹⁵FREITAS, João Abel de – *A Madeira nos tempos de Salazar: a economia 1926-1974*. Lisboa: Edições Colibri, 2015, pp. 173-179.

3.2. As eleições legislativas de 1961

No início da década de 1960, João de Brito Câmara continuava a ser uma figura ativa da oposição madeirense¹⁹⁶. Devido à sua intensa participação na campanha eleitoral do General Humberto Delgado de 1958, acabou por ser detido pela polícia política¹⁹⁷. De facto, a PIDE levou a cabo uma ação contra alguns oposicionistas madeirenses entre os quais Brito Câmara, preso a 14 de março de 1960, permaneceu nos calabouços do estabelecimento policial do Funchal durante três meses, até 14 de julho de 1960. Contudo, apesar da intimidação gerada, o oposicionista madeirense, líder dos democratas da ilha, manteve a luta política ao longo da década de 1960. O seu estatuto e coragem permitiu-lhe trocar correspondência com o Governador Civil do Funchal, João Inocêncio Camacho Freitas, demonstrando desagrado pela forma como este mencionara a oposição democrática da ilha, de forma pejorativa. Esta ocorrência deu-se no período eleitoral de 1961, entendendo-se desde logo a razão das críticas por parte de Camacho Freitas. As palavras do Governador teriam sido, segundo Brito Câmara, as seguintes:

*Esses são os insatisfeitos de sempre, por atitude deliberada de espírito, sempre prontos a esfrangalhar a razão e a negar a justiça por prazer mórbido de dizer mal ou impulso de ódios recalçados.*¹⁹⁸

Esta afirmação demonstra bem a imagem que o mais alto representante do Governo de Salazar na ilha tinha da oposição. A falácia *ad hominem*, pelo simples ataque e desvalorização da argumentação oposicionista, criando uma imagem dos mesmos que os distanciasse das populações. Estas palavras foram proferidas no dia 7 de novembro de 1961, na inauguração da rede de energia elétrica da freguesia da Ribeira da Janela (concelho de Porto Moniz). O Governador Civil teria acrescentado:

*Para alguns fez-se muito pouco e sujeito a graves reparos e para esses a Madeira tinha direito a usufruir muito mais e, também, a exigir muito mais dos responsáveis pelos seus destinos.*¹⁹⁹

¹⁹⁶LEMOS, Mário Matos e - *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário*. Lisboa: Texto Editores, 2009, p. 32.

¹⁹⁷PT/TT/PIDE/E/010, Livro 120, registo nº 23942 – João de Brito Câmara.

¹⁹⁸PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 42 – Correspondência de João Inocêncio Camacho de Freitas (10 de novembro de 1961).

¹⁹⁹PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 42 – Correspondência de João Inocêncio Camacho de Freitas (10 de novembro de 1961).

Esta declaração, que no enquadramento do discurso se compreende ter um tom sarcástico, não reconhecia os direitos, hoje normalizados, dos cidadãos. Considerava que os oposicionistas apenas se movimentavam para criar agitação e criar discórdia no seio dos madeirenses. E, contra esta premissa, João de Brito Câmara declarou que a opinião de Camacho de Freitas é “infeliz e injustíssima”. Julgou a declaração do Governador Civil uma resposta, mesmo que de forma indireta, ao Manifesto oposicionista madeirense, subscrito pelos candidatos a deputados da oposição, onde se incluía Brito Câmara. O oposicionista madeirense referiu na correspondência que, ao contrário da atuação dos representantes da União Nacional e do governo central, não considerava os candidatos da UN como “inimigos”, mas sim “adversários”, ainda que de alguma forma “enfatuados”. Conclui que Camacho de Freitas acabaria por legitimar esta última designação, devido “ao tom de enjoada superioridade” com que tratara a oposição madeirense. Já na última parte do documento, João de Brito Câmara deixou uma mensagem sobre o conformismo presente nas bases apoiantes do regime, onde inclui o Governador Civil, declarando:

*(...) É que o progresso da Humanidade nunca foi consequência dos que se adaptam à pantanosa quietude “do que está” (...) mas, pelo contrário, dos que sacrificam ócios, tranquilidade, pompas, vida fácil e bem estar, na pira cadente do inconformismo criador. Correm-se riscos tremendos, não há dúvida, mas a alma é o deslumbramento dum festa infindável! “Insatisfeitos de sempre”! Que grande título nos concedeu V. Exa!*²⁰⁰

Claramente, esta troca de correspondência e críticas por parte do líder oposicionista foi propiciada por um certo relaxamento de repressão nos períodos eleitorais, mesmo que de forma limitada. O período eleitoral de 1961 foi das escassas vezes em que oposição madeirense propôs uma lista de candidatos a deputados para a Assembleia Nacional. A lista incluía João de Brito Câmara, António Sales Caldeira e Manuel Gregório Pestana Júnior, todos eles figuras centrais da oposição na região, presentes já na década anterior e, no caso de Pestana Júnior, desde a movimentação política do MUD em 1945, sendo um velho democrata da Primeira República²⁰¹. A lista apresentou a sua candidatura a 11 de outubro de 1961 (segundo o que consta de um

²⁰⁰PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 42 – Correspondência de João Inocêncio Camacho de Freitas (10 de novembro de 1961).

²⁰¹Jornal da Madeira, nº 9020, 15 de outubro de 1961, p. 1.

telegrama dos serviços da polícia política do Funchal para a central em Lisboa)²⁰². No manifesto elaborado pelos candidatos oposicionistas, estes dizem lutar “com esperança”, sendo esta a verdadeira luta, pois sem esperança só se lutaria a “metade”. E, na realidade, o que estes quiseram dizer, segundo as palavras escritas no próprio manifesto, foi que se deveria acreditar num “triunfo imediato de pormenor, no triunfo dumas simples candidaturas”, pois a emancipação do povo português estaria cada vez mais “arreigada e viva” nos que lutam, como “indestrutível realidade de já bem próximos tempos”²⁰³. Com isto, os oposicionistas afirmavam o sentimento e a expectativa de que a luta teria os seus benefícios para o futuro, desde que os valores democratas se mantivessem “nas almas” dos indivíduos²⁰⁴. Todavia, existia igualmente a noção, expressa no manifesto, da possibilidade das eleições em causa se regerem pelos objetivos do governo de Salazar. Mesmo assim, a atividade da oposição, mesmo que limitada à região insular era algo tido como politicamente relevante. Daí a apresentação da lista.

O manifesto eleitoral da oposição madeirense englobava várias propostas, para a melhoria das condições de vida da população da Madeira e para o desenvolvimento económico, em especial no setor dos transportes e no turismo. Apontava-se maior investimento no porto do Funchal, nos aeródromos (o aeroporto da Madeira tem a sua construção terminada apenas em 1964, sendo que à data apenas o do Porto Santo, recentemente inaugurado, estava ativo), chamando-se à atenção para a importância do turismo, da agricultura, da emigração, e mais um quantos pontos pertinentes. No entanto, existia uma questão, posta na conclusão, que é um denominador comum da história contemporânea: a questão da autonomia insular. Se no primeiro ponto da conclusão, menciona-se uma completa autonomia no departamento de Turismo, no segundo ponto alude-se a um alargamento da autonomia administrativo-financeira, afirmando-se:

Mais larga autonomia financeira e administrativa. Financeiramente devem construir receitas do erário insular as provenientes não só das contribuições predial e industrial, impostos do selo, sobre sucessões e doações, gasolina, sisas, taxas e todos os direitos aduaneiros (embora se fixe uma quantia simbólica para ocorrer às despesas de soberania). Administrativamente, deve ser reformado o “Estatuto dos Distritos

²⁰²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1960-1962).

²⁰³PT/ABM/JBC/C-B/004, Caixa 6, Doc.57 - Manifesto dos Candidatos a Deputados de Oposição pelo Círculo do Funchal, subscrito por António Manuel de Sales Caldeira, João de Brito Câmara e Manuel Gregório Pestana Júnior (novembro de 1961), p. 1.

²⁰⁴PT/ABM/JBC/C-B/004, Caixa 6, Doc.57 - Manifesto dos Candidatos a Deputados de Oposição pelo Círculo do Funchal, subscrito por António Manuel de Sales Caldeira, João de Brito Câmara e Manuel Gregório Pestana Júnior (novembro de 1961), p. 1.

*Autónomos das Ilhas Adjacentes” dentro do princípio de que “a Madeira só da Madeira deve ser governada”, subtraindo-a, assim, à enervante lentidão do Terreiro do Paço ou à miopia obstrucionista dalgumas nulidades que, por vezes, lá pontificam.*²⁰⁵

No seu conjunto, o manifesto apelou à criação de infraestruturas e organismos que só foram efetivamente criados muitos anos depois, nomeadamente a fundação de “algumas faculdades para graus universitários” na ilha, ou seja, a criação de uma universidade. No último ponto, a modo conclusivo, a oposição apelou ao trabalho pelo progresso da Madeira, entendido como “modesta” contribuição para “o progresso de uma Pátria” que desejam “livre, prestigiada, democrática e próspera”²⁰⁶. O projeto da oposição democrática madeirense, desafiou assim abertamente a situação política vigente, algo que só voltou a ser possível de fazer, em termos eleitorais, em 1969, com campanha da CEDM (Comissão Eleitoral Democrática da Madeira), visto que em 1965 a oposição não apresentou lista às eleições legislativas.

No entanto, a ausência de condições democráticas levou a oposição a desistir de ir a sufrágio em todo o país. Esta opção foi seguida pela oposição na Madeira. Assim, em 8 de novembro de 1961, no *Jornal da Madeira*, foi publicada uma declaração dos candidatos da oposição sobre a campanha eleitoral²⁰⁷. Neste mesmo texto, dirigido ao Governador Civil, a oposição denunciou a maneira como foi obrigada, por parte do Governo Civil, a submeter o seu manifesto e propaganda ao crivo de censura²⁰⁸. Desta maneira, não havia verdadeiramente liberdade de expressão e as eleições não seriam nem democráticas, nem livres. Os oposicionistas madeirenses criticaram também “a paz estagnada” imposta pelo regime, denunciando que nada poderiam fazer uma vez que se encontrariam “exilados da Pátria”. Esta última afirmação expressa porventura o sentimento de separação em relação à realidade continental, como se os madeirenses vivessem segregados do resto do país.

Neste sentido, a oposição não foi a votos em 1961. A União Nacional foi a única a apresentar-se ao escrutínio. De referir que estavam inscritos 28 078 eleitores no círculo eleitoral do Funchal. Destes votaram cerca de 72,4%, ou seja, 20 348 votos. A União Nacional elegeu

²⁰⁵PT/ABM/JBC/C-B/004, Caixa 6, Doc.57 - Manifesto dos Candidatos a Deputados de Oposição pelo Círculo do Funchal, subscrito por António Manuel de Sales Caldeira, João de Brito Câmara e Manuel Gregório Pestana Júnior (novembro de 1961), p. 4.

²⁰⁶PT/ABM/JBC/C-B/004, Caixa 6, Doc.57 - Manifesto dos Candidatos a Deputados de Oposição pelo Círculo do Funchal, subscrito por António Manuel de Sales Caldeira, João de Brito Câmara e Manuel Gregório Pestana Júnior (novembro de 1961), p. 4.

²⁰⁷*Jornal da Madeira*, nº 9043, 8 de novembro de 1961, pp. 1 e 3.

²⁰⁸*Jornal da Madeira*, nº 9043, 8 de novembro de 1961, p. 3.

assim à Assembleia Nacional os deputados Alberto de Araújo, Agostinho Cardoso e Agostinho Gomes²⁰⁹.

3.3. O apagamento político da oposição depois das eleições de 1961

Findo o período eleitoral, assistiu-se ao apagamento político da oposição madeirense, em concordância com o controlo cerrado por parte da PIDE. A delegação da PIDE irá continuar a identificar e a vigiar possíveis elementos da oposição, fosse ela de índole comunista, ou simplesmente democrática. Em 1961, segundo o que nos foi possível apurar, o controlo dos democratas foi maior, sendo notificadas todas as entradas e saídas da ilha de importantes figuras da oposição madeirense. Entre 1962 e 1965, as saídas de João de Brito Câmara para Tenerife e Las Palmas, locais que o oposicionista costumava ir com frequência, foram escrutinadas, existindo um controlo claro sobre as ações desse oposicionista madeirense²¹⁰. Outras figuras da oposição foram igualmente seguidas ao pormenor pela PIDE²¹¹, de acordo com as indicações de uma circular confidencial, lançada pelos serviços da polícia política em novembro de 1962, com o número 583/CI,(2)²¹². Nesta circular, aponta-se a necessidade de vigiar de forma permanente as movimentações dos democratas madeirenses, de maneira que o seu paradeiro fosse sempre conhecido.

Esta supervisão cuidadosa por parte da PIDE, no Distrito Autónomo do Funchal, tinha como objetivo a contenção de ações oposicionistas, conhecendo as suas movimentações, vasculhando as suas correspondências, sempre na tentativa de descobrir algo que os pudesse comprometer. Pelo que foi possível apurar, por duas vezes o correio destinado a Pestana Júnior foi interceptado pela polícia política. Em ambos os casos, a polícia apreendeu revistas de teor oposicionista e imprensa da mesma natureza²¹³. Posteriormente, já em 1964, numa carta

²⁰⁹*Diário de Notícias* (Madeira), nº 28.256, 13 de novembro de 1961, p. 1.

²¹⁰AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965); AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974): documentação relacionada à circular confidencial nº583/CI,(2), indicando as entradas e saídas de João de Brito Câmara, sendo a primeira mencionada a dia 10 de novembro de 1962 (saída para Tenerife) e a última a dia 13 de setembro de 1966 (saída para Southampton).

²¹¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965); AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974): documentação relacionada à circular confidencial nº583/CI,(2), indicando as entradas e saídas dos Cidadãos António Sales Caldeira, César Augusto Pestana, Jorge de Freitas Sumares, Heliodoro Caldeira, Maria Élia Mendes Brito Câmara, Luís de Sousa e Aníbal Fernando Trindade.

²¹²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965).

²¹³AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1960-1962), AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 435 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial recebida (1951-1953) e correspondência recebida (1954-1969). No ano de 1961, por duas vezes, ambos no mês de dezembro, a polícia política interceptou de Pestana Júnior a revista *Life* e os jornais *Oposição Portuguesa* (nº 3) e *Portugal Democrático* (nº 53).

enviada ao diretor geral da PIDE²¹⁴, o chefe da subdelegação alertou para a vinda de “indivíduos considerados indesejáveis”, sendo que à polícia política interessaria continuar a assinalar a passagem de oposicionistas²¹⁵.

O arquipélago, contudo, viveu uma situação de aparente calma após 1961. Em todo o caso, através dos relatórios da PIDE, foi possível identificar um momento agitado, já perto do final do ano de 1964, no mês de novembro, com o aparecimento de mensagens, escritas em muros nas vias públicas, de cariz revolucionário. Nelas podia ler-se mensagens de desejo do fim do regime, tais como “Abaixo Salazar”, “Viva a Liberdade” e “Morra Salazar” Acima a Liberdade”²¹⁶. Estas mensagens, bastante claras no seu conteúdo, demonstram que, apesar de uma aparente tranquilidade, a ilha tinha o seu leque de indivíduos descontentes com a realidade salazarista.

Mas esse descontentamento em relação ao salazarismo não se manifestou nas eleições legislativas de 1965. Isto devido ao facto de a oposição madeirense ter decidido não participar nessas eleições. No verão desse mesmo ano, no mês de agosto, João de Brito Câmara escreveu uma carta ao Presidente da República, Américo Thomaz. Nela, opinou sobre a promulgação do Decreto-lei nº 46 503, que concedeu amnistia e redução de penas a certos crimes e infrações²¹⁷. Ainda assim, os elementos conhecidos como comunistas não foram contemplados na amnistia. Brito Câmara criticou a promulgação do Decreto-lei, considerando que o seu conteúdo era limitado e que demonstrava as limitações do regime, o qual resistia ao avanço de medidas democratizadoras para o país²¹⁸. A falta de garantias de democraticidade do ato eleitoral inibiu a oposição madeirense de apresentar uma lista, em linha com o que aconteceu na maior parte do país. De facto, apenas em cinco círculos eleitorais foram apresentadas listas oposicionistas.²¹⁹ Assim, a 8 de outubro de 1965, a delegação da PIDE no Funchal registou que a oposição madeirense não tinha formado uma lista, não tendo havido nenhuma iniciativa nesse sentido em termos locais²²⁰. Durante o período da campanha, o manifesto da oposição

²¹⁴FLUNSER, Irene Pimentel – *O caso da PIDE/DGS: Foram julgados os principais agentes da Ditadura portuguesa?*. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2017, p. 611. Não sendo mencionado o nome do Diretor em causa, é possível concluir que se trata de Fernando da Silva Pais, último ocupante do cargo (1962-1974).

²¹⁵AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 428 – correspondes da secretaria (1964-1972).

²¹⁶AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 433 - Serviços reservados: Correspondência expedida (1962-1965).

²¹⁷*Diário do Governo*, 1ª série, nº 191, 25 de agosto de 1965, pp. 1-2.

²¹⁸PT/ABM/JBC/C-B/003, Caixa 6, Doc. 36 – Carta incompleta, dirigida ao Presidente da República, sem data de produção da mesma, sendo possivelmente de 1965, pois menciona o ano em questão duas vezes.

²¹⁹LE MOS, Mário Matos e - *Ob. Cit.*, 2009, pp.34-35. A oposição esteve presente, em 1965, em apenas cinco círculos eleitorais, sendo esses: Viseu, Porto, Braga, Leiria e Lisboa.

²²⁰AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974).

democrática a nível nacional não foi publicado no arquipélago por nenhum jornal diário. Segundo a PIDE, a opinião pública geral repudiaria os termos referidos nesse manifesto, que foi conhecido através da imprensa continental²²¹. Na verdade, a oposição madeirense teria criticado a não publicação do manifesto pela imprensa insular. Mas, fora isso, não teria havido outras manifestações ou iniciativas por parte da oposição na Madeira²²². A oposição madeirense vivia então um período de significativo apagamento, sendo notória uma necessidade de renovação geracional, uma vez que os líderes oposicionistas já tinham uma idade avançada²²³.

A este respeito, várias das figuras maiores da oposição madeirense faleceram na segunda metade da década de 1960. De salientar, muito especialmente, o falecimento de João de Brito Câmara em dezembro de 1967. Com a sua morte, a oposição madeirense perdeu o seu principal líder e organizador. Após a sua morte, a delegação do Funchal da PIDE decidiu seguir de perto as ações de outros democratas, com o objetivo de apurar quem teria tomado a chefia da oposição. A PIDE chegou à seguinte conclusão:

Após o falecimento do considerado “líder” do Movimento Democrático, Dr. João de Brito Câmara, ocorrido no ano de 1968²²⁴, esta Subdelegação dedicou especial atenção à possível actividade dos seus correligionários, pois admitiu-se que outro qualquer chamasse a si o Comando, mas chegou-se à conclusão de que nenhum deles quer por falta de personalidade ou de formação política se abalançou a tal, ficando por conseguinte o Movimento sem mentor.²²⁵

Neste sentido, segundo a informação da PIDE, após a morte de Brito de Câmara, nenhum dos oposicionistas mais velhos tomou a chefia do núcleo da oposição. A isto deve acrescentar-se o facto de Manuel Gregório Pestana Júnior, outra figura de peso dos democratas madeirenses, ter igualmente falecido, em março de 1969²²⁶. Esta situação deixou a oposição

²²¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974).

²²²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974).

²²³AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 19 de fevereiro de 1965.

²²⁴Apesar da subdelegação do Funchal afirmar que o oposicionista João de Brito Câmara teria falecido em 1968, de facto o democrata madeirense faleceu a 26 dezembro de 1967. É possível que, a poucos dias de 1968, a informação tenha chegado tardia à polícia política, tendo ficado com a ideia de que o oposicionista teria morrido no ano mencionado por estes.

²²⁵AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios. Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 24 de setembro de 1969.

²²⁶HENRIQUES, Aires; HENRIQUES, Catarina – *Pestana Júnior, “Profeta” Republicano*. Pedrogão Grande: Villa Isaura, 2010, p. 191.

democrática sem as suas principais referências, mesmo que antigos democratas, tais como César Pestana, António Sales Caldeira e Aníbal Trindade, continuassem no seio oposicionista.

3.4. A renovação da Oposição democrática na segunda metade da década de 1960

Neste contexto, a oposição necessitava de uma renovação geracional, de forma a assegurar a continuidade do protesto democrático no arquipélago. Essa renovação proveio de um grupo de jovens intelectuais, que se afirmaram politicamente ao longo da década de 1960, em especial a parte de 1966.²²⁷

Neste grupo de jovens intelectuais participaram José Manuel Barroso, Artur Andrade e Vicente Jorge Silva. Este último fora notificado em 1962, ainda como estudante, por ter levado a cabo uma campanha contra o governo, sendo que uma “turma” do Liceu Jaime Moniz teria apresentado queixa contra Vicente Jorge Silva, devido às atitudes políticas do mesmo²²⁸. Este grupo de jovens oposicionistas teria o desejo de gerir um jornal, sendo que conseguiram concretizar esse objetivo em 1966, começando a sua atividade jornalística em 1967²²⁹. Trata-se do *Comércio do Funchal*, um semanário oposicionista, gerido por estes três jovens²³⁰. No entanto, a ascensão destes jovens não agradou a todos os “oposicionistas” históricos sobretudo os mais moderados. Por exemplo, Aníbal Fernando da Trindade, “um dos velhos companheiros do elenco”, democrata convicto, afastou-se da oposição durante a campanha das eleições de 1969. Segundo a PIDE, esse afastamento foi motivado pelo facto de Aníbal Fernando da Trindade não pretender alinhar com José Manuel Barroso e “os seus acólitos”, constando ainda que se estaria a aproximar, com o passar dos tempos, de elementos afetos ao regime²³¹. Este afastamento pode ter sido influenciado pela morte de Brito Câmara e de Pestana Júnior, que seriam um polo agregador dos oposicionistas na Madeira.

No entanto, em abril de 1969, “um grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento económico e social da Madeira” apresentou uma carta ao então Governador Civil do Distrito do Funchal, Coronel Braamcamp Sobral. Este grupo incluía oposicionistas como José Manuel Barroso, António Loja e Vicente Jorge Silva, bem como o comunista Rui Nepomuceno²³². A

²²⁷AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios. Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 24 de setembro de 1969.

²²⁸AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 432 - Serviços reservados: Correspondência Confidencial expedida (1960-1962). Lista de alunos ligados a Vicente Jorge Silva, numa campanha contra o governo, sendo eles: António Trindade (filho do oposicionista Aníbal Trindade), José Jorge Gonçalves Brito, Fernando Alberto Carolino da Silva, Luciano José de Freitas Nunes e Carlos Costa Mendes. Todos os indivíduos foram alunos do Liceu Jaime Moniz.

²²⁹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 24 de setembro de 1969.

²³⁰No próximo capítulo iremos indicar detalhadamente a atividade do jornal *Comércio do Funchal*.

²³¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 17 de outubro de 1969.

²³²LOJA, António; et. al. – *Carta a um governador: 22 de Abril de 1969*. [s.l.]: [s.n.], 1994 (reedição).

carta foi igualmente assinada por membros de diversos organismos católicos, principalmente da Juventude Operária Católica, e ainda por vários padres católicos, então denominados “padres progressistas”²³³. Na carta apresentavam-se questões e propostas para o desenvolvimento do Distrito Autónomo do Funchal, apontando que a realidade seria “grave”. Relativamente às eleições legislativas, que iriam ocorrer nesse ano, os signatários, temendo a continuação das regras “já de antemão viciadas”, sublinham a importância do diálogo:

*O maior serviço que se pode hoje prestar à Pátria é o diálogo, a livre discussão dos problemas que afligem a Nação – sem as peias da censura e sem o medo da polícia. Embarcados, como estamos todos, no mesmo barco, é a todos que compete decidir o seu rumo. (...) A razão fundamental de um descontentamento crescente advém justamente desse monstruoso conceito que se expandiu, de que, a qualquer nível, um pequeno grupo de homens possa decidir tantas coisas que dizem respeito a tantos homens.*²³⁴

Defendia-se de forma clara a democratização do regime, na sua generalidade, referindo-se ao futuro do país. Assim, logo na primeira parte do texto, os signatários declaram que desejam “eleições livres, desejam liberdade”. Todavia, devido às limitações no campo da liberdade de imprensa, a carta em causa não foi publicada. De facto, o objetivo dos signatários era a divulgação do documento através da imprensa, porém a censura não o permitiu²³⁵. Na verdade, os opositoristas madeirenses acreditavam numa abertura de regime, devido à substituição de Salazar por Marcelo Caetano. Contudo, Marcelo Caetano defendeu uma “evolução na continuidade”, manifestando a sua intenção de substituir o “velho” Estado Novo, por um Estado Social e de Direito, não sendo este forçosamente democrático²³⁶.

Como tal, Marcelo Caetano tomou decisões que demonstraram uma aparente abertura à oposição, autorizando o retorno do Bispo do Porto, exilado desde 1958, e de alguns elementos da oposição moderada no exílio, ou no degredo, sendo este o caso de Mário Soares. Autorizou igualmente a realização do Congresso Republicano de Aveiro, um evento da oposição moderada. Esta “recetividade” à oposição gerou a ideia de que o governo marcelista estava

²³³SILVA, Gorete – “As Eleições legislativas de 26 de Outubro de 1969, na Madeira”, *Isleña*, nº 57, 2015, pp. 18–64. p. 29.

²³⁴LOJA, António; et. al. – *Ob. Cit.*, 1994 (reedição), p. 9.

²³⁵SILVA, Gorete – *Ob. Cit.*, 2015, p. 29.

²³⁶PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010, p. 119.

efetivamente empenhado na restauração de certas liberdades democráticas, bem como na legalidade constitucional²³⁷. É neste contexto que deve ser entendida a elaboração da “Carta a um Governador” por parte da oposição madeirense.

3.5. As eleições legislativas de 1969

A alegada “Primavera Marcelista” gerou portanto fortes expectativas entre os opositoristas madeirenses, permitindo a sua mobilização para o ato eleitoral de 1969.²³⁸ Neste contexto, na sequência da publicação da lei eleitoral de setembro de 1969, a oposição madeirense organizou-se para poder concorrer às eleições, avultando a participação de opositores mais jovens.

A primeira reunião²³⁹ realizada pela comissão democrática foi no dia 22 de setembro desse ano, num estúdio de fotografias chamado “Vicentes”, na Rua da Carreira, no Funchal. Esta reunião foi devidamente autorizada pelo Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal e teve como objetivo nomear elementos para representarem a Comissão Eleitoral Democrática da Madeira nas eleições legislativas²⁴⁰. A escolha da designação denota um cariz regionalista, não sendo notificado o momento da escolha do mesmo. No entanto, apesar da oposição madeirense seguir as linhas da CDE²⁴¹ (como aliás é indicado pela PIDE nas primeiras correspondências notificando as reuniões), a intenção clara era a de criar uma organização opositorista especificamente insular.

A reunião opositorista terá contado com a presença de cerca de sessenta pessoas. A mesa de trabalhos foi presidida por António Loja, tendo como vogal Maria Sales Caldeira e secretário Carlos Crawford Nascimento. Durante a reunião, tomou a palavra Aires Roque de Albuquerque, discursando sobre os quarenta anos de opressão e sobre a sua detenção, no

²³⁷PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2010, p. 119.

²³⁸*Diário do Governo, 1ª série, nº 212/1969, 10 de setembro de 1969*, pp. 1-2.

²³⁹As primeiras reuniões foram realizadas na residência de António Loja. Todavia, estas primeiras reuniões seriam mais limitadas, sendo a do dia 22 de setembro de 1969 a primeira da Comissão democrática do arquipélago.

²⁴⁰AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974): Correspondência enviada pela subdelegação da PIDE do Funchal, para a central, no dia 22 de setembro de 1969.

²⁴¹A CDE (Comissão Democrática Eleitoral) apresentou-se como lista democrática às eleições legislativas de 1969, seguindo as linhas expostas na Plataforma de S. Pedro de Moel, num objetivo primário de se tornar uma lista democrática única, tal como foi defendido na plataforma citada. A CDE foi dirigida por Armando Bacelar, sendo composta por integrantes do PCP, bem como figuras destacadas das lutas estudantis de 1962 (exemplo de Jorge Sampaio), ainda outros democratas opositoristas do regime vigente (como Mário Sottomayor Cardia e José Manuel Tengarrinha), bem como uma ala de “católicos progressistas” (como Nuno Teotónio Pereira). No entanto, outra lista democrática foi formada, sendo principalmente baseada na ASP de Mário Soares. A CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) surgiu porque o seu dirigente, Mário Soares, não concordou com diversas linhas, sendo que não estava disposto a consentir que a ASP se deixasse absorver numa frente unitária. A formação da CEUD visava sobretudo destacar perante o país a existência dos socialistas, demarcando-se do PCP. Apesar desta divisão de forças, a CDE e a CEUD tentaram demonstrar uma certa unidade, lançando comunicados conjuntos, demonstrando um aparente “clima amistoso”.

Funchal, pela PIDE, em 1960. Pediu, como católico, que se procurasse “proteger” a Igreja Católica. Ainda na mesma reunião, Vicente Jorge Silva, então redator do *Comércio do Funchal*, debruçou-se sobre a “questão do Ultramar”, apontando que o Estado despenderia imenso na guerra, com verbas altíssimas para mantê-la, verbas essas que seriam mais que suficientes para resolver o problema dos estudantes universitários²⁴². Por último, foi feita uma votação para decidir os candidatos a deputados da lista da oposição democrática na Madeira. O resultado ditou que António Loja, Fernando Rebelo e José Manuel Barroso seriam candidatos a deputados pelo círculo eleitoral do Funchal, ficando Manuel Caldeira como suplente²⁴³.

Os três candidatos tinham caminhos distintos, tendo as suas biografias sido publicadas no *Comércio do Funchal*, na tiragem do dia 28 de setembro²⁴⁴. António Loja, nascido a 22 de dezembro de 1934 no Funchal, era o único candidato efetivamente natural da Madeira. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo defendido a sua tese sobre “O aparecimento da Maçonaria em Portugal”. Foi presidente da direção do Cineclube do Funchal e colaborador da revista *Seara Nova*. Capitão miliciano na situação de disponibilidade, prestou serviço militar obrigatório entre 1956 e 1959 e, posteriormente, de março a outubro de 1961 em Viseu. Foi novamente chamado em 1968, seguindo para a Guiné em dezembro desse ano e aí permanecendo até agosto de 1969, no comando de uma companhia de caçadores. Ao regressar à Madeira, tornou-se gerente comercial.

Por sua vez, Fernando Pereira Rebelo era natural de Gouveia, tendo nascido a 27 de novembro de 1919. Formou-se em Direito, com distinção, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, exercendo advocacia na sua terra natal e, posteriormente, no Funchal. Foi duas vezes presidente da Associação Académica de Coimbra, tendo presidido à primeira direção eleita a seguir à normalização estatutária. Foi igualmente dirigente do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra e diretor do jornal académico *Via Latina*. Foi membro da Comissão Democrática de Coimbra de apoio à candidatura do General Norton de Matos²⁴⁵, em 1949, e das comissões Distrital da Guarda e Concelhia de Gouveia de apoio à candidatura do General Humberto Delgado, em 1958. Colaborou em vários jornais e revistas.

²⁴²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 24 de setembro de 1969.

²⁴³TORGAL, Luís Reis (Coord.); CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira. Das origens ao debate constitucional*. Lisboa: Assembleia da República, 2019, p. 107.

²⁴⁴*Comércio do Funchal*, nº 2033, 28 de setembro de 1969, p. 5.

²⁴⁵VILAÇA, Alberto – *O MUD juvenil em Coimbra: História e estórias*. Porto: Campo das Letras, 1998, p. 129. Fernando Pereira Rebelo fez parte do MUD juvenil de Coimbra de 1946 a 1949.

Foi presidente da direção do Clube Desportivo Nacional, sendo à data o presidente da Associação de Desportos da Madeira.

Por fim, José Manuel Barroso, nascido em Lajes do Pico, nos Açores, a 16 de agosto de 1943. No ensino secundário, ainda nos Açores, foi presidente da comissão pró-associação dos estudantes do ensino liceal. Mais tarde, como universitário, presidiu à direção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em Lisboa. Era estudante de Economia e trabalhava como redator-coordenador no semanário *Comércio do Funchal*, tendo a seu cargo a secção de política nacional e internacional, sendo ainda um dos responsáveis da secção de temas regionais. Era, à data, correspondente do semanário *Vida Mundial*. Chegou à Madeira em 1966, onde serviu como oficial miliciano até à sua entrada para o jornalismo.

Uma semana após a reunião, no dia 29 de setembro, a CEDM foi autorizada a realizar uma conferência de imprensa. Esta foi realizada já na sede da comissão, situada na Rua 31 de Janeiro n.º69-A-1.º, um edifício pertencente a Maria Élia Ramos Brito Câmara, viúva de João de Brito Câmara. Estiveram presentes vários jornalistas, nomeadamente Rui Camacho e Helena Marques do *Diário de Notícias* (este jornal era dirigido por Alberto Araújo, deputado pela União Nacional em várias legislaturas pelo círculo eleitoral do Funchal e antigo Presidente da União Nacional)²⁴⁶. Estiveram igualmente presentes o “jornalista Andrade”, representando o *Jornal da Madeira*, um jornalista do semanário *Eco do Funchal* e outro do *Comércio do Funchal*. José Manuel Barroso e António Loja foram particularmente interventivos durante a conferência de imprensa, tendo ambos tecido críticas ao regime. José Manuel Barroso, quando se referiu à legislação eleitoral, considerou discricionários os poderes dados aos Governadores Cívicos, uma vez que podiam bloquear qualquer lista contrária à União Nacional. António Loja exprimiu-se sobre as dificuldades criadas pela Câmara Municipal, no momento da indicação dos locais onde os cartazes propagandísticos da oposição seriam autorizados, denunciando ainda a não cedência do Teatro Municipal à CEDM, para a realização de propaganda eleitoral²⁴⁷.

Durante a campanha foram levadas a cabo várias reuniões na sede de Comissão eleitoral da oposição, sendo os principais dinamizadores José Manuel Barroso, António Loja e Vicente Jorge Silva. Foram também organizadas outras atividades fora da sede. No dia 30 de setembro,

²⁴⁶ Ambos os jornalistas, apesarem de representarem um órgão liderado por uma figura ligada diretamente à União Nacional, são tidos como desfavoráveis ao regime.

²⁴⁷ AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 29 de setembro de 1969.

os oposicionistas foram notificados pelo Governador Civil devido à realização de uma reunião não autorizada em Machico. Foram “prometidas” medidas drásticas, caso o grupo oposicionista repetisse o feito, tendo sido “deixados sob alerta”²⁴⁸. Assim, a oposição, a fim de evitar a repressão por parte do Governador Civil, formalizou um pedido de realização de uma sessão de propaganda para o dia 5 de outubro, no sítio do Jangão, na Ponta do Sol.

Relativamente à sessão realizada em Machico, esta aconteceu no dia 30 de setembro de 1969, tendo reunido cerca de trinta pessoas. A sessão foi organizada pelo pároco da Ribeira Seca, o padre José Martins. Este terá sido abordado por outro eclesiástico, o padre Agostinho Jardim, para oferecer apoio à oposição democrática madeirense²⁴⁹. Como tal, verifica-se a participação significativa de membros da igreja católica na CEDM. Segundo dados recolhidos pela PIDE, o oposicionista João Pita Pombo teria entrado em contacto com certos padres, descontentes com o regime. Já depois da realização das eleições, numa correspondência enviada a Lisboa, a PIDE considerou que este teria problemas de “desequilíbrio mental”, por debater princípios filosóficos e religiosos, apontando uma desconexão no seu argumento. Muito possivelmente, esta descrição da polícia política acompanha um falso argumento de simples ataque à integridade do oposicionista, pela orientação política. João Pita Pombo teve de facto um papel importante durante as eleições legislativas, participando nas reuniões da Juventude Operária Católica, partilhando e discutindo as suas ideologias. Segundo a PIDE, a sua facilidade de comunicação com a população foi utilizada em várias freguesias, a fim de atrair simpatizantes para a oposição²⁵⁰.

No dia 5 de outubro de 1969, ocorreu a sessão na Ponta do Sol, presidida por José Manuel Barroso, onde estiveram presentes cerca de 250 pessoas. A população da freguesia demonstrou desagrado com os governantes, muito devido a um problema das águas de rega, ocorrido no passado²⁵¹. Contudo, segundo o relatório da polícia política, esperava-se que a

²⁴⁸AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 5 de outubro de 1969.

²⁴⁹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 2 de outubro de 1969.

²⁵⁰AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974): Correspondência enviada pela subdelegação da PIDE do Funchal, para a central, no dia 18 de dezembro de 1969.

²⁵¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 427 – Arquivo Geral: Correspondência trocada com a Direção Geral, 1ª divisão e CI (1) (1962). O problema das águas de rega, é referente a um acontecimento ocorrido durante o verão de 1962, na Lombada da Ponta do Sol, inserido na “Revolta das Águas”. Este episódio foi um tumulto de populares que se insurgiram contra uma ordem da Junta Geral, a qual ordenava o desvio da água de rega da Levada do Moinho para a Levada Nova da Ponta do Sol. O confronto entre os populares e a autoridade resultou em cerca de 30 detenções, às quais se acrescentaram os feridos após a alta hospitalar, e a morte de Belmira da Conceição Gonçalves. Entre estes, segundo os relatórios da PIDE, cerca de 400 populares estiveram envolvidos nos protestos. Para maior aprofundamento sobre o tema, sugere-se a leitura da obra: FERNANDES, Filipa - *Levadas de Heréus na Ilha da*

maioria dos cerca de 1 800 eleitores do concelho de Ponta do Sol votasse na União Nacional. Neste mesmo relatório fica a saber-se que a PIDE introduziu dois colaboradores infiltrados no seio da comissão democrática, sendo identificados pelos nomes de código “Brown” e “Escada”²⁵². Posteriormente, já depois das eleições, esses dois colaboradores da PIDE foram identificados como sendo Manuel Amaro Mendes Nóbrega (Escada) e José Manuel dos Santos Abreu (Brown). Numa correspondência datada de 18 de novembro de 1969, foi declarado pela delegação da PIDE que se desejava a manutenção dos mesmos para recolher informações sobre a comissão democrática:

*Procurar-se-á mantê-los em actividade, o mais próximo possível dos mentores políticos da Comissão Eleitoral Democrática, com vista a fornecerem o maior número de elementos de informação possíveis, e logo darei a V. Ex^a., imediato conhecimento do que colherem.*²⁵³

Durante o período de campanha eleitoral, verificou-se um entusiasmo crescente no meio oposicionista, que se traduziu no número de panfletos distribuídos e no “aliciamento” das “classes operárias” e da “massa estudantil”. Existia uma dinâmica de campanha suportada principalmente por José Manuel Barroso e António Loja, acompanhados por um grupo de jovens que alinhavam com Vicente Jorge Silva²⁵⁴. Apesar de também ser candidato a deputado, Fernando Rebelo não foi identificado como sendo um elemento dinâmico na campanha e “ande nas ruas” a comunicar com a população. A campanha oposicionista teve o auxílio de certos padres progressistas, sendo da autoria do padre João Cruz Nunes um dos panfletos entregues nas ruas²⁵⁵. A este respeito, importa salientar a não-intervenção do Bispo do Funchal, que não agiu publicamente contra o ativismo político dos padres oposicionistas.

Por outro lado, importa salientar que a campanha de oposição foi financiada por donativos pessoais, nomeadamente de parte de um médico madeirense, Dr. França Jardim, e por Maria Élia Brito Câmara, bem como por um grupo de velhos democratas (não identificados

Madeira. Partilha, conflito e memória da água na Lombada da Ponta do Sol. Ponta do Sol: Câmara Municipal da Ponta do Sol, 2009.

²⁵²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 5 de outubro de 1969.

²⁵³AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974): Correspondência enviada pela subdelegação da PIDE do Funchal, para a central, no dia 18 de novembro de 1969.

²⁵⁴AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 17 de outubro de 1969.

²⁵⁵AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 17 de outubro de 1969.

nos relatórios da polícia política). Tratou-se portanto de um esforço financeiro coletivo por parte dos opositoristas, contrastando com a situação de campanha da União Nacional, apoiada diretamente – e financeiramente – pelo regime.

Mas apesar das limitações financeiras, a CEDM realizou uma intensa campanha eleitoral. Assim, no dia 19 de outubro, realizou na Rua das Mercês, no Funchal, uma nova sessão, numa casa pertencente a Teresa Aciouli, que não tinha qualquer ligação à oposição, nem se conhecia atividades ligadas a esta²⁵⁶. Na reunião em questão, estiveram presentes entre 350 e 400 pessoas, de todas as classes sociais, ainda que com prevalência para empregados de comércio e de escritório, médicos, funcionários da Caixa Sindical e Previdência e alguns padres. Segundo a polícia política, teve particular destaque o discurso de José Manuel Barroso. O candidato atacou diretamente o regime vigente, pedindo a abolição da PIDE, sendo esta a causadora das perseguições feitas aos estudantes e a todos aqueles que não concordavam com a situação que então se vivia²⁵⁷, referindo-se à crise estudantil de 1969.

A última sessão propagandística foi realizada no dia 23 de outubro de 1969, três dias antes do dia do escrutínio, na Rua D. Carlos I, no Funchal, num prédio ainda em construção, propriedade de Américo da Costa, “fervoroso elemento do elenco opositorista”²⁵⁸. Estiveram presentes cerca de 1500 pessoas, tornando-se assim a sessão mais concorrida, com uma lotação bastante significativa. Contudo, segundo foi possível apurar, estiveram presentes dez colaboradores da PIDE, tendo como objetivo recolher o máximo de informação. Como já foi observado, era bastante comum a presença de “bufos” nas reuniões da oposição, fazendo-se passar por opositoristas e ganhando a confiança dos restantes, de forma a obterem o máximo de informação²⁵⁹.

Na reunião tomaram a palavra José Manuel Barroso e Fernando Rebelo. Barroso dirigiu-se aos presentes, dissertando sobre o futuro do Ultramar, defendendo a entrega dos territórios aos povos nativos da Guiné, Angola e Moçambique. A posição defendida pelo candidato segue as apresentadas pela Plataforma de S. Pedro de Moel²⁶⁰, onde é explícito no programa:

²⁵⁶Sendo a propriedade em causa de um elemento externo à oposição, é possível que tenha sido arrendado para realização da reunião do dia 19 de outubro de 1969.

²⁵⁷AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 19 de outubro de 1969.

²⁵⁸AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 24 de outubro de 1969.

²⁵⁹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 2 de outubro de 1969.

²⁶⁰A Plataforma de S. Pedro de Moel foi o resultado de uma reunião realizada para promover uma união entre democratas para as eleições legislativas de 1969 (por esse mesmo motivo ficou igualmente conhecida como Plataforma de Ação Comum do Movimento Democrático Eleitoral). Neste evento opositorista, foram traçadas linhas que seriam defendidas pela pensada lista comum, sendo o caminho para a democracia o objetivo mais

“Resolução pacífica das guerras do Ultramar, na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação, precedida de um amplo debate nacional”²⁶¹. Seguiu-se Fernando Rebelo, que afirmou existirem dificuldades na CEDM em divulgar o programa dos seus candidatos, agravados pela ação obstrucionista dos representantes do Estado, acrescentando que não haviam sido fornecidas à Comissão oposicionista as listas de votos impressas em papel do mesmo tom e textura do das listas de voto da União Nacional. Isto causaria um problema de transparência na hora do voto, pois, com a existência de papéis diferentes, seria possível a identificação de possíveis simpatizantes da oposição democrática. Este facto causou um certo impasse no seio dos democratas madeirenses, pois alguns terão afirmado na reunião que existia a possibilidade da lista não ir às urnas, por virtude dos respetivos votos serem diferenciados .

No entanto, apesar de todas as dificuldades, a CEDM não desistiu e foi mesmo às urnas pela primeira vez, em eleições legislativas, na história da oposição democrática da Madeira. As eleições tiveram lugar no dia 26 de outubro de 1969 e deram a vitória, como seria de esperar, à lista da União Nacional. Em todo o caso, o ato eleitoral – e os seus resultados – merecem uma análise mais detalhada.

Quadro 2 - Resultado Eleitoral nos concelhos do Distrito Autónomo do Funchal²⁶².

Concelho	União Nacional		Comissão Eleitoral Democrática da Madeira		Votos Totais
	Votos	Porcentagem	Votos	Porcentagem	
Funchal	5616	90,52%	588	9,48%	6204
Câmara de Lobos	1326	96,44%	49	3,56%	1375
Ribeira Brava	693	75,49%	225	24,51%	918
Ponta do Sol	684	78,35%	189	21,65%	873
Calheta	2282	96,90%	73	3,10%	2355
Porto Moniz	862	98,63%	12	1,37%	874
São Vicente	1441	98,56%	21	1,44%	1462
Santana	1596	99,69%	5	0,31%	1601
Machico	922	97,46%	24	2,54%	946
Santa Cruz	2773	98,97%	29	1,03%	2802
Porto Santo	589	98,99%	6	1,01%	595
Total da Ilha	18784	93,90%	1221	6,10%	20005

desejado. No entanto, a incapacidade de encontrar um acordo comum, foram criados dois movimentos: a CDE, que seguia a Plataforma de S. Pedro de Moel, e a CEUD, que optou por seguir uma orientação própria, mesmo que dentro de linhas similares à defendida na plataforma.

²⁶¹ Programa da Plataforma de S. Pedro de Moel, in *Comércio do Funchal*, nº 2032, 21 de setembro de 1969, pp. 1 e 10.

²⁶² AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 6 de novembro de 1969.

Desde logo, segundo os dados inscritos no relatório da subdelegação da PIDE do Funchal, datado de 6 de novembro de 1969, é possível verificar, a existência de um corpo eleitoral reduzido na Madeira²⁶³. No total, há 35 187 eleitores recenseados numa população de cerca de 252 953 habitantes²⁶⁴. Assim, apenas cerca de 13,91% da população estaria recenseada no Distrito Autónomo do Funchal²⁶⁵. De salientar que uma parte significativa dos eleitores inscritos não votou, tendo a abstenção rondado os 43.15%. Como tal, votaram apenas 20 005 eleitores²⁶⁶. O escrutínio deu uma vitória clara à lista da União Nacional, formada por Agostinho Cardoso, Pinto Eliseu e Eleutério de Aguiar²⁶⁷. Segundo os dados oficiais, a lista da União Nacional obteve 18 784 votos, ou seja, 93,9%. Por sua vez, a CEDM contou com 1 221 votos, ou seja, apenas 6,1%. Não é possível apurar se os dados correspondem à realidade, ou se houve fraude eleitoral. Contudo, observando cada concelho e cada freguesia, os resultados denotam diferenças. Por exemplo, em doze freguesias não houve votos para a oposição, a saber: Água de Pena (concelho de Santa Cruz), Arco de São Jorge (concelho de Santana), Santana (concelho de Santana), São Roque do Faial (concelho de Santana), Boa Ventura (concelho de São Vicente), Achadas da Cruz (concelho do Porto Moniz), Porto Moniz (concelho do Porto

²⁶³AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 6 de novembro de 1969.

²⁶⁴FREITAS, João Abel de – *Ob. Cit.*, 2015, p.164: População da Madeira, segundo os Censos de 1970.

²⁶⁵Todos os valores foram arredondados às centésimas.

²⁶⁶Existe uma diferença de vinte votos entre os dados provisórios apresentados pelo *Diário de Notícias*, na tiragem do dia 27 de outubro de 1969, e os apresentados no relatório analisado, considerando os resultados deste último como definitivos; PALMA-FERREIRA, João – *As eleições de Outubro de 1969: Documentação básica*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. Nesta obra, os resultados finais não coincidem igualmente com os apresentados pela PIDE. Segunda a obra, num total de 19898, sendo entregues 1223 para a CEDM e 18675 para a UN.

²⁶⁷**Agostinho Cardoso** nasceu a 7 de outubro de 1908, no Funchal. Médico tisiologista de profissão, tendo sido Delegado de Saúde no Funchal, Subdelegado do IANT e médico-chefe do Sanatório Dr. João de Almeida. No âmbito político, foi presidente da Comissão Distrital do Funchal da União Nacional, bem como procurador à Câmara Corporativa na XI legislatura do Estado Novo. Foi deputado à Assembleia Nacional de 1961 até 1973, cobrindo as VIII, IX e X legislaturas. Na sua primeira legislatura, entre 1961 e 1965, fez parte da comissão de política e administração geral e local. Nas duas legislaturas seguintes fez parte da comissão do trabalho, previdência e assistência social. Foi igualmente diretor do semanário *Voz da Madeira*. Faleceu na Madeira em 1979.

Pinto Eliseu nasceu em S. Martinho do Porto, a 23 de julho de 1916. Coursou Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico, terminando em 1941, ano em que ingressou na Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos, atingindo a categoria de Engenheiro Civil Chefe. Fez parte da Missão técnica dos aproveitamentos hidráulicos dos Açores. Em 1946, chegou à Madeira para assumir as funções de adjunto de Diretor delegado da Comissão administrativa dos aproveitamentos hidráulicos da Madeira. Politicamente, Pinto Eliseu foi deputado pelo círculo eleitoral do Funchal na X legislatura, de 1969 até 1973, sendo que foi nomeado Secretário de Estado das Obras Públicas, a partir de 1970. José Adolfo Pinto Eliseu faleceu em 2018.

Eleutério de Aguiar nasceu a 5 de outubro de 1940 na cidade do Funchal. Tirou o curso do Magistério Primário, tornando-se professor primário. Para além da docência, foi diretor do Instituto de Surdos do Funchal, tendo ingressado igualmente nos Serviços Técnicos do Instituto de Assistência a Menores, na categoria de Orientador Pedagógico do Ensino Especializado. A sua carreira parlamentar incluiu as X e XI legislaturas, integrando a comissão do trabalho, previdência e assistência social de 1969 até 1973, e a comissão do trabalho e previdência, saúde e assistência de 1973 até 1974. Eleutério Gomes de Aguiar faleceu no ano de 2002.

Moniz), Ribeira da Janela (concelho do Porto Moniz), Fajã da Ovelha (concelho da Calheta), Ponta do Pargo (concelho da Calheta) e Curral das Freiras (Concelho de Câmara de Lobos). Deste modo, seis dos onze concelhos apresentam pelo menos uma freguesia onde não existiu qualquer voto a favor da CEDM. Os concelhos onde a oposição teve piores resultados foram Porto Moniz, com apenas doze votos, Porto Santo, com apenas seis votos e Santana, com apenas cinco votos.

Ao invés, foi possível apurar resultados mais expressivos para a oposição em três concelhos: Funchal, Ribeira Brava e Ponta do Sol. No Funchal, a oposição teve 588 votos, ou seja, 9,48% da totalidade dos votos do concelho. Era parte constituinte deste concelho a terceira freguesia que entregou mais votos à oposição: Santa Maria Maior, com 101 votos. No concelho da Ribeira Brava verifica-se que os democratas obtiveram quase um quarto dos votos do total do concelho, sendo o resultado mais favorável em todo o Distrito. A oposição teve assim 225 votos, sendo que 178 destes foram na freguesia com o mesmo nome (Ribeira Brava), onde conseguiram 49,44% dos sufrágios. Com tendência semelhante, a oposição contabilizou 189 votos no concelho de Ponta do Sol, sendo 173 na sede de concelho, onde atingiu 47,01% dos sufrágios.

Neste sentido, as freguesias da Ribeira Brava e de Ponta do Sol destacam-se do todo insular pelo seu forte apoio à lista da oposição. A provável explicação destes resultados positivos foi dada no relatório da PIDE, pelo chefe da subdelegação. Para a PIDE, os resultados na Ribeira Brava e na Ponta do Sol explicam-se pelo seguinte:

(...), no que respeita à freguesia da Ribeira Brava, pela grande actividade desenvolvida pelo Delegado de Saúde Municipal Dr. José Azeredo Pais e por seu filho Dr. Fernando Azeredo Pais, que também exerce clínica, naquela freguesia, e ainda com a ajuda de alguns funcionários da Câmara Municipal da Ribeira Brava,(...)

No que respeita à freguesia da Ponta do Sol consta que, uma das razões seria a animosidade e hostilidade para com a Junta Geral do Distrito, em especial dos habitantes do Sítio do Jangão, pela forma como foi resolvido o problema das águas de rega, daquela zona, e ainda a pouco simpatia que nutrem pelo Presidente da Câmara Municipal.²⁶⁸

²⁶⁸AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 6 de novembro de 1969.

Relativamente ainda ao concelho da Ponta do Sol, refere-se que o “aspirante da Câmara Municipal”, João Macedo, desenvolveu atividades favoráveis à comissão oposicionista, distribuindo propaganda da mesma durante as horas de expediente. Segundo a polícia política, foi igualmente relevante a atividade de outro cidadão, Eduardo Paiva Jardim, um notário, que terá desenvolvido ações favoráveis à CEDM²⁶⁹.

O papel da imprensa nas eleições foi diverso, dependendo do órgão de informação em questão. Relativamente ao *Comércio do Funchal*, deu o máximo apoio a José Manuel Barroso, um dos seus principais redatores. Acrescenta-se ainda a participação ativa de Vicente Jorge Silva na campanha eleitoral dos democratas, fazendo parte da comissão oposicionista. Para além disso, Maria Mendonça, chefe de redação do *Eco do Funchal*, demonstrou-se favorável à lista oposicionista. A jornalista açoriana já seria suspeita de aproximação aos democratas, pois mantinha relações próximas com elementos desafetos ao regime, tais como Maria Lamas, Matilde de Araújo, Natália Correia, Assis Esperança e Ferreira de Castro. Inversamente, os semanários *Voz da Madeira* e *Tribuna*, jornais gratuitamente distribuídos²⁷⁰, eram declaradamente apoiantes do regime, e da União Nacional, sendo que o primeiro estava relacionado com Agostinho Cardoso, um dos candidatos da UN²⁷¹. Nos casos do *Diário de Notícias* e do *Jornal da Madeira*, segundo o chefe da subdelegação da PIDE, pouco terão escrito sobre as eleições que pudesse ser considerado como apoio a qualquer uma das listas. Teriam sido, portanto, menos militantes do ponto de vista político. Todavia, ambos os jornais tinham uma tradição de apoio ao regime. O *Diário de Notícias*, que tinha como diretor uma figura ligada e favorável à situação política tinha na sua equipa de redação dois jornalistas desafetos ao regime, a saber: Rui Camacho e Helena Marques. O *Jornal da Madeira*, diário pertencente à diocese, tinha uma tradição de apoio ao Estado Novo.

Relativamente ao clero católico, segundo a polícia política, terá na sua maioria apoiado a UN. No entanto, houve um considerável número de párocos que apoiaram a oposição. O padre António Pedro Alves, da paróquia de São João Batista, do Concelho da Ribeira Brava, ajudou os doutores Azeredo Pais (pai e filho) na campanha oposicionista. Ainda do lado oposicionista estiveram os padres Mário Tavares Figueira, da paróquia de São Tiago, do concelho de Câmara

²⁶⁹ AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 6 de novembro de 1969.

²⁷⁰ *Comércio do Funchal*, n.º 2036, 19 de outubro de 1969, pp. 2 e 11.

²⁷¹ *Voz da Madeira*, n.º 848, 15 de outubro de 1969, p. 4. Na última página do semanário indicado é possível ler-se uma frase de apoio à lista da União Nacional, dizendo “Marcelo Caetano entende o povo, o povo entende Marcelo Caetano”.

de Lobos, e o padre José Martins Júnior, da paróquia da Ribeira Seca, no Concelho de Machico²⁷².

Neste sentido, a oposição católica, oriunda da igreja vai afirmar-se na Madeira após 1969. Ocorre assim a emergência de um grupo de padres que pregam ideias viradas à esquerda e contrárias ao Estado Novo. Na verdade, o Movimento da Ação Católica Operária fomentava essas mesmas ideias, procurando uma resposta para uma degradação de valores, subdesenvolvimento e atraso social, cultural e religioso. Alguns dos padres que desejavam a melhoria destes pontos subscreveram a *Carta a um governador*, em 1969²⁷³. No seio deste movimento surgiu o grupo dos “Padres do Pombal”; um grupo constituído por três padres, assistentes da Acção Católica, que durou até novembro de 1974, momento em que a residência do Pombal foi destruída por um atentado bombista. Esta residência era o local de encontro destes padres, onde partilhavam reflexões sobre temas de cariz teológico e social, tendo como objetivo a organização de uma ação pastoral diferenciada, atualizada, eficiente na formação e transformação de membros da própria igreja²⁷⁴. A atividade dos “Padres do Pombal” era conhecida da PIDE/DGS, que aliás realizou uma análise política de posicionamento de todos os padres da Diocese do Funchal:

Tenho a honra de enviar a V.Ex.^a, uma relação dos sacerdotes católicos, suas paróquias, o número de almas da Diocese e bem assim a indicação da posição política de cada um em relação ao regime vigente.

*Apurou-se que o número de almas no total das 102 paróquias é de 246 842 e que o total de padres é de 97, dos quais 11 são desafectos, 3 duvidosos e 82 afectos mais ou menos.*²⁷⁵

Relativamente à forma como decorreu o ato eleitoral em si, importa referir a existência de alguns problemas. Assim, a lista da CEDM terá fiscalizado praticamente todas as assembleias de voto do concelho do Funchal, fiscalização esta exercida com muito rigor, segundo a polícia política, sem existir, aparentemente, nenhum caso que alimentasse a

²⁷²AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 6 de novembro de 1969. São mencionados igualmente, mas sem qualquer referência às paróquias da sua responsabilidade, os padres António Teixeira da Silva, José Maria Araújo, José Vieira Pereira, João da Cruz Nunes, João Arnaldo Rufino da Silva, Tomé Célio Sumares e José Manuel Paquete de Oliveira.

²⁷³LOJA, António et al. – *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*. Lisboa: Âncora Editora, 2008, pp. 268 e 270.

²⁷⁴LOJA, António et al. - *Ob. Cit.*, 2008, pp. 268-269.

²⁷⁵Confidencial nº 9/71-CI(1) de 28 de janeiro de 1971, in LOJA, António et al. - *Ob. Cit.*, 2008, p. 269.

insatisfação, ou fosse motivo de reclamação. Segundo o relatório, o delegado da oposição presente na freguesia da Sé terá assinalado por escrito que tudo terá funcionado honestamente naquela assembleia, bem como a contagem dos votos²⁷⁶. No entanto, problemas foram notificados nas entregas das listas, bem como dificuldades deliberadamente criadas pelas forças da ordem.

A entrega dos envelopes de votos da oposição foi travada em vários pontos da ilha, em diferentes pontos dos comandos da Companhia da Guarda Fiscal e do Comando da PSP. Na Bateria do Pico da Cruz foram entregues cerca de 50 envelopes. Todavia, nenhum destes foi distribuído, sendo justificado com a insuficiência na sua quantidade, não chegando para a totalidade dos eleitores. Noutro ponto da ilha, António Loja foi recebido na Companhia da Guarda Fiscal pelo Capitão Rui Gonçalves, ao qual pretendia entregar um maço de envelopes. Contudo, o Capitão negou a receção dos mesmos. Perante a resposta negativa, António Loja procurou uma alternativa, entregando-os, desta vez com sucesso, ao graduado de serviço. Este não tinha conhecimento da existência de uma primeira tentativa de entrega, ou que a oposição tinha entregue algo a algum dos praças daquela companhia. Registaram-se também algumas dificuldades na distribuição dos envelopes de voto no comando da PSP. Na verdade, António Loja foi recebido pelo comandante da PSP, Capitão Abílio Amorim Campos, entregando um “grosso maço” de envelopes. Inicialmente, o Comandante pensou em ordenar a distribuição das listas de voto, como fizera com as da UN. Contudo, segundo o subdelegado da polícia política, o Comandante terá trocado impressões com o Comissário e com o Chefe de Secretaria, os quais teriam contrariado a decisão inicial do Capitão Abílio Campos. Decidiram assim, por fim, entregar os envelopes apenas aos Chefes de Esquadras, sendo que estes procederiam à distribuição, se assim fosse solicitado. Curiosamente, o Comissário era irmão de um oposicionista, o democrata Ivo Caldeira, membro ativo da CEDM. Mesmo assim, notificou as forças policiais para que tomassem uma atitude firme, naquilo que decidissem, não se deixando entusiasmar pela “propaganda aliciadora” da oposição. Mais tarde, o Comissário declarou que os votos da CEDM estavam na posse dos chefes de esquadra e que estes fariam a entrega “a quem pretendesse adquiri-los”. Nenhum dos envelopes foi solicitado²⁷⁷. Seguramente estas “anomalias” tiveram um peso nos resultados eleitorais.

²⁷⁶AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 6 de novembro de 1969.

²⁷⁷AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços reservados: Correspondência confidencial recebida (1951-1971) e relatórios: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal do dia 6 de novembro de 1969.

As eleições legislativas de 1969 constituíram um marco para a oposição democrática não somente no Distrito Autónomo do Funchal, como em todo o país. A dinâmica levada a cabo pelas oposições a nível nacional, a CDE e CEUD²⁷⁸, com a inovadora presença nas urnas, em eleições legislativas, foi uma nota de esperança de renovação. Uma esperança depressa defraudada, uma vez que as oposições não conseguiram eleger nenhum deputado em todo o país²⁷⁹. Na Madeira, a oposição democrática uniu esforços, organizando-se e tentou, dentro dos limites existentes, desafiar o regime vigente. Alinhando-se com a CDE, conotada com a oposição mais à esquerda, a CEDM era formada por candidatos com várias orientações políticas, inclusivamente moderados como Fernando Rebelo e António Loja. É de destacar um sentido de esforço coletivo dos velhos democratas e dos oposicionistas mais jovens ligados ao *Comércio do Funchal*. Este esforço coletivo é feito em prol do objetivo comum: a luta contra o Estado Novo. De forma clara, e sintetizada, os oposicionistas na Madeira fizeram o que no Continente, em alguns círculos eleitorais, não se realizou: a unidade na luta contra o regime. As divisões patentes na oposição continental favoreceram a União Nacional. E, em breve, essas divisões também se fizeram sentir na Madeira, com o afastamento de moderados e progressistas, já perceptível em 1973. Tal como referido no *Comércio do Funchal*: “A liberalização relativa do marcelismo contribui apenas para o cavar do fosso que separa as várias oposições,...”²⁸⁰.

Apesar da oposição ter perdido no conjunto do distrito do Funchal, podemos alegar que existiu, efetivamente, em algumas freguesias um resultado bastante positivo, com a proporção de votos da CEDM a chegar perto dos cinquenta por cento, como foi o caso de Ribeira Brava e Ponta do Sol. Para além disso, os restantes resultados podem ser questionados, pois é de estranhar a inexistência de votos favoráveis à oposição em certas freguesias, sobretudo no norte da ilha. Se a isto acrescentarmos o facto de as listas da CEDM não terem sido distribuídas corretamente, podemos presumir que tal comportamento das entidades responsáveis terá influenciado os resultados finais, prejudicando a oposição madeirense.

A campanha eleitoral de 1969 constituiu o ponto alto da atividade política da oposição democrática na Madeira. O grau de articulação política e de mobilização da população não voltou a ser repetido até à revolução de 25 de Abril de 1974. De resto, a oposição madeirense

²⁷⁸PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2010, p. 120. A CDE agrupava a oposição mais à esquerda, relacionada com o PCP e defensora de mudanças estruturais no regime, com o objetivo de terminar com a ditadura. A CEUD reunia a oposição mais moderada, inclusive um número significativo de socialistas, entre os quais Mário Soares.

²⁷⁹PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2010, p. 121. A UN integra nas suas listas um conjunto de membros, chamada de Ala Liberal, um grupo de jovens com ideias democráticas.

²⁸⁰*Comércio do Funchal*, nº 2033, 28 de setembro de 1969, p. 8.

não apresentou lista às eleições legislativas de 1973. A este respeito, Fernando Pereira Rebelo, considerado pela DGS como “principal figura da oposição democrata local”, dirigiu-se a Lisboa para uma reunião da CDE, a fim de decidir com os membros dessa mesma comissão a participação ou não dos democratas madeirenses nas eleições de 1973. Decidiu-se não apresentar lista, devido às dificuldades em afrontar a situação política vigente e às divisões no seio da própria oposição. De facto, Fernando Rebelo afirmou que nenhum dos democratas “convictos e sensatos” pretendia colaborar com a camada jovem de “tendências socialistas” que, em pequeno número na ilha, deram vida à oposição nas eleições disputadas²⁸¹. Esta afirmação deixava antever as divisões que surgiram entre “moderados” e “progressistas” já depois do 25 de Abril de 1974²⁸².

Posteriormente, durante o processo revolucionário desencadeado pelo 25 de Abril de 1974, as principais figuras da oposição democrática, sobretudo da CEDM, tiveram um papel muito relevante. Muitos entraram numa nova organização política, o Movimento Democrático da Madeira (MDM). Assim, Fernando Rebelo foi nomeado Governador Civil do Funchal, a 7 de agosto de 1974, tomando posse no dia 12 desse mesmo mês. No mês seguinte, no dia 13 de setembro, Fernando Rebelo nomeou António Loja para Presidente da Junta Geral. Os dois eram figuras proeminentes do MDM, um movimento político autonomista, mas ideologicamente moderado. Outro democrata de 1969 que se distinguiu na ação política na Madeira foi Vicente Jorge Silva, ingressando nas fileiras da União do Povo da Madeira (UPM), criada em maio de 1974. A UPM era formada por um núcleo de elementos ligados ao *Comércio do Funchal*. Este movimento teve também o apoio do grupo de padres ditos “progressistas”, os “Padres do Pombal”, bem como membros politizados da Juventude Operária Católica e do Centro de Cultura Operária. Situava-se ideologicamente à esquerda do MDM²⁸³.

²⁸¹AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência expedida (1965-1966, 1969 e 1973-1974). Correspondência enviada pela subdelegação da DGS do Funchal, para a central, no dia 29 de setembro de 1973.

²⁸²TORGAL, Luís Reis (Coord.); CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, pp. 108-112. Durante a revolução do 25 de Abril de 1974, assistiu-se a uma grande agitação política e social na Madeira. O confronto político partidário foi acompanhado por uma importante movimentação social, marcada por manifestações, greves e comícios, especialmente nos concelhos do Funchal e de Machico. Os partidos políticos, nomeadamente os da esquerda e extrema-esquerda, tiveram uma ação decisiva na mobilização dos populares contra as formas de exploração retrógradas, marcando a sociedade insular, principalmente o regime agrário da “colônia”. Neste processo, a Igreja Católica teve também uma intervenção relevante, ainda dividida em duas orientações distintas. Dum lado, acompanhando os ideais de esquerda, o grupo dos “Padres do Pombal” apoiou ativamente a revolução social, sendo que alguns párcos integraram partidos políticos marxistas. Por outro lado, o novo bispo do Funchal, D. Francisco Santana, combateu o crescimento do marxismo na sociedade madeirense, apoiando o Partido Popular Democrático, a força de centro-direita. Este apoio foi fulcral para a ascensão política de Alberto João Jardim na política regional.

²⁸³TORGAL, Luís Reis (Coord.); CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2019, pp. 109-111.

Neste sentido, a oposição democrática madeirense não só se distinguiu na luta contra a ditadura, como também constituiu o embrião do Movimento Democrático da Madeira, um dos movimentos políticos que maior relevância teve na vida política regional durante o período revolucionário. As eleições de 1969 constituíram assim um momento de charneira na história da oposição madeirense, permitindo a sua reorganização em torno de um núcleo mais jovem de intelectuais, muitos deles progressistas, cujo percurso político continuou muito para além da queda do regime. Tanto José Manuel Barroso como Vicente Jorge Silva tornaram-se figuras nacionais, este último com um percurso ímpar no âmbito do jornalismo português.

CAPÍTULO 4. COMÉRCIO DO FUNCHAL: IMPRENSA OPOSICIONISTA MADEIRENSE (1968-1974)

Neste capítulo vamos colocar em perspetiva o papel do jornal *Comércio do Funchal* na promoção de um debate público sobre um determinado conjunto de questões de cariz político e social de grande significado e relevância para a sociedade insular – e portuguesa, no geral –, cuja abordagem era de alguma forma incómoda ao regime vigente. Para além disso, o *Comércio do Funchal* procurou ser o veículo de divulgação de ideias progressistas, e por isso mesmo, consideradas oposicionistas, pelo que por várias vezes afrontou a censura e o poder constituído. O *Comércio do Funchal* foi, na sua fase final, de 1967 a 1974, um jornal de facto oposicionista, sendo publicado por um grupo de jovens intelectuais progressistas, oposicionistas ao regime e defensores da democracia. A sua importância extravasa assim os limites da Madeira. Como tal, este capítulo tem um perfil mais temático, do que cronológico.

4.1. Refundação e primeira fase do *Comércio do Funchal* (1966-1968)

Com origem no século XIX, o *Comércio do Funchal* foi utilizado como base para a criação de um jornal moderno, que discutisse os problemas locais, nacionais e internacionais, mesmo tendo consciência das limitações impostas pela censura²⁸⁴. Vicente Jorge Silva²⁸⁵ e os restantes “refundadores” do semanário tinham em mente que seria difícil a criação de raiz de um jornal com as linhas que os mesmos desejavam. Assim sendo, a solução passou pelo controlo – e transformação radical – de um jornal já existente, facilitando o lançamento do novo projeto. Para manter uma linha de continuidade – e a credibilidade institucional –, o antigo diretor, João Carlos Veiga Pestana, manteve o seu posto, ainda que honorário. A relevância dessa continuidade formal com o passado é perceptível pelo facto do jornal, antes da sua reformulação, em 1967, não ser visado pela censura, tal como é possível analisar no primeiro número da nova versão do semanário, de 1 de janeiro de 1967. A negociação do aluguer do jornal iniciou-se ainda em 1966, sendo confirmada a mudança de redação e de estrutura em 18 de dezembro de 1966. Nesse número indica-se que o *Comércio do Funchal* viria em 1967 “de fato novo”²⁸⁶. A reformulação – ou refundação – do jornal, foi efetuada por um grupo de jovens,

²⁸⁴FIGUEIRA, João – *Jornalismo em Liberdade*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 143

²⁸⁵Nascido no Funchal, a 8 de novembro de 1945, onde desde cedo se apaixonou pelo cinema, sobre o qual escreveu no *Jornal da Madeira*. Aos 15 anos foi expulso do Liceu no Funchal e continuou no Continente os seus estudos. Aos 18 anos partiu para França, onde por lá trabalhou e de seguida rumou para o Reino Unido. Voltou à Madeira, e em conjunto com os restantes integrantes da FOCO, alugou o *Comércio do Funchal*. Em 1974, rumou novamente ao Continente e ingressou na atividade jornalística no *Expresso*, onde exerceu as funções de chefe de redação e de diretor-adjunto. Passados dezasseis anos, em 1990, fundou o jornal *O Público*, tendo sido colunista no *Diário Económico*, no *Diário de Notícias* e no *Sol*. Foi eleito Deputado em 2002 para a IX Legislatura, pelo Círculo eleitoral de Lisboa, representando o PS.

²⁸⁶*Comércio do Funchal*, nº 1195, 18 de dezembro de 1966, pp. 1 e 13.

detentores de um grupo de publicidade denominado de *FOCO*²⁸⁷. Numa entrevista a João Figueira, em 2009, Vicente Jorge Silva alegou que este procedimento foi financiado pelo capital ganho pelas atividades de mesmo grupo publicitário²⁸⁸. No entanto, num relatório da delegação da PIDE do Funchal foi apontado “o apoio moral e financeiro dos velhos democratas²⁸⁹”, tornando assim possível o arrendamento do semanário²⁹⁰. Este mesmo relatório é datado de 24 de setembro de 1969, referindo-se ao auxílio prestado pelos velhos democratas no pagamento das rendas mensais, em caso de dificuldade dos pagamentos estipulados. De qualquer modo, a participação destes “velhos democratas” é indicadora da orientação do jornal, que seria um meio, no mínimo, com opiniões adversas ao regime.

Desde o primeiro número, a nova equipa redatora deixou claro o ideal jornalístico defendido. Num pequeno texto denominado “Comunicações ao leitor”, foi apresentada a filosofia mestre que a equipa desejou levar avante nos seus periódicos. Um jornal, onde, segundo o próprio, “nenhum artigo, nenhuma rubrica, nenhuns inquéritos” seriam influenciados por condicionantes externas ao mesmo e aos leitores, acrescentando que seria “um jornal feito para o leitor”²⁹¹. Assim, foi promovido desde cedo um protesto favorável à expressão livre de ideias e à liberdade de imprensa. Os limites da censura seriam explorados ao máximo, tirando proveito da fronteira do aceitável, dentro dos limites impostos pelo regime salazarista. De referir que os outros títulos da imprensa madeirense congratularam a nova fase jornal (*Diário de Notícias, Jornal da Madeira e Voz da Madeira*), fazendo referências ao primeiro número editado a 1 de janeiro de 1967²⁹².

Neste primeiro ano de “nova existência”, o semanário teve uma vida tranquila, publicando e desenvolvendo conteúdos, segundo o formato almejado pela nova equipa. Ao longo de 1967, várias entrevistas e reportagens foram feitas, dando voz a várias personalidades madeirenses, de várias orientações. Várias foram as vezes que o periódico teve nas suas páginas textos que incluíam o testemunho de cidadãos ativos da oposição democrática, como, por exemplo, Aníbal Fernando da Trindade, que participa no inquérito “Madeira – uma zona turística?”²⁹³, mas também, a participação de membros da União Nacional, com cargos de

²⁸⁷ Grupo *FOCO* era uma agência de publicidade, que reunia os atores da reestruturação do *Comércio do Funchal*. Entre eles, encontramos Vicente Jorge Silva, José Manuel Barroso e Artur Andrade.

²⁸⁸ FIGUEIRA, João – *Ob. Cit.*, 2009, p. 142.

²⁸⁹ Os “Velhos Democratas” citados são César Pestana e António Sales Caldeira.

²⁹⁰ AN/TT, PT/TT/PIDE-SF, NP 436 - Serviços Reservados: Circulares; Correspondência Confidencial recebida e Relatórios (1951-1971): Relatório do dia 24 de setembro de 1969, debruçando-se sobre: a Situação Política no Arquipélago da Madeira; a Ação do Movimento oposicionista no momento atual; a ação da União Nacional.

²⁹¹ *Comércio do Funchal*, nº 1916, 1 de janeiro de 1967, p. 11.

²⁹² *Comércio do Funchal*, nº 1917, 8 de janeiro de 1967, p. 2.

²⁹³ *Comércio do Funchal*, nº 1917, 8 de janeiro de 1967, p. 1 e 2.

responsabilidade administrativa ou de representação política, como Rui Vieira, deputado à Assembleia Nacional. Por exemplo, no artigo “Fomento”, Rui Vieira apontou as dificuldades na economia insular e a necessidade da modernização e avanço da agricultura madeirense²⁹⁴. Noutro artigo, sobre Alberto Araújo, membro da União Nacional e deputado da Assembleia Nacional, são feitos elogios e reparos ao seu pensamento e ação política²⁹⁵. O semanário tende a concordar com este deputado, o qual considerava falaciosa a ideia de que o desenvolvimento económico da região se iria resumir exclusivamente com “o fomento do turismo”. Alberto Araújo considerava também que não se devia “relegar para segundo plano outras atividades, nomeadamente agricultura”. Acrescentou ainda, dois pontos problemáticos, segundo o deputado, na realidade social madeirense: o grande fluxo migratório da ilha para o exterior, e as difíceis condições de vida da população rural, que eram a principal razão da saída dos madeirenses. Todavia, ao discurso de Alberto Araújo, o semanário acrescenta questões a serem vistas para o melhoramento das condições de vida da população, nomeadamente, a distribuição dos excedentes agrícolas, a resolução do problema do crédito agrícola, a organização dos serviços sanitários, a resolução do problema da alimentação das populações rurais, entre outros. O semanário remata: “Eis um mundo de problemas a resolver se quisermos transformar a economia da ilha e dar-lhe bases sólidas de crescimento”. Uma afirmação que deu origem a uma resposta de Alberto Araújo, o qual teria afirmado que não lhe caberia a responsabilidade de encontrar as soluções dos problemas mencionados, algo com o qual o semanário discordou categoricamente, pois acreditava que a missão de deputado incluía a de solucionar, ou pelo menos, propor caminhos para o tratamento das adversidades apresentadas.

Neste contexto, o *Comércio do Funchal* distinguiu-se desde muito cedo com textos de profundo ideal social, segundo linhas progressistas, algo bastante inédito na imprensa regional, e muito limitado ao nível da imprensa nacional, podendo ser porventura comparado a publicações do tipo *Seara Nova*. Estes textos eram principalmente publicados no editorial do periódico madeirense, utilizado como meio de divulgação de textos de opinião diversa da prevalecente no Estado Novo. O primeiro editorial a realizar uma profunda reflexão política e social da realidade nacional, foi publicado em 26 de fevereiro de 1967²⁹⁶. Logo no primeiro parágrafo, apontou as pessoas como seres pensantes, com poder de decisão e inteligentes. Para começar, compôs uma premissa que ia contra o regime vigente, pois o autoritarismo político limitava o poder de decisão social, cortando uma das liberdades básicas de um cidadão livre. O

²⁹⁴*Comércio do Funchal*, nº 1917, 8 de janeiro de 1967, p. 6.

²⁹⁵*Comércio do Funchal*, nº 1920, 29 de janeiro de 1967, pp. 3 e 7.

²⁹⁶*Comércio do Funchal*, nº 1924, 26 de fevereiro de 1967, p. 1.

editorial emite uma reflexão sobre o papel de todo o ser-humano, bem como a escolha entre os conceitos de bem e mal:

Há momentos da vida do Homem em que este se interroga (ou deveria fazê-lo) acerca da sua função específica de ser inteligente, com uma capacidade crítica e realizadora. Momentos que representam uma escolha entre os conceitos do bem e os conceitos do mal.

No segundo parágrafo, continuou a reflexão sobre o poder de análise do cidadão. Afirmou que, após reflexão, o ser pensante é capaz de optar pelos diversos caminhos existentes, considerando que o defensor de uma causa lutaria pela mesma, apesar das retaliações que isso poderia implicar. Uma referência implícita à luta oposicionista dos democratas e daqueles que faziam frente ao regime do Estado Novo, contra as forças opressoras. Quando “valores altos” urgem, existiria toda uma luta, em que a vida seria a última barreira da desistência.

Nesses momentos, o Homem afirma-se como ser pensante, dotado de um poder de análise do que lhe rodeia e de, em função disso, ser capaz de optar entre um ou outro dos caminhos que se lhe oferecem. Aí, o Homem afirma-se como ser humano integral, ser dominado pelo poder único e exclusivo da razão. E, para além de uma escolha, é capaz de mantê-la contra ventos e marés, às vezes com sacrifício daquilo que mais ama – a vida.

O editorial prossegue, defendendo a ideia de que, face às adversidades, incluindo entre elas “a chantagem” e “o comodismo”, às quais não existe cedência, é difícil lutar pela implantação do ideal. Quanto maiores as tentações, maior é a exigência atribuída a quem batalha, declarando que, no fim, os resultados serão positivos e se chegaria a “porto bom”. Esta ideia é de alguma forma premonitória, pois, a visão do autor acabaria por prever a chegada do tal “porto bom”, com a Revolução dos Cravos, pouco mais de sete anos após a publicação deste editorial.

Então, o Homem realiza-se em toda a sua dignidade e a nada cede – ao sentimentalismo, à chantagem, ao suborno, aos prazeres fáceis, à vida cómoda e despreocupada, à força, até. E realiza-se com tanto maior dignidade quanto as mais difíceis são os tempos e quanto maiores são as tentações de cedência. O homem arrasta

as tempestades, certo que a bonança há de chegar, porque as intempéries não são eternas e, mais cedo ou mais tarde, o porto bom há de aparecer.

Este texto, muito motivador para o fomento da reflexão humana, foi inspirado na história do Padre Kolbe, citado pelo Bispo do Funchal, D. João António da Silva Saraiva, numa celebração dominical, onde explica que a sua luta o levou à morte no campo de concentração de Auschwitz. É este o exemplo que o editorial utiliza como base de inspiração para a criação deste texto. O acontecimento que levou à sua morte é a demonstração dos “dois conceitos diferentes do Homem, um gerando a violência e o outro o amor”. Para concluir, o editorial afirmou que “a liberdade é a maior glória do Homem”, acrescentando ainda que o caminho deveria ser feito pela escolha do bem. Como tal, faz-se a apologia de uma sociedade livre, em contraste com a realidade em que se insere o periódico madeirense. Este editorial representava bem a filosofia política dominante na equipa que fazia parte do semanário, demonstrando as linhas orientadoras que os mesmos seguiam: a defesa da democracia e da liberdade. Claramente, a expressão destas posições só foi possível devido à não intervenção da censura. Durante todo o ano de 1967 não há referência a que o jornal tivesse sido visado pela censura, um legado herdado do antigo formato do periódico. Como tal, durante longos meses, o semanário beneficiou de uma maior liberdade de expressão, o que contribuiu para a construção de uma base forte de leitores assíduos e presentes, principalmente nas universidades continentais²⁹⁷.

Contudo, este novo posicionamento do *Comércio do Funchal* acabou por criar anticorpos, levando outros órgãos de comunicação social a criticar o *modus operandi* do semanário. *Comércio do Funchal* reagiu, defendendo-se das críticas logo a partir 5 de março de 1967. Neste caso, o semanário defendeu-se da acusação de que este teria “espinhos” contra certos órgãos e departamentos²⁹⁸. Queriam com isto dizer que o jornal nutriria um especial desagrado e aversão a certos meios da imprensa madeirense próximos do regime. Acusação prontamente negada pelo *Comércio do Funchal*, que afirmou não nutrir qualquer tipo de aversão a “departamentos oficiais” ou “colegas de imprensa”, declarando:

Simplesmente, como defensores que somos de uma livre troca de opiniões entre os homens. Independentemente dos lugares que ocupam, dos departamentos que representam ou das ideologias que professam, não seremos nós os primeiros a abdicar de tais princípios, sob pena de estarmos a negar a função própria da imprensa e a

²⁹⁷FIGUEIRA, João – *Ob.Cit.*, 2009, p. 144.

²⁹⁸*Comércio do Funchal*, nº 1925, 5 de março de 1967, p. 1.

burlar o público, que nela crê e dela espera honestidade e verdade. E só lamentamos que tal doutrina não encontre eco em órgãos que deviam secundar-nos em vez de encontrarem “espinhos” naquilo que é a sequência natural de um direito e de um dever caro a qualquer jornal ou jornalista.

Noutro editorial, a 12 de março de 1967, intitulado “Jornalismo independente”, *Comércio do Funchal* reafirmou a sua independência na criação de conteúdo e gestão, clarificando que nenhum fator externo influenciava o que era publicado no periódico²⁹⁹:

Se somos por um jornalismo independente - e independente no sentido mais genuíno da expressão – é porque estamos absolutamente cónscios de que a Imprensa, para conseguir cumprir por inteiro a sua verdadeira função, deve estar à margem de quaisquer dependências, submissões ou compromissos que possam afectar a sua isenção e a sua objectividade.

Ficavam assim publicas as linhas orientadoras do novo projeto jornalístico, nomeadamente a recusa de quaisquer pressões e constrangimentos externos, em especial políticos. À luz desta posição, o semanário permitiu-se debruçar sobre inúmeros temas, todos aqueles que considerasse que deviam ser falados. Problemas da sociedade madeirense foram múltiplas vezes dissecados, criticando-se inclusivamente, aqueles que tinham um cargo superior. Este é um aspeto que podemos verificar no texto de 19 de março de 1967, “Os problemas da Madeira na Assembleia Nacional”, onde o semanário apontou o problema da falta de planificação económica, por parte do governo, no Distrito Autónomo do Funchal³⁰⁰. De facto, o governo nacional não tinha em devida conta as especificidades do arquipélago, inclusivamente no plano económico. Entramos aqui na questão autonómica, mesmo que de forma ligeira, sem mencionar o desejo autonomista do jornal. Os números seguintes serão bastante mais diretos sobre a questão, sendo possível assumir que o desejo de planificação específica do distrito islenho transmite o ideal autonómico. Para o semanário, a planificação feita ao nível nacional, numa perspetiva centralista, era insuficiente para solucionar os problemas do arquipélago.

Ao longo de 1967, a redação foi publicando vários artigos, entrevistas, textos de opinião, que exprimiam a nova orientação do jornal. Um dos pontos fortes do semanário era a defesa do

²⁹⁹*Comércio do Funchal*, nº 1926, 12 de março de 1967, p. 1 e 2.

³⁰⁰*Comércio do Funchal*, nº 1927, 19 de março de 1967, p. 1 e 3.

diálogo e do direito ao questionamento e à crítica dos governantes. Num editorial, denominado “Diálogo entre Governantes e Governados”, apresenta-se a necessidade de uma aproximação dos governantes à realidade dos governados³⁰¹. Logo no início da exposição, mencionou-se uma afirmação do Dr. Fernando Couto, Presidente da Câmara do Funchal, numa entrevista dada ao *Jornal da Madeira*, a 18 de setembro de 1966. Nesta, afirmou que o mesmo tinha a obrigação de tentar esclarecer os munícipes acerca de questões relativas à administração da cidade. Com isto, o autor do editorial louvava a atitude, “de se sujeitar à crítica”, do representante político. Acrescentou ainda, o argumento da humanidade dos representantes políticos, podendo por isso cometer erros e decisões incorretas, insistindo na ideia de que o diálogo era necessário. No entanto, esse diálogo era na prática inexistente:

Os governantes, pessoas escolhidas pela comunidade para valerem pelos seus interesses e por isso perante ela responsáveis, são, também, seres humanos sujeitos ao erro. Não são deuses ou criaturas iluminadas. São apenas homens. Dos procedimentos humanos qual o menos inteligente do que pretender impor uma verdade, do que classificar isto ou aquilo de indiscutível? Aliás a auto-suficiência é característica dos espíritos tacanhos, dos inimigos a sociedade. Enquanto alguém insistir numa imposição de uma verdade seja qual for a matéria a que se pretende aplicar, não viveremos num clima humano porque nele o diálogo está ausente. É um clima de Violência. De violência camuflada, mascarada, mas nem por isso menos opressora.

Neste contexto, o primeiro ano da “nova vida” do semanário foi relativamente tranquilo, não havendo menção à censura em nenhum dos números. Pode concluir-se que a redação publicou artigos “sem filtros”, podendo assim ser transparentes, tal como mencionaram por enumeras vezes. E vários foram os artigos onde o cariz político, social e económico está mais ou menos presente³⁰².

Esta situação de relativa liberdade – e tranquilidade – alterou-se, em 1968, ano que colocou à prova a existência do semanário. No primeiro semestre de 1968, o semanário não teve nenhum problema, publicando-se, aparentemente sem a intervenção da censura, não

³⁰¹*Comércio do Funchal*, nº 1928, 26 de março de 1967, p. 1 e 2.

³⁰²No mês de maio de 1967, o *Comércio do Funchal* publicou apenas nas duas primeiras semanas, ficando sem qualquer tiragem até ao dia 4 de junho desse mesmo ano. O semanário não menciona nenhuma razão para a paragem. Contudo, a 4 de janeiro de 1970, dois anos e meio depois, menciona no editorial que foi sacudido “por duas interrupções”, não mencionando de que se tratava de ações levadas a cabo pela censura salazarista. Por não apresentar a notificação “Visado pela censura”, é possível que outras razões tenham levado à interrupção.

existindo a notificação “Visado pela Censura”. Todavia, a censura iria atuar no segundo semestre de 1968, pois, tal como dissera Salazar a Adriano Moreira em fevereiro de 1966: “Neste país, apenas o chefe do governo está isento de censura. Todos os demais, incluindo os ministros, lhe estão subordinados.”³⁰³. A intervenção da censura foi concomitante à projeção mediática e ideológica do *Comércio do Funchal*. De facto, ao longo de 1968, os artigos publicados são cada vez mais politizados, criticando-se abertamente o capitalismo e muitas decisões tomadas pelo governo central. No artigo intitulado “Política de Austeridade...”, publicado a 11 de fevereiro de 1968, o semanário critica o capitalismo, falando sobre a exploração em benefício do lucro, dizendo:

Não nos admiremos demasiadamente, no entanto. Na selva conquistada dourada do lucro – numa sociedade de livre iniciativa e livre concorrência – não há meios que resistam à obtenção dos fins: mesmo que o preço a pagar sejam os da desonestidade e da imoralidade. A exploração do homem pelo homem, é assim, sem ilusões nem figuras de retórica, o negro pão de cada dia...³⁰⁴

O jornal, como pode ser lido, demonstrava uma opinião anticapitalista, ou pelo menos, contra o capitalismo fomentado pelo Estado Novo. Esta posição vai ficando cada vez mais vincada, sendo expressa no artigo “Organização e Moralidade”, onde a estrutura capitalista é posta completamente em causa, considerada desde logo como “amoral”. São questionadas as verdadeiras intenções do sistema capitalista, sendo impossível compactuar com uma dimensão social, injusta, pelo que seria indispensável alterar a estrutura social, económica e política do país, culminando na instituição de uma “sociedade socialista”:

Resumindo e em conclusão: na sua pureza, na sua essência, a empresa capitalista é amoral. Único princípio: obtenção do maior lucro. A amoralidade é, portanto, inerente ao sistema de produção capitalista. Se a certa altura se lhe introduziu um elemento ético - a sua dimensão social, humana – isto se deveu à necessidade de sobrevivência, de coexistência com outro tipo da Sociedade: a sociedade socialista. O preço dessa sobrevivência é a racionalização, a organização. A organização constitui,

³⁰³NOGUEIRA, Franco - *Um Político confessa-se*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1987, p. 251.

³⁰⁴*Comércio do Funchal*, nº 1971, 11 de fevereiro de 1968, p. 3.

*pois, o elemento que concretiza, que materializa, que assinala objetivamente a entrada da moralidade na empresa capitalista.*³⁰⁵

Neste texto, a presença de elementos marxistas, ou simplesmente, da esquerda política, é evidente. Bem como em textos anteriores, é possível aferir uma ideologia ao regime salazarista, algo que foi confirmado por Vicente Jorge Silva, em 2009, quando afirma: “...todos nós eramos contra o regime, tínhamos essa consciência...”³⁰⁶. Este posicionamento foi-se solidificando, culminando na afronta às ideias e decisões do governo central. Este posicionamento criou tensões, num primeiro tempo, com outros órgãos de imprensa, aliados ao governo, como o *Jornal da Madeira* e o *Voz da Madeira*, sendo este último propriedade do deputado madeirense e líder da União Nacional, Agostinho Cardoso³⁰⁷. Num editorial, publicado em 24 de março de 1968, o periódico confessou a sua faceta crítica, que afirmou ser criadora de ideias construtivas, não seguindo por “águas mansas”, protegido por autoridades superiores. Esta posição pode ser comprovada no seguinte excerto:

*Ora “Comércio do Funchal” resolveu não aceitar a intocabilidade. A análise dos actos dos homens, deriva de uma dupla responsabilidade – a do jornal perante o público e a do dirigente perante a sociedade. Não é por prazer ou por qualquer objectivo subterrâneo que se elogia ou critica. Critica-se o que em consciência se julga incorrecto; elogia-se o que em consciência se pensa justo. Se a responsabilidade da pessoa ou instituição visadas é maior, criticar-se-á ou elogiar-se-á com maior força; se é menor, menor será a crítica ou o elogio. E isto porque, geralmente, à maior responsabilidade corresponde a maior ou menor importância da decisão e da acção.*³⁰⁸

Mas esta atitude crítica e de afronta ao *status quo*, bem como a defesa do Socialismo, trouxe dissabores ao *Comércio do Funchal*. A Igreja Católica, nomeadamente o Seminário Maior do Funchal, reagiu ao jornalismo independente do *Comércio do Funchal*. Este semanário publicava textos sobre figuras internacionais da Igreja Católica, como, por exemplo, D. Hélder

³⁰⁵*Comércio do Funchal*, nº 1978, 31 de março de 1968, p. 9.

³⁰⁶FIGUEIRA, João – *Ob.Cit.*, 2009, p. 144.

³⁰⁷TORGAL, Luís Reis (Coord.); Cordeiro, Carlos; Pimenta, Fernando Tavares – *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira. Das origens ao debate constitucional*. Lisboa: Assembleia da República, 2019, p. 106.

³⁰⁸*Comércio do Funchal*, nº 1977, 24 de março de 1968, p. 1.

Câmara³⁰⁹, cujo pensamento era próximo do socialista. Facto que desagradou a hierarquia católica madeirense. Em 5 de maio de 1968, o semanário publicou a carta deste representante progressista da Igreja Católica brasileira, carta esta que se dirige aos jovens do mundo, com palavras de encorajamento à mudança e ao avanço³¹⁰. O *Comércio do Funchal* elogiou tais palavras, e voltou a falar sobre esse assunto no dia doze do mesmo mês, abraçando o discurso pró-liberdade e anti-imperialista³¹¹. O Seminário Maior do Funchal reagiu, proibindo a leitura do semanário nas suas instalações. Esta decisão foi denunciada pelo semanário, aos seus leitores, no dia 19 de maio de 1968, argumentando:

*Num momento em que o diálogo se tornou palavra de ordem para a Igreja e a aproximação entre todos os homens, sinceramente empenhados na construção de um mundo mais justo e mais humano, é ardentemente pregada pelas mais esclarecidas figuras do pensamento católico contemporâneo [...], a “excomunhão” que nos atinge, além de contraditória face a esses princípios – que todos dizem acatar, mas que bem poucos assumem na prática – torna-se talvez reveladora de um “medo” de confrontação, feita pelos jovens seminaristas, entre os nossos “erros sociológicos” e as “verdades” que lhes são ministradas por alguns mestres.*³¹²

Mas a situação do periódico islenho agravou-se em junho de 1968. No dia 2 de junho, o *Comércio do Funchal* publicou uma reflexão sobre a celebração do 28 de maio de 1926, aniversário do golpe de Estado levado a cabo pelo General Gomes da Costa, golpe que instituiu a Ditadura Militar³¹³. Tratou-se de uma reflexão crítica não só sobre o acontecimento em si, mas também sobre o “regime corporativo” instituído pelo Estado Novo, denunciando-se o atraso económico-social do país:

Temos, assim, que, quatro décadas passadas depois de posta em vigor uma “organização corporativa” os problemas fundamentais da vida nacional, apesar das medidas tomadas, permanecem vivos e condicionam os caminhos do futuro. Ninguém negará a agudez da crise económica nacional, nem o aumento do custo de vida, nem os

³⁰⁹Arcebispo do Recife entre os anos de 1964 e 1985, um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil.

³¹⁰*Comércio do Funchal*, nº 1983, 5 de maio de 1968, p. 6.

³¹¹*Comércio do Funchal*, nº 1984, 12 de maio de 1968, p. 1.

³¹²*Comércio do Funchal*, nº 1985, 19 de maio de 1968, p. 3.

³¹³TAVARES CASTILHO, José M. – *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009, p. 45.

*valores da emigração, nem o problema habitacional, nem o marasmo da vida cultural e científica, nem os frágeis índices da cobertura médico-assistencial do país, nem a mediocridade da prática gimno-desportiva.*³¹⁴

A reação do regime foi imediata, tendo o jornal sido suspenso, voltando a ser publicado apenas cinco meses depois. Todavia, seria pouco correto justificar a suspensão apenas com o número mencionado. De facto, podemos concluir que o acumular de artigos “anti-situacionistas” “criou” as condições, ou melhor, deu o pretexto para que a ditadura atuasse no sentido da suspensão do semanário.

4.2. A segunda fase do *Comércio do Funchal*. As eleições para a Assembleia Nacional de 1969

A suspensão do *Comércio do Funchal*, em junho de 1968, acabou por coincidir com o final do governo de Salazar e a consequente alteração de chefia do governo em setembro de 1968³¹⁵. Esta alteração terá beneficiado o semanário, uma vez que a suspensão do jornal foi anulada, voltando a publicar-se a partir de novembro de 1968. Mas com uma modificação relevante: o jornal passa a ser “Visado pela Censura”, surgindo essa notificação nos números publicados. Ainda assim, o jornal manteve a mesma estrutura, direção e orientação. De assinalar que o regresso do semanário foi aplaudida pelos jornais madeirenses, entre os quais o *Voz da Madeira*³¹⁶. Interessante facto, pois, apesar de se poder acreditar nas palavras expressas pelo órgão de comunicação em causa, não pode ser ignorada a reação negativa expressa por meios afetos ao regime, ao *Comércio do Funchal*. No plano nacional, o regresso do semanário madeirense foi assinalado pelo *Diário de Lisboa*, por palavras de Mário Sacramento, e pela revista *Seara Nova*.

O regresso do *Comércio do Funchal* fez-se de forma tranquila. No primeiro número, o editorial denominado “O Recomeço e a Primavera” reafirma a sua linha editorial e independência face “a quaisquer influências”. Neste mesmo texto, agradecendo aos assinantes pela solidariedade expressa durante estes tempos, a direção deixa bem claro a importância do periódico, e daquilo que ele representava:

Mas, para além de explicações que se pensa deveriam ter sido dadas, há outros problemas – e o jornal tornou-se hoje num símbolo demasiado vivo para que sejamos

³¹⁴*Comércio do Funchal*, nº 1987, 2 de junho de 1968, p. 1.

³¹⁵ROSAS, Fernando – *Ob. Cit...*, 1998, p. 485.

³¹⁶*Comércio do Funchal*, nº 1988, 3 de novembro de 1968, p. 2.

*nós a prendermo-nos a dever cujo cumprimento poderia ter, nas circunstâncias, consequências imprevisíveis.*³¹⁷

Um jornal que mostrou ser, com pouco mais de um ano de existência, uma peça importante da vinculação de textos oposicionistas. A distribuição bastante considerável do periódico no Continente, em maior número que na própria ilha, representa bem o seu impacto nacional, sobretudo entre os meios oposicionistas e críticos da ditadura³¹⁸. O objetivo do jornal mantém-se o mesmo de 1967, mas agora a sua atuação era feita sob o olhar atento da censura a despeito da aparente liberalização operada por Marcelo Caetano. De resto, o Comércio do Funchal questionou por várias vezes o alcance dessa alegada liberalização do marcelismo³¹⁹. Assim, e com as eleições legislativas a menos de um ano de ocorrer, o semanário questionou as mudanças produzidas pela governação de Marcelo Caetano. Se as primeiras medidas e palavras do novo chefe do governo geraram algum ânimo, também é certo que eram patentes os limites dessa liberalização³²⁰. E, sobretudo, novas expectativas e interrogações quanto ao ato eleitoral de 1969:

*Que estilo terão as eleições 69? Manter-se-ão as tradições eleitorais ou inovar-se-á também nesse campo? Que papel será reservado aos grupos políticos que se opuseram durante os últimos tempos ao regime? Que tipo de facilidades estarão a ser previstas? Será que a todos os candidatos será dada a possibilidade de expor, sem peias, as soluções que preconizam face aos agudos problemas da vida nacional. Qual o rumo que se prevê seguir: o monólogo ou o diálogo?*³²¹

O papel da oposição é aqui perguntado, demonstrando vontade em saber que lugar e responsabilidade teria esta, juntamente com todo um conjunto de questões relativas à liberdade de discurso, de propaganda e apresentação das propostas, bem como oportuna existência do debate político, entre as diferentes listas que concorressem às eleições. Seriam eleições livres? Ou seria uma corrida desde logo viciada, pendendo para o lado do regime?

³¹⁷Comércio do Funchal, nº 1988, 3 de novembro de 1968, p. 1.

³¹⁸Comércio do Funchal, nº 1989, 10 de novembro de 1968, p. 2.

³¹⁹ROSAS, Fernando – *Ob. Cit...*, 1998, p. 489.

³²⁰LEMOS, Mário Matos e – *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República–Divisão de Edições, 2012, p. 489.

³²¹Comércio do Funchal, nº 1993, 9 de dezembro de 1968, p. 7.

Na entrada do ano de 1969, o *Comércio do Funchal* insiste em manter o formato que prezava e acreditava ser o mais correto, mantendo a sua linha crítica e demonstrando a sua “aura” democrática que o tornava tão particular. Apesar da suspensão ocorrida em 1968, o periódico não cedeu aos medos e pressões da censura. De resto, o jornal cultivava a democracia interna, prezando a livre expressão de ideias, a partilha de opiniões de diferentes personalidades políticas, incluindo da União Nacional. Aliás, o jornal valorizava a ação de alguns membros da União Nacional, sempre que estes exibissem pontos de defesa comum, seja pelos direitos gerais do cidadão, seja por aspetos da realidade madeirense. Por exemplo, a 23 de fevereiro de 1969, no editorial “Proteção à velhice”, o semanário felicitou o trabalho desenvolvido por Agostinho Cardoso na Assembleia Nacional, dizendo inclusive que se tratara do “momento mais alto dos trabalhos “ da sessão legislativa “daquele organismo político”³²². Neste texto, o semanário explicou a base da ideia do deputado da Assembleia Nacional, onde o mesmo prevê uma assistência social total para a população idosa. Esta medida ia ao encontro das políticas defendidas pelo jornal, onde o cariz social do Estado, segundo o modelo do Estado Providência, é defendido. Exemplo disso mesmo, é um artigo sobre o “Direito de estudar”, onde o semanário sugere a criação de bolsa de estudos para alunos socioeconomicamente carenciados, mas detentores de claras capacidades, atingindo aqui um discurso de inserção social e de alavancagem dos cidadãos, bem como de fomento da meritocracia³²³.

Com o passar dos meses, o semanário foi-se focando nos aspetos políticos ligados às eleições legislativas. O jornal apresentou o exercício do direito de voto como um dever do cidadão³²⁴, obviamente dentro das condições limitadas impostas pelo regime. Para além disto, os artigos de elevado significado política ganharam densidade ideológica, exprimindo as posições progressistas do jornal. O período passa a defender, também e de forma mais consistente, o regime autonómico para a Madeira. O *Comércio do Funchal* revelou-se o principal jornal apoiante do projeto autonómico para o arquipélago, reacendendo inclusivamente o debate sobre o tema³²⁵. No editorial do nº 2007, a 23 de março de 1969, o semanário clarificou a sua posição relativamente à política regional³²⁶. Assim, defende que a região madeirense deveria ver estendida a sua autonomia, ter maior poder de decisão, nunca caindo no separatismo absoluto e deixando claro que existe lugar para a convivência Região-

³²²*Comércio do Funchal*, nº 2003, 23 de fevereiro de 1969, p. 1.

³²³*Comércio do Funchal*, nº 2003, 23 de fevereiro de 1969, p. 4.

³²⁴*Comércio do Funchal*, nº 1999, 26 de janeiro de 1969, p. 2.

³²⁵TORGAL, Luís Reis (Coord.); Cordeiro, Carlos; Pimenta, Fernando Tavares – *Ob. Cit...*, 2019, p. 105.

³²⁶*Comércio do Funchal*, nº 2007, 23 de março de 1969, p. 1.

País. Além disso, o semanário afirmou defender os interesses das classes baixas, do operariado, dos camponeses, do “povo humilde” e dos jovens a quem cabia construir o futuro:

É provável, portanto, que, muitas vezes, os interesses das classes desprotegidas não coincidam com os das classes favorecidas. Mas, quando tal contradição se instala, ninguém tenha dúvidas sobre a nossa opção.

O semanário justificou aliás a necessidade de autonomia como uma forma de atingir o fim de justiça social mais legítima, num discurso com marcas marxistas, marcado pelo apelo ao povo, aos camponeses, ao operariado. No mesmo texto, insiste-se na ideia de uma “região democraticamente alicerçada”, onde todos os habitantes tenham papel ativo na sociedade. A democracia é pois um objetivo notório, tanto no plano nacional, como regional, sendo que neste caso só poderá ser atingido com a autonomia insular. Assim, o plano descentralizador autonómico passava por um processo democrático para a gestão da região, onde os governantes seriam eleitos e não nomeados pelo governo central:

Defendemos uma descentralização baseada na eleição direta, pelos interessados, dos que irão executar a vontade geral – não uma descentralização fictícia, em que, embora dispondo de poderes largos, os quadros dirigentes continuem a ser nomeados por uma estrutura longínqua.

A aproximação do momento eleitoral motiva o periódico a partilhar publicamente os ideais democráticos. A inclusão de resoluções democráticas para soluções de incremento da autonomia madeirense é possivelmente a primeira vez onde, tão diretamente e abertamente, se defende a solução democrática. No seguimento do apoio aos ideais democráticos, o *Comércio do Funchal* vai noticiando as movimentações políticas oposicionistas, chamando a atenção para a ação de certas figuras democráticas. Foi o caso de Mário Sacramento que, em abril de 1969, publicou um texto apelando ao voto juvenil e à organização dos mesmos para o progresso³²⁷. Para além disto, no mesmo número, existe um “recorte” logo na primeira página, em homenagem a esse democrata aveirense³²⁸. Mais tarde, no mês de maio, o periódico funchalense

³²⁷*Comércio do Funchal*, nº 2007, 23 de março de 1969, pp. 6 e 9.

³²⁸*Comércio do Funchal*, nº 2007, 23 de março de 1969, p. 1.

noticiou o início dos trabalhos do II Congresso Republicano, salientando que “ninguém deseja uma república autoritária”, defendendo-se de novo e abertamente a democracia³²⁹.

Esta defesa da democracia é espelhada na generalidade das ações promovidas pelo semanário. Este órgão dinamizou diálogos, principalmente com o semanário *Voz da Madeira*, uma “voz” do regime. Esta iniciativa é *sui generis*, sendo interessante pela raridade destas atividades ao nível nacional. Nota-se assim a abertura do periódico aos que, representando o partido do regime, a União Nacional, tivessem ideias que se aproximassem das propostas da oposição e do próprio jornal. Desta feita, ao longo do ano foi possível assistir a interações, debutadas na sua maioria por artigos do *Comércio do Funchal*, sobre os quais o semanário *Voz da Madeira* não concordava. Respondendo a uma crítica de Agostinho Cardozo, ao texto “Reforma Agrária”³³⁰, incluído no número do dia 16 de março, José Manuel Barroso argumenta as palavras do deputado madeirense, oferecendo mais pormenores no que diz respeito à sua perspetiva sobre o caso³³¹. Entre várias intervenções, este último exemplo demonstra bem a realidade oferecida pelo diálogo entre ambos os jornais - um exemplo para a imprensa nacional.

Por outro lado, nunca atacando diretamente o governo central, o que seria potencialmente sinónimo de uma nova suspensão, o periódico, em textos com fundamentos socioeconómicos, denuncia o atraso real da sociedade portuguesa. No editorial publicado a 10 de agosto de 1969, um texto providencia dados elucidativos sobre a situação do país. Assim, Portugal encontrava-se sempre nos últimos lugares, numa classificação de vários pontos:

Entre 15 países da Europa (...), somos o penúltimo na capitação do consumo de energia, depois de nós só a Turquia. Somos o antepenúltimo na capitação do consumo de aço, depois de nós só a Grécia e a Turquia. Somos o penúltimo nas taxas de escolarização, depois de nós só a Turquia. Somos o último na proporção do número de alunos do ensino superior para o conjunto da população: depois de nós, ninguém. Somos o penúltimo na capitação de consumo de carne, depois de nós, só a Turquia. Somos o último na capitação de consumo de leite, o último na capitação de calorías, e último na capitação diária de proteínas e penúltimo na capitação de gorduras diárias (...). Somos ainda o antepenúltimo, na relação de médicos e o número de habitantes (...) e o penúltimo na capitação de dias de doença indemnizados pela previdência social

³²⁹*Comércio do Funchal*, nº 2014, 11 de maio de 1969, p. 1.

³³⁰*Comércio do Funchal*, nº 2006, 16 de março de 1969, p. 7.

³³¹*Comércio do Funchal*, nº 2012, 27 de abril de 1969, pp. 2 e 7.

(...). *Exceptuando a Turquia, somos também o país onde as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade pré-natal se apresentam ainda mais altas...*³³²

Denunciando os problemas sociais existentes em Portugal, o periódico publicou um outro artigo, desta vez mais específico, intitulado a “Problemática da alfabetização”. Trata-se de uma reflexão publicada no editorial do dia 17 de agosto, com base no discurso do então secretário-geral da UNESCO, René Maheu, onde se apontava a necessidade de tirar dois quintos da humanidade da obscuridão do analfabetismo³³³. Com isto, o semanário denuncia as especificidades da sociedade portuguesa, demonstrando desde logo o atraso claro, em comparação aos restantes países europeus. Cerca de 40% da população portuguesa, à data, era deficitária no campo da alfabetização. Contudo, é avançado que estes números apresentados poderiam ser superiores, pois a contabilização era realizada com base no número de pessoas possuidoras do terceiro ano de escolaridade, sendo que muitos não praticariam a escrita e a leitura, perdendo assim as capacidades adquiridas. Para combater as baixas taxas de alfabetização, o semanário indica algumas medidas, entres as quais a escolarização gratuita e obrigatória. A alfabetização é entendida como “um meio necessário para se atingir uma sociedade melhor”, entregando aos cidadãos, para além de espírito crítico, uma solidariedade comum.

Alfabetizar e promover. Promover e libertar as pessoas de tudo aquilo que impedia a promoção. A alfabetização é, portanto, um meio necessário para se atingir uma sociedade melhor. Em que os cidadãos estejam possuídos de um alto espírito crítico e de solidariedade para e com os outros. Num processo de alfabetização há que não esquecer também este aspeto.

Com o início do período eleitoral, à oposição foi consentida a realização de campanhas de propaganda, criando a sensação de uma liberdade aparente. Mas os factos demonstraram o carácter não democrático das eleições. O *Comércio do Funchal*, observando o desfasamento entre as forças amestradas pelo governo e as que lutavam por uma mudança no sentido da democracia, publicou um primeiro artigo, a 28 de setembro de 1969, onde explicou as dificuldades que se colocavam às oposições. Em “Assembleia Nacional: «jogos e regras», que tipo de eleições?”, o semanário afirmava a existência de limites à ação dos opositores, viciando

³³²*Comércio do Funchal*, nº 2026, 10 de agosto de 1969, p. 1.

³³³*Comércio do Funchal*, nº 2027, 17 de agosto de 1969, p. 1.

assim à partida o sufrágio. De facto, para a União Nacional, a liberdade para realização de sessões e da reunião era total; porém, o mesmo não acontecia para as comissões eleitorais da oposição³³⁴.

Era claro o apoio do *Comércio do Funchal* aos setores de oposição, defendendo-se abertamente a democracia e o socialismo. Daí que o jornal tenha noticiado as várias atividades levadas a cabo pela oposição, tanto no Continente, como nos espaços insular e ultramarino. Por exemplo, noticiou a realização de uma sessão oposicionista em Leiria³³⁵, tal como a polémica rejeição da lista da oposição democrática de Moçambique³³⁶. No seio da oposição, não era clara a posição entre a CEUD e a CDE, mas podemos alegar que o apoio terá sido mais direcionado para a segunda comissão (CDE). Isto acontece, pois, na Madeira, a representação democrática resumia-se desde logo a uma única lista, a CEDM. Contudo, apesar do apoio à oposição, o *Comércio do Funchal* clarificou durante o processo eleitoral de que não se tratava de um órgão partidário, não estando ao serviço, nem tão pouco dependente da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira. O jornal mantinha a sua soberania e independência face aos movimentos políticos. No editorial de 28 de setembro de 1969, intitulado “Posição de Independência”, é clarificada a posição do semanário e a autonomia que o mesmo desejava preservar³³⁷. Nas primeiras linhas, o semanário declara que a independência jornalística do órgão não significava a neutralidade, clarificando a posição do semanário, nas eleições em causa. É declarado ainda que a escolha de um redator do *Comércio do Funchal* como candidato da oposição (José Manuel Barroso), não implicava a defesa incondicional do movimento que o mesmo representava. O periódico insistiu na ideia de independência face ao movimento político da oposição, apesar de todas as linhas que os aproximavam, em termos políticos e ideológicos. Assim, é afirmado:

CF não é o órgão da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira – nunca afirmou sê-lo, como nunca funcionou como veículo de propaganda da referida comissão (ao contrário do que tem sucedido com o semanário Voz da Madeira e o recém reaparecido jornal A Tribuna, distribuídos gratuitamente e em grande número através da ilha). O facto de um dos redactores do CF ser candidato a deputado pela CEDM e outro fazer parte dessa comissão eleitoral, não autoriza ninguém a identificar – para

³³⁴*Comércio do Funchal*, nº 2033, 28 de setembro de 1969, p. 5.

³³⁵*Comércio do Funchal*, nº 2033, 28 de setembro de 1969, p. 8.

³³⁶*Comércio do Funchal*, nº 2034, 5 de outubro de 1969, p. 8.

³³⁷*Comércio do Funchal*, nº 2033, 28 de setembro de 1969, p. 1.

*mais de forma tão ostensivamente abusiva – o nosso jornal com a referida CEDM. CF é – sim – um jornal que partilha o ideário democrático na sua expressão mais genuína e disso demos conta, claramente, no nosso EDITORIAL de 26 de setembro.*³³⁸

A experiência eleitoral comprova a forte posição política do periódico. De resto, o semanário funchalense manteve-se fiel às linhas construídas desde a sua renovação em 1967, sem receio de apoiar a comissão democrática madeirense, e a movimentação democrática que entretanto ocorria no Continente. Tanto a nível nacional como na região, a “luta” era desigual e isso refletia-se nos meios que cada um tinha à disposição. Tal como afirma o *Comércio do Funchal*, os periódicos regionais favoráveis ao regime tinham a sua distribuição facilitada, para além de gratuita, sendo estes financiados pelo governo salazarista. Contudo, a penetração na classe mais desfavorecida da sociedade insular era mais desafiante, devido aos baixos níveis de alfabetismo e literacia presentes na região. Tal como afirma João Abel de Freitas³³⁹, a leitura de imprensa era limitada a um número restrito de populares. O *Comércio do Funchal* enfrentava ainda a oposição de uma parte da Igreja Católica, tal como ficou evidente no acontecimento relacionado com o Seminário Maior do Funchal³⁴⁰. Apesar das dificuldades, o semanário remava contra a maré, destacando-se ainda mais no panorama da imprensa na região e a nível nacional.

Num certo sentido, o período eleitoral reforçou o jornal oposicionista, colocando-o claramente – e publicamente – do lado das comissões democráticas, com todas as consequências e implicações que isso acarretava. Mesmo tendo sido, no ano anterior, suspenso pelas suas publicações desfavoráveis ao regime, o *Comércio do Funchal* mantém e aprofunda a sua orientação política favorável à democracia. A credibilidade do órgão terá ganho nesta ocasião mais solidez, motivando o desenvolvimento do projeto ao longo dos anos, continuando a estratégia de afrontamento ao regime.

Na sequência das eleições, o *Comércio do Funchal* continuará a sua ação esclarecedora. Talvez seja possível afirmar uma maior tranquilidade em se debruçar sobre temas sensíveis, como questões governativas. Todavia, o periódico segue a mesma linha de pensamento na exposição de ideias democráticas, não se remetendo ao silêncio. Continuando a sua posição vanguardista na imprensa, o meio oposicionista questionou, pouco tempo após as eleições de

³³⁸*Comércio do Funchal*, nº 2036, 19 de outubro de 1969, pp. 2 e 11.

³³⁹FREITAS, João Abel de – *A Madeira nos Tempos de Salazar. A Economia 1926-1974*. Lisboa: Edições Colibri, 2015, p. 163.

³⁴⁰*Comércio do Funchal*, nº 1985, 19 de maio de 1968, p. 3.

26 de outubro de 1969, o futuro que o país iria tomar. No editorial de 2 de novembro de 1969, o semanário apontava a democratização como o caminho a seguir - a democratização política e económica. No entanto, existe um aspeto interessante no argumento apresentado: a integração na Europa Ocidental (CEE) não é vista de forma tão positiva. Segundo o mesmo, a democracia deve respeitar as realidades de cada estado, nunca forçando dois estados a serem iguais na sua construção democrática, afirmando:

*A conquista das “liberdades essenciais” dizem alguns. Pois é, mas não é preciso sair da Europa para aprender o que pode conduzir a europeização à força. O caminho terá de ser outro.*³⁴¹

Toda a expectativa de mudança, proveniente dos discursos de Marcelo Caetano, levantou questões às mentes democráticas e aos opositores nacionais. Por parte do semanário funchalense, as questões foram-se colocando logo após o escrutínio eleitoral, tendo em conta uma futura e eventual democratização. Existiu desde logo, por parte do periódico, o questionamento sobre as consequências para o país do ato eleitoral, para além de considerar desde logo a necessidade da oposição democrática rever a sua tática e estratégia políticas³⁴².

Pairava a dúvida sobre o futuro da realidade portuguesa, e desta forma, o *Comércio do Funchal* apresentou os caminhos hipotéticos, possíveis de serem tomados. Por um lado, apresenta a hipótese de uma transformação meramente superficial das estruturas e situações, ou seja, um “reformismo moderado”. Por outro lado, se vier a ocorrer uma transformação profunda, ficava-se perante um processo potencialmente de “caracter revolucionário”³⁴³. Apesar de todas as incertezas, o mesmo reconhecia que a nova legislatura teria novos desafios, influenciados pela democracia ocidental, com propostas onde a construção do “Estado Social” teria o seu início e uma certa “onda liberalizadora” poderia chegar a Portugal. No entanto, o jornal considera que ninguém do interior o regime, iria concluir tal liberalização “com o advento de uma ordem democrática”³⁴⁴. No final de 1969, num texto de João José Teixeira, intitulado “Lá vamos a caminho da Europa”, volta-se a refletir sobre as eleições para a Assembleia Nacional, ancoradas com a promessa de “renovação na continuidade” por parte do Presidente do Conselho, ou seja, modificações políticas que manteriam as infraestruturas vigentes. Refere-

³⁴¹*Comércio do Funchal*, nº 2038, 2 de novembro de 1969, p. 1.

³⁴²*Comércio do Funchal*, nº 2038, 2 de novembro de 1969, p. 6.

³⁴³*Comércio do Funchal*, nº 2039, 9 de novembro de 1969, p. 1.

³⁴⁴*Comércio do Funchal*, nº 2042, 7 de dezembro de 1969, p. 1.

se igualmente a existência de uma “oposição não contestada”, a conhecida “Ala Liberal”, bem como a exigência de construção de um Estado social, (porém, não socializante), motivada pelo aparecimento de “potentes forças económicas”³⁴⁵. A existência dessa “Ala Liberal” no seio da Assembleia Nacional é apontada no texto de Luís Ramos, intitulado de “Novo Estilo”, como um ponto de diferenciação, em comparação com as Assembleias anteriores³⁴⁶. Ainda neste número, inserido na secção “O tempo e o modo”, são referidos sistemas como o “socialismo democrático” e a “social-democracia”, como possíveis caminhos para o futuro³⁴⁷.

O editorial do último número de 1969 apontava o caminho que o jornal desejava trilhar em 1970. O editorial intitulado “Um Novo CF” evidenciava o desejo de renovação e aperfeiçoamento do periódico. Este aperfeiçoamento dependeria do número de “leitores anuais”, sendo que o *Comércio do Funchal* apontava a necessidade de crescimento no número de leitores, juntamente com a crítica e sugestões dos mesmos, para que o semanário pudesse fazer mudanças qualitativas. O ano de 1970 seria pois “o começo de uma nova caminhada”, não ignorando as dificuldades, conhecendo bem a luta que o jornal teria de travar ³⁴⁸. A expressão nacional, desejada e conseguida pelo mesmo, acaba por ser uma luta contra aquilo ao que chamaram de “isolamento insular”. Com o terceiro aniversário, é apontado a existência de dificuldades vividas ao longo dos três anos. Mas o periódico afirma-se empenhado na análise e esclarecimento dos factos, a partir de uma posição de defesa intransigente das classes desfavorecidas. Assim, o papel do periódico ao longo dos três anos é esclarecido no excerto seguinte:

Neste sentido, o CF acabou por ser – no decurso destes três anos – um espelho rasgado de tudo isso. Jornal jovem – partindo da inexperiência daqueles que desde o início a ele estiveram ligados – CF foi reflexo de uma experiência cívica em elaboração: das ideias à sua prática e desta de novo às ideias através da meditação sobre a correspondência entre uma coisa e outra, se foi percorrendo este caminho de três anos, sacudidos por duas interrupções³⁴⁹. Experiência quantas vezes áspera e amarga, mas cujo balanço nos parece oferecer – quanto mais não seja – uma lição salutar. E os erros

³⁴⁵ *Comércio do Funchal*, nº 2044, 21 de dezembro de 1969, p. 9.

³⁴⁶ *Comércio do Funchal*, nº 2044, 21 de dezembro de 1969, p. 9.

³⁴⁷ *Comércio do Funchal*, nº 2044, 21 de dezembro de 1969, p. 7.

³⁴⁸ *Comércio do Funchal*, nº 2044, 21 de dezembro de 1969, p. 1.

³⁴⁹ O *Comércio do Funchal* teve até este período mencionado duas interrupções: a primeira, no período compreendido entre 14 de maio de 1967 e 4 de junho de 1967, à qual não se sabe a razão da paragem, podendo não ter relação com a censura, pois o mesmo retoma ao mercado sem notificação da censura salazarista; A segunda interrupção, entre 2 de junho de 1968 e 3 de novembro de 1968, foi uma suspensão ordenada pelo aparelho repressivo do regime.

*são também frutos preciosos – se correctamente compreendidos e assumidos na necessária perspectiva crítica - em função dos caminhos a percorrer.*³⁵⁰

Mais uma vez, a recorrente mensagem do periódico destinado ao leitor e construído à volta do mesmo. Eis um ponto que é afirmado na conclusão do texto: o desejo de harmonizar a função de jornal regional “com o papel que já lhe cabe como órgão de vastas responsabilidades a nível nacional”. Esta vontade expressa pelo periódico, na prática, já se encontraria em ação, pois, como foi observado, o *Comércio do Funchal* detinham um público de leitores muito forte no Continente. Os textos progressistas do mesmo, a defesa da liberdade de imprensa, são por eles lidos e analisados, tendo desde logo o papel “nacional” bem patente na sua atividade. No entanto, é possível que fosse apenas uma consequência do trabalho realizado pelo semanário, sem que esta fosse intenção primária. O sucesso, alegadamente inesperado, motivou a redação a ter um foco nacional, em simultâneo com o trabalho regional que enfatizava querer continuar.

Apesar da mudança de ano, a questão eleitoral continuou bastante presente no primeiro semestre de 1970. O primeiro número de 1970 apresenta um texto da autoria de João José Teixeira, intitulado “1969 foi ano de eleições”, onde o mesmo considera “um ano marcante para uma história dos tempos atuais”³⁵¹. Resumidamente, o autor critica a atuação da dita oposição democrática. A mesma, segundo o autor, não atuou da melhor maneira, por se ter dirigido às eleições de modo semelhante ao do “bom crente”, “que todos os domingos tem de ir à missa cumprir ritual estabelecido”; por outros termos, uma ida pela presença “sob a forma que garanta a defesa de causa que representa”. O autor aponta então a postura da oposição, considerando criticável que, na circunstância política em questão, não tenha agido da maneira mais conveniente. No que toca à ação da União Nacional, devido ao significado destas eleições, alegadamente mais livres, seria possível identificar, segundo João José Teixeira, um certo reformismo - “um reformismo que se prendeu a si próprio em nome dos interesses do Povo”, apontando desde logo que existiam diversas definições para “interesses do Povo”. No fundo, o governo pretendia obter do eleitorado a confirmação de renovação na continuidade, apresentando *a posteriori* isso mesmo à comunidade nacional e internacional, somando reconhecimento e auxiliando na ação propagandística. João José Teixeira conclui então que a Oposição acabaria por colaborar nesta estratégia de Marcelo Caetano, dizendo que apenas no futuro se poderia responder, mais concretamente, se esta teriam ganho algo.

³⁵⁰*Comércio do Funchal*, nº 2045, 4 de janeiro de 1970, p. 2.

³⁵¹*Comércio do Funchal*, nº 2045, 4 de janeiro de 1970, p. 5.

A resposta ao artigo de João José Teixeira aconteceu em 1 de fevereiro de 1970, com a publicação do artigo “Das eleições/69: discute-se a Oposição”, Alberto Braga de Carvalho e Pedro Coelho. Um artigo bastante forte e de defesa da oposição, como fica patente logo no início do texto:

Com o título “1969 foi ano de eleições “ e assinado por João José Teixeira, publicou o “Comércio do Funchal” de 4-1-70 um artigo que consideramos, desde já o dizemos, como dos mais infelizes que qualquer órgão democrático de informação publicou sobre aquele tema³⁵².

Os dois autores acusam João José Teixeira de falta de maturidade política, denunciando a “carência de sentido crítico e pelo tom oportunista” do artigo. Na visão de Braga de Carvalho e Pedro Coelho, João José Teixeira não conseguiu tirar quaisquer informações das eleições legislativas, apontando limitações, escrevendo ainda que o autor seria impertinente e “de mau gosto”, pois acaba por divagar, sem construir um verdadeiro argumento sobre o tema.

Face às críticas, João José Teixeira contra-argumentou, afirmando:

Há críticas e críticas. Satisfazem-nos bastante as críticas bem construídas que nos são feitas, principalmente quando provêm de pessoas qualificadas. Mas, por outro lado, achamos reveladoras as críticas do estilo da assinada por Pedro Coelho (que pretendeu ser candidato a deputado pela CEUD de Lisboa) e Alberto B. de Carvalho – à qual não respondemos directamente, por a considerarmos, por si, suficientemente elucidativa.³⁵³

Neste segundo artigo, João José Teixeira clarificou algumas das afirmações feitas no primeiro artigo, reconhecendo que poderia ter sido mais esclarecedor. Mas afirmou também que problemas existem, sendo que resolver os mesmos seria uma tarefa conjunta de um governo aberto e uma oposição colaborante, um princípio democrático que não estaria em exercício em Portugal. Este diálogo entre as diversas tendências de oposição acaba por ser interessante, comprovando que o periódico funchalense se encontrava sempre bastante aberto, concordasse ou não, facilitando a discussão entre partes opostas, com opinião diversa dentro do mesmo tema. No fim de contas, ambos os intervenientes apoiavam a oposição democrática. No entanto, um

³⁵²Comércio do Funchal, nº 2049, 1 de fevereiro de 1970, p. 5.

³⁵³Comércio do Funchal, nº 2049, 1 de fevereiro de 1970, pp. 5 e 6.

lado demonstrou-se mais crítico da mesma do que o outro, sendo evidente a heterogeneidade dessa mesma oposição e a existência de contrastes no seu seio. Outra premissa bem assente, observada em diversas ocasiões, é de que o *Comércio do Funchal* pontuava, dentro das limitações impostas pelo regime, na divulgação da liberdade de discurso, fomentando o debate, pugnando assim pela democratização dos direitos de imprensa e expressão. O jornal procura aliás estabelecer o diálogo entre diferentes sensibilidades, afirmando, no editorial de 8 de Março de 1970, que “um jornal tem de ser uma ponte de diálogo”³⁵⁴. Todavia, esclarece, desde logo que o periódico não seria neutro:

*A história da neutralidade já está demasiado batida, para ser bem claro que neutralidade hoje é demissão; que não estar com ninguém é estar, consciente ou inconscientemente do outro lado: nada fazer é deixar caminho aberto aos que se não detêm. Assim, quando nos dizemos independentes (temo-lo repetido ao longo destes anos) não nos dizemos neutros. Queremos, apenas, significar que procuramos manter uma atitude independente de pressões de grupos mais ou menos organizados, por mais respeito que esses grupos nos possam merecer. Se uma atitude de certa facção nos parece errada, não é pelo que decerto essa facção realizou que nos absteremos de apontar o (eu nos parece) mal*³⁵⁵.

Neste sentido, o semanário preza a sua independência, defendendo-a em relação a quaisquer instâncias, inclusivamente face à oposição democrática, que a nível regional (CEDM), como a nível nacional (CDE e CEUD). Esta contínua afirmação de independência do semanário, face à comissão eleitoral da oposição madeirense suscitou aliás alguns comentários no plano regional. Por exemplo, a 12 de Abril de 1970, Alberto Teles escreveu: “A equipa que mais diretamente é responsável pela orientação do CF viu-se mais uma vez na necessidade de vir afirmar publicamente a sua dependência face a quaisquer grupos de pressão”, acrescentando ainda, que “o simples facto de num curto espaço de tempo o jornal ter de vir duas vezes a terreiro defender a sua independência, comprova claramente que esta pode estar realmente em perigo”³⁵⁶. Situando-se portanto no campo da oposição, o *Comércio do Funchal* afirmava a sua independência face aos diferentes setores oposicionistas – “sociais-democratas” ou “ultra-

³⁵⁴*Comércio do Funchal*, nº 2054, 8 de março de 1970, p. 2.

³⁵⁵*Comércio do Funchal*, nº 2054, 8 de março de 1970, p. 2.

³⁵⁶*Comércio do Funchal*, nº 2054, 12 de abril de 1970, p. 11.

esquerdistas”³⁵⁷. Uma independência que lhe permite dialogar com os setores mais reformistas e liberais da União Nacional, então transformada em Ação Nacional Popular, nomeadamente com a “Ala Liberal”³⁵⁸.

4.3. O Comércio do Funchal, a questão autonómica e a “Ala Liberal” (1970-1973)

A partir do final do primeiro semestre de 1970, o *Comércio do Funchal* começa a debruçar-se sobre as questões autonómicas, à imagem de números anteriores, em anos anteriores. No entanto, o tema em causa é retomado com uma expectativa especial, pois, como foi dito a 31 de maio de 1970, o governo manifestara desejos de avanços autonómicos nas regiões insulares³⁵⁹. Uma reunião entre Governadores e os deputados da ANP ocorrera a 29 e 31 de maio, intitulados “Estudos da Revisão do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes”. Nessa reunião estiveram presentes os Governadores Civis do Funchal, Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, bem como os deputados representantes destes mesmos círculos eleitorais. Segundo o que foi apurado, havia a real possibilidade de uma atualização do Estatuto dos Distritos Autónomos, cujo a última real modificação ocorrera em 1940, seguindo-se apenas pequenas alterações ao diploma³⁶⁰. À época, cada distrito das ilhas adjacentes usufruía nominalmente de autonomia administrativa e financeira, sendo o órgão da administração distrital autónoma a Junta Geral. Mas o semanário denunciava a existência de lacunas no foro económico, mesmo que segundo o diploma, o órgão da Junta Geral tivesse poderes para tal – poderes que não eram usados. No depoimento de um leitor – António Canavial - a questões colocadas pelo *Comércio do Funchal*, sobre o Estatuto de Autonomia, esse dava uma opinião positiva ao avanço real da autonomia dos distritos insulares, denunciando as limitações existentes:

*Para além disso, bem limitada tem sido essa “autonomia”, pois temos constatado que há tantas decisões que os nossos órgãos administrativos só podem levar a cabo depois do governo central ter dado a sua anuência final.*³⁶¹

Segundo o leitor, apesar da suposta autonomia e de todos os direitos expressos no diploma, os órgãos centrais do regime acabavam por ter controlo das juntas gerais das ilhas

³⁵⁷ *Comércio do Funchal*, nº 2054, 8 de março de 1970, p. 2.

³⁵⁸ *Comércio do Funchal*, nº 2054, 12 de abril de 1970, p. 2.

³⁵⁹ *Comércio do Funchal*, nº 2066, 31 de maio de 1970, pp. 17 e 18.

³⁶⁰ Decreto-Lei nº 31.095, in *Diário do Governo*, Série I, nº 303, 1º suplemento, 31 de dezembro de 1940, pp. 1637-1740.

³⁶¹ *Comércio do Funchal*, nº 2068, 14 de junho de 1970, p. 17.

adjacentes. Assim sendo, o poder autonómico resume-se apenas a uma aparência irreal, onde o órgão que deveria conter competências de gerência de uma autonomia, seria de facto uma marioneta da vontade do governo central. No fim, António Canavial (o leitor entrevistado), acrescenta ainda que a uma eventual revisão da autonomia, deveria ser precedida por um amplo debate público, sendo esta a “única via possível” para viabilizar a mesma; uma afirmação de linhas democráticas, de entrega de poder aos cidadãos.

A questão autonómica será de novo matéria de discussão, em especial em Novembro de 1970, devido à publicação da revisão do Estatuto de Autonomia dos distritos insulares. Este texto foi publicado pelo periódico, sendo comentado pelo mesmo, no número de 8 de novembro. O texto de revisão foi amplamente esmiuçado pelo semanário oposicionista, o qual apontou várias lacunas e críticas às sete bases do texto. Desde logo, o periódico considera que a prometida autonomia, será somente “uma simples descentralização administrativa e financeira”³⁶². Segundo o *Comércio do Funchal*, a manutenção do velho Estatuto, como é indicado na Base I, revela uma adaptação do “fato velho à moda nova”, ou seja, uma continuidade do centralismo imperante. Segundo o periódico, nenhuma das bases sugeridas inclui uma real participação e direta da população madeirense no processo político da região. Note-se que, existe uma referência a “uma mais intensa participação das populações locais no processo do seu desenvolvimento socioeconómico”. Contudo, esta afirmação é vista como “demasiado vaga e ambígua”, principalmente, pelo conhecimento de que “participação” significaria, apenas a intervenção de quem já se encontraria dentro do sistema³⁶³. Seguindo esta mesma linha, questiona-se sobre a eleição dos procuradores eleitos à Junta Geral, cujo número foi ampliado. Mas quem os elegia? E de que modo? Pela população diretamente? Ou por representantes do poder central? Sabemos agora que estes procuradores foram efetivamente escolhidos pelo governo central, sem uma real intervenção da população madeirense. O seminário denunciou também a ambiguidade da situação Governadores-Juntas. No caso em que a autonomia fosse “exata”, segundo o semanário, os governadores teriam funções meramente representativas, sendo que as Juntas teriam funções governativas. Todavia, o que ocorria na prática era uma governação conjunta entre ambas as partes, tendo a Junta à disposição de corpos administrativos e técnicos de que os Governos Cívicos careciam.

Num segundo texto, intitulado “Autonomia”, da autoria de António Loja, discute-se o conceito autonómico, à luz dos acontecimentos ocorridos na revisão do estatuto³⁶⁴. Neste texto,

³⁶²*Comércio do Funchal*, nº 2087, 8 de novembro de 1970, pp. 13 e 16.

³⁶³*Comércio do Funchal*, nº 2087, 8 de novembro de 1970, pp. 13 e 16.

³⁶⁴*Comércio do Funchal*, nº 2087, 8 de novembro de 1970, p. 16.

António Loja deixa a entender que a Madeira deveria estar dotada de um regime autonómico, pois integra uma realidade que reúne um conjunto de características que a individualizam em relação ao resto do país. Declara que a burocracia centralizada acaba por não ter em conta os problemas insulares, atuando nunca ou tardiamente para resolução dos mesmos. Neste âmbito, as decisões, segundo António Loja, deveriam ser tomadas a nível insular pelas próprias populações ligadas diretamente a cada temática em causa. Considera assim que o regime autonómico era essencial e que o estatuto deveria “negociado” entre os representantes do arquipélago e o governo central.

Embora não de forma tão evidente, a questão autonómica estará presente nas páginas do semanário até 1974. A partir de 1971, porém, os efeitos de censura fizeram-se sentir de forma mais evidente, sendo isso mesmo “denunciado” pelo semanário³⁶⁵. O periódico, no entanto, continuou a sua linha questionadora da realidade portuguesa, confrontando inclusive as promessas realizadas por Marcelo Caetano, de uma prometida mudança de um novo rumo para Portugal. Assim, Paulo Soeiro, autor do artigo “Portugal: Que Mudança?”, publicado em 31 de janeiro de 1971, avança com uma leitura daquilo que será o ano civil em causa. Paulo Soeiro afirma que as expectativas apresentadas pelo governo não deveriam passar de certos limites, “estes inteiramente assentes nos imperativos políticos dos fatores dominantes” da então conjuntura, que o Governo de Marcelo Caetano considerava restritos³⁶⁶. Segundo o autor, a “Ala Liberal” da Assembleia Nacional consideraria que essas restrições iriam além do necessário, tornando longínqua a aproximação europeia, facto que repetiam constantemente. Mais restritos ainda seriam esses limites, pelo menos no olhar de uma “certa esquerda”, enquadrada em organizações, que desejariam um reconhecimento “mesmo officioso” da sua condição; um reconhecimento que poderia representar “um passo em frente no alargamento do campo de manobra para as legislativas de 1973”:

Certos indícios, tímidos embora, parecem entretanto dar razão a esta oposição, no fundo “desejosa de colaborar com o país”, reduzida, nas condições actuais, a enrolar-se na bandeira de uma frente popular, cuja inviabilidade ficou claramente demonstrada pelo acto eleitoral de outubro de 1969.”³⁶⁷

³⁶⁵Comércio do Funchal, nº 2093, 3 de janeiro de 1971, p. 2.

³⁶⁶Comércio do Funchal, nº 2096, 31 de janeiro de 1971, p. 2.

³⁶⁷Comércio do Funchal, nº 2096, 31 de janeiro de 1971, p. 2.

As mudanças ficam, então, segundo Paulo Soeiro, estagnadas ou de evolução lenta. Algo particularmente evidente no caso da censura, que continuava a marcar negativamente a liberdade de expressão. A 25 de abril de 1971, a secção “Aqui e agora”, dedicada a notícias regionais, deixa uma mensagem simples, porém forte. Na capa desta parte do periódico, um ponto negro, de grande dimensão, acompanhado pela citação “visado pela censura”, agora também numa página interior, ainda com a descrição “CF precisa mais do que nunca do seu apoio”³⁶⁸. A este respeito, era frequente o semanário oposicionista fazer apelos ao leitor, agradecendo ao mesmo pela participação ativa. No entanto, esta mensagem aparece sem contexto aparente, nem texto elaborado, sendo exposta apenas num fundo vazio, com o já mencionado ponto e notificação sobre a censura. Posteriormente, o periódico afirmou que considerava “um ato herético” declarar-se, como acontecia na Constituição de 1933, no quarto ponto do artigo oitavo, a liberdade de expressão e pensamento, dado que o governo decretava a censura à imprensa³⁶⁹. Num texto reproduzido, da autoria de Francisco Pinto Balsemão, o mesmo apresenta um longo argumento, explicando a atuação da censura e de como a mesma tinha sido implementada e progredira ao longo dos anos³⁷⁰. Esta aparição/participação de membros da “Ala Liberal”, em textos ou intervenções, no periódico funchalense indica uma aproximação aos setores reformistas que apoiavam a liberalização do regime, rumo a uma democratização europeia³⁷¹.

Podemos situar essa aproximação à “Ala Liberal” a partir do mês de junho de 1971. No dia 20 desse mês, foi publicada uma entrevista a Francisco Sá Carneiro, por António Henriques, onde o deputado liberal aprofunda questões ligadas à bancada em que o mesmo está inserido, questões ideológicas e liberdades fundamentais, na visão do mesmo³⁷². Ainda antes da entrevista em si, foi publicada uma justificação da realização da entrevista, apontando os motivos que a fundamentam. A razão principal prende-se na dificuldade de enquadrar aqueles que, fazendo parte da Assembleia Nacional, divergiam do funcionamento do regime, sendo incorporados na X Legislatura. Logo na primeira questão, o entrevistador procurou conhecer o espectro político em que se enquadraria Sá Carneiro, se seria a ANP, as “esquerdas”, ou “a uma democracia-cristã”. O deputado afirmou que não se enquadraria em nenhuma das balizas referidas:

³⁶⁸*Comércio do Funchal*, nº 2104, 25 de abril de 1971, p. 9.

³⁶⁹*Comércio do Funchal*, nº 2115, 11 de julho de 1971, p. 5.

³⁷⁰*Comércio do Funchal*, nº 2117, 25 de julho de 1971, pp. 9-11.

³⁷¹ROSAS, Fernando – *Ob. Cit.*, 1998, p. 487.

³⁷²*Comércio do Funchal*, nº 2112, 20 de junho de 1971, p. 3-5 e 11.

*Não me parece que sejam balizas políticas aquelas que refere. É que não as há mesmo em Portugal; por isso vão sempre usando os termos de comparação do passado nacional ou do presente estrangeiro. Onde está a democracia cristã? E o que são as esquerdas? Não estou filiado na ANP, como não estava na União Nacional, nem comprometi a apoiar o Governo na minha atuação parlamentar.*³⁷³

O deputado afirmou ainda que teria aceite integrar a Assembleia Nacional, por ser necessária a realização de reformas “firmes e resolutas sem quebra da ordem pública e da paz social”, acrescentando ainda que era contra o abandono do Ultramar e pela adoção de políticas de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia. Conservou assim a liberdade de ação, segundo as palavras do mesmo, a qual nunca aceitaria despojar-se. Interessava-lhe, afirmou, “caminhar para as reformas democráticas e da participação política”³⁷⁴, considerando assim a evolução para um regime democrático um objetivo que deveria ser primário da X Legislatura.³⁷⁵ Apesar de serem englobados na “Ala Liberal”, o deputado afirma que a secção em questão não tem um funcionamento similar à de um partido, “nem sequer grupo formado e disciplinado”, pois cada um votava segundo vontade própria, por vezes de forma oposta, embora existisse princípios básicos comuns. Segundo Sá Carneiro, existe a necessidade da democratização do regime, como foi mencionado, e que tal alteração é necessária para possibilitar a democratização de outros setores. Apenas com a democratização política seria possível, por exemplo, a democratização do ensino³⁷⁶. Outra das ações democratizadoras que defende, é a supressão da censura prévia, dando mais liberdade de expressão à imprensa.

Observamos que Francisco Sá Carneiro se afasta de uma orientação política, de cariz oposicionista. Mas, ao mesmo tempo, distancia-se da ANP, referindo ter aceite integrar a lista de deputados como independente, sem filiação à organização, com intuito de auxiliar no progresso de Portugal. Direciona sempre o seu papel para a democratização, declarando de forma clara sobre a importância da liberdade de cada indivíduo e da participação ativa dos cidadãos para a tomada de decisões. Acresce ainda o papel assíduo que o mesmo tem na construção de uma retórica defensora da imprensa e dos seus direitos, sendo contra a censura e favorável à descontinuação da mesma. Assim, encontramos pontos de contacto com as ideias defendidas e projetadas pelo periódico funchalense que, ao longo dos seus números, defende

³⁷³Comércio do Funchal, nº 2112, 20 de junho de 1971, p. 3.

³⁷⁴Comércio do Funchal, nº 2112, 20 de junho de 1971, p. 3.

³⁷⁵Comércio do Funchal, nº 2112, 20 de junho de 1971, p. 3.

³⁷⁶Comércio do Funchal, nº 2112, 20 de junho de 1971, p. 4.

acima de tudo, a implantação da democracia em Portugal. Com esta entrevista, o *Comércio do Funchal* aproximou-se então da “Ala Liberal”, publicando textos dos deputados que integravam a mesma, como foi o caso de Pinto Balsemão.

O periódico noticia também as dificuldades sentidas pela “Ala Liberal” na Assembleia Nacional e a existência de discórdias com o Presidente de Conselho. Num artigo elaborado por Vicente Jorge Silva, é possível identificar o choque de ideias entre a “Ala Liberal” e Marcelo Caetano³⁷⁷. Discutem-se variados projetos de lei apresentados pelos deputados da “Ala Liberal”, projetos estes que se afastariam dos objetivos do Presidente do Conselho. Um “cheque” referido atrás por Marcelo Caetano nas suas “Conversas em Família”:

*...alguns dos meus jovens amigos da Assembleia apresentaram, sobre matéria tratadas pelo Governo ou que este anunciara já, o propósito de tratar projectos de lei com princípios que eles consideram mais rasgadamente liberais que os do Governo. E talvez sejam. Eu preferia estar na posição deles do que naquela onde estou. Até porque isso significaria que era mais novo, com sangue na guelra e com mais ilusões e menos responsabilidades.*³⁷⁸

A isto, Marcelo Caetano acrescentou (segundo Vicente Jorge Silva num “tom paternal”) que o governo teria de se preocupar não somente com o que é expresso na lei, mas também “com as possibilidades e maneiras de honestamente a cumprir”³⁷⁹. Como tal, segundo Vicente Jorge Silva, eram reduzidas hipóteses de aplicação das ideias da “Ala Liberal”:

*Se os projectos dos deputados viessem – por hipótese absurda embora – a ser aprovados, as suas possibilidades de execução prática seriam nulas. [...] Daí que, para além das “difíceis circunstâncias” e do “plano prático”, o factor ideológico se afirme também preponderante. E, neste domínio, o Chefe do Governo recordou que “uma proposta do Governo é elaborada por técnicos, submetida à apreciação de vários departamentos, examinada em reuniões ministeriais...”*³⁸⁰.

³⁷⁷*Comércio do Funchal*, nº 2118, 1 de agosto de 1971, pp. 2-3.

³⁷⁸*Conversas em Família*, 23 de julho de 1971; in *Comércio do Funchal*, nº2118, 1 de agosto de 1971, p. 2.

³⁷⁹*Conversas em Família*, 23 de julho de 1971; in *Comércio do Funchal*, nº2118, 1 de agosto de 1971, p. 2.

³⁸⁰*Comércio do Funchal*, nº 2118, 1 de agosto de 1971, p. 2.

Segundo Vicente Jorge Silva, pela ótica de Marcelo Caetano, os membros da “Ala Liberal”, deputados “desgarrados do seu grupo político”, ou seja, da Ação Nacional Popular, contradizem, pelos projetos de lei que apresentam, “o espírito da sua participação numas eleições em que se apresentaram como aliados”³⁸¹. Porém, Vicente Jorge Silva aproxima-se da “Ala Liberal”, considerando que esta podia abrir um caminho interessante para o futuro. Em 15 de Agosto de 1971. Vicente Jorge Silva publica um novo texto intitulado ““Ala Liberal”: que oposição?”. Neste artigo, considera que o discurso realizado por Francisco Sá Carneiro, a 28 de julho de 1971, na Assembleia Nacional, foi uma das mais importantes intervenções ocorridas no hemiciclo durante o Verão, falando sobre a liberdade de expressão da imprensa, sem subordinação a qualquer censura³⁸². Todavia, denuncia que a intervenção foi desvalorizada por “todos os órgãos da imprensa diária portuguesa”, não deram o relevo ao acontecimento que, segundo o autor, “indiscutivelmente merecia”. Acrescentando ainda que a desvalorização por parte da imprensa nacional exemplifica bem o estado de dependência que caracterizava a situação da imprensa em Portugal³⁸³.

Em janeiro de 1972, o *Comércio do Funchal* publicou uma entrevista, realizada pelo *República* a Sá Carneiro, fazendo este uma nova aparição no periódico oposicionista³⁸⁴. Nessa entrevista, o deputado afirma que a situação em que se encontrava era complexa e que a realidade do Governo se afastava daquilo que ele mesmo desejava e do que fora apresentado em 1969:

*É muito difícil com a situação política actual, com a falta de comunicação entre as pessoas, com a falta de informação livre, saber ao certo qual é a posição do Governo nos campos que mais interessam e que reputo fundamentais – o dos direitos cívicos e liberdades públicas. Mas efectivamente não sinto qualquer aproximação actual do campo do Governo. Creio que houve um afastamento àquilo que em 1969 foi apresentado; e parece-me que esse afastamento da parte das esferas oficiais é francamente prejudicial e funesto ao País.*³⁸⁵

³⁸¹*Comércio do Funchal*, nº 2118, 1 de agosto de 1971, p. 3.

³⁸²*Comércio do Funchal*, nº 2120, 15 de agosto de 1971, pp. 2-3.

³⁸³*Comércio do Funchal*, nº 2120, 15 de agosto de 1971, p. 2.

³⁸⁴Antes deste artigo, outro deputado da “Ala Liberal”, Miller Guerra, tem um artigo dedicado a uma intervenção sua, na Assembleia Nacional: *Comércio do Funchal*, nº 2137, 12 de dezembro de 1971, p. 5.

³⁸⁵ *Comércio do Funchal*, nº 2143, 30 de janeiro de 1972, p. 4.

Com isto, Sá Carneiro afirmou que não iria candidatar-se às eleições de 1973, devido às razões que apresenta, não achando possível que estas se colocassem em prática num curto espaço de tempo. O deputado demonstrou uma certa desmotivação perante a situação, acrescentando que o regime, sob a direção de Marcelo Caetano, não mudara em relação às linhas de Salazar, mantendo-se um regime de concentração de poderes. Segundo Sá Carneiro, a ação governativa de Marcelo Caetano tem sido feita segundo o seu próprio pensamento, pois acreditava que o Presidente do Conselho não se sujeitaria a condicionalismos externos³⁸⁶. A *posteriori*, num longo texto sobre o congresso da ANP e a “Continuidade do regime”, numa passagem onde é citado Francisco Sá Carneiro, o deputado da “Ala Liberal” declarou que a presença desta se tornara dispensável, pois existia um “problema de fidelidade” ao proposto em 1969³⁸⁷:

*E comparando depois a orientação da U.N. no período eleitoral com o programa político posteriormente adoptado pela Acção Nacional Popular, o Dr. Sá Carneiro considerava ter havido um “retrocesso que eu e muitos como eu não aceitamos, mantendo-nos fiéis à orientação inicial, que foi aquela com que nos apresentámos perante os eleitores e aquela que justificou o seu voto. É portanto um problema de fidelidade ao programa inicial, que continua a ser plenamente válido e cada vez mais necessário”.*³⁸⁸

O *Comércio do Funchal* acompanhou assim os esforços da “Ala Liberal” e as suas discórdias com o governo de Marcelo Caetano. Existem pontos em comum entre o periódico oposicionista e o conjunto de deputados liberais, que permitiram criar laços de empatia e publicar as ações destes nas páginas do semanário funchalense. Como foi mencionado anteriormente, o jornal foi um dos poucos órgãos a noticiar as atividades da “Ala Liberal”, demonstrando apoio à vontade de progresso da mesma. Tanto o semanário, como a “Ala Liberal”, consideraram que o Presidente do Conselho demonstra poucos sinais de real mudança, como mencionara Sá Carneiro e como José Manuel Barroso, redator do semanário, afirma num texto a 12 de março de 1972. Neste caso, Barroso refere-se a um discurso proferido por Marcelo Caetano, em que este apresentara argumentos contra a ação de sindicatos, da alegada

³⁸⁶*Comércio do Funchal*, nº 2143, 30 de janeiro de 1972, p. 4.

³⁸⁷O deputado Francisco Sá Carneiro mencionou este mesmo facto na entrevista presente no semanário: *Comércio do Funchal*, nº 2143, 30 de janeiro de 1972, p. 4.

³⁸⁸*Comércio do Funchal*, nº 2148, 5 de março de 1972, p. 5.

“intromissão” de elementos revolucionários nos mesmos, e contra a circulação de obras com doutrinas revolucionárias, com apelo “às tentações das utopias, dos mitos, da violência e das drogas”, acrescentando ainda que os “revolucionários” minariam os sindicatos tornando-os em “instrumentos revolucionários de luta de classes”³⁸⁹. De forma a afirmar o seu ponto de vista, Marcelo Caetano questionou retoricamente, se tal ação “em nome da liberdade e dos direitos” (acrescentando que considera “muitíssimo respeitáveis”) deveriam não ser culpabilizados, pois, segundo alega, agem contra as leis do regime, indo ao “ponto de sacrificar os direitos da população inteira à paz, à segurança”³⁹⁰. Para José Manuel Barroso, estas palavras de Marcelo Caetano eram elucidativas das reais intenções e dos limites da prometida – e não cumprida – liberalização do regime:

*O Presidente do Conselho terá feito o seu mais esclarecedor discurso. Mais esclarecedor mesmo que os da campanha eleitoral. Teve o condão de desfazer dúvidas e de colocar as coisas em pratos limpos. Tudo é claro agora, e, afinal, nunca deixará de o ser. Eis uma lição para nós todos.*³⁹¹

José Manuel Barroso reforça a ideia de estagnação do regime português, apesar da alteração do chefe de governo. Toda a esperança fomentada caíra por terra. Segundo José Manuel Barroso, toda a campanha liberalizadora serviria apenas para demonstrar uma falsa ideia de mudança. Eis que, tanto os membros da “Ala Liberal” como o *Comércio do Funchal* exprimem o mesmo sentimento: desagrado devido ao falso “progresso”, prometido por Marcelo Caetano, que no fim, não possibilitou a almejada viragem democrática do regime. Vicente Jorge Silva, a 29 de junho de 1973, escreve um texto intitulado “Quem tem medo da política?”, título chamativo e que, denuncia a frustração com a estagnação e bloqueio da prometida liberalização. E Vicente Jorge Silva remete que o medo da política vinha daqueles que “receiam precisamente a clareza”³⁹². Num novo artigo, o *Comércio do Funchal*, a propósito de um discurso proferido por Marcelo Caetano, afirma categoricamente “Nada mudou”³⁹³. Era a denúncia do fracasso, da “Primavera Marcelista” e da liberalização que não chegou a acontecer.

³⁸⁹*Comércio do Funchal*, nº 2149, 12 de março de 1972, p. 2.

³⁹⁰*Comércio do Funchal*, nº 2149, 12 de março de 1972, p. 2.

³⁹¹*Comércio do Funchal*, nº 2149, 12 de março de 1972, p. 2.

³⁹²*Comércio do Funchal*, nº 2164, 29 de junho de 1972, p. 4.

³⁹³*Comércio do Funchal*, nº 2178, 12 de outubro de 1972, p. 5.

4.4. As eleições de 1973 e o bloqueio final de liberalização do regime.

Em 1973 tiveram lugar as últimas eleições legislativas do Estado Novo. O periódico funchalense, ainda que descrente na mudança, acompanha de perto – e de forma crítica – as declarações de Marcelo Caetano. Este insiste muito na falácia do dilema de regime defendendo a ideia de que existe apenas a escolha entre a manutenção do Estado Novo, ao que apelidou de “verdadeira e sã democracia”, e a “opressão comunista”³⁹⁴. Posteriormente, num plenário realizado em Aveiro, o Presidente do Conselho afirma que não haveria terceiras vias, que o caminho é aquele mesmo que estaria a seguir, que nunca se mostrou capacidades para dinamizar alguma fórmula de social-democracia”³⁹⁵. De forma clara, Marcelo Caetano, numa entrevista realizada para uma revista francesa, a *Vission*, reproduzida num excerto no *Comércio do Funchal*, admitiu que terá travado o “processo de liberalização”, justificando-se:

Sim, é verdade que travei o processo de liberalização, pois percebi que Portugal não estava preparado para enfrentar algo semelhante ao que se passou em França com a revolução de Maio de 1968.

Os jovens da classe média não reagiram contra tal movimento. O regime português está longe de ser opressivo e de qualquer maneira o nosso país nunca conheceu uma verdadeira democracia.

*Em Portugal é real, aliás como em todo o mundo, a ameaça de um comunismo totalitário e do caos do anarquismo. As facções da ala direita têm pouco poder no nosso país, porque a tendência histórica não vai nessa direcção. O verdadeiro perigo vem da extrema-esquerda.*³⁹⁶

O periódico funchalense serve-se das declarações do chefe de governo para evidenciar o bloqueio do processo de liberalização, denunciando a continuidade com o passado. Desta forma, o jornal vai esmiuçando as opiniões, os discursos, as ações do Presidente do Conselho, comprovando a estagnação do caminho democrático que o mesmo prometera e declarara suspenso em 1973. Responde assim às afirmações do chefe de governo, o qual tinha declarado que a oposição era livre de utilizar abertamente a imprensa, dando como exemplo o caso dos

³⁹⁴*Comércio do Funchal*, nº 2202, 12 a 18 de abril de 1973, p.2

³⁹⁵*Comércio do Funchal*, nº 2212, 28 a 4 de julho de 1973, p.3

³⁹⁶*Comércio do Funchal*, nº 2215, 19 a 25 de julho de 1973, p.3

meios de comunicação social que acompanharam o Congresso da Oposição em Aveiro, sendo o *Comércio do Funchal* um deles³⁹⁷.

No entanto, nas eleições legislativas de 1973, a oposição absteve-se de apresentar lista na Madeira. À semelhança da maioria dos círculos eleitorais, no Funchal a ANP foi o único movimento – apresentar uma lista de candidatos a deputados.³⁹⁸

Apesar da não participação oposicionista na região, o *Comércio do Funchal* não deixa de manter os leitores atualizados, dando espaço à movimentação democrática existente a nível nacional. Assim, o semanário oposicionista noticiou as ações de campanha da CDE, como se pode observar na secção “especial eleições”, da tiragem nº 2221, um artigo sobre a sessão ocorrida em Sintra³⁹⁹. Ainda nesse número, um artigo de Vicente Jorge Silva, comenta a posição de Portela Filho que, segundo o autor, se trataria de um oposicionista que destoava das proclamações “unitaristas”⁴⁰⁰. O periódico, acompanhando estas mesmas eleições, realiza *dossiers* sobre a mesma, onde inclui tópicos diversos, entre os quais o problema do Ultramar. Foi aliás um dos poucos periódicos, a nível nacional, a mencionar, mesmo que de forma limitada, a questão ultramarina⁴⁰¹. Neste caso, na sequência de palavras de Magalhães Godinho, é apontado que o regime devia se atualizar, tentando resolver a questão ultramarina, sendo referidas as acusações de massacres ocorridos em África. Neste caso, existe uma aproximação entre as posições da ex-”Ala Liberal” e da oposição democrática não parlamentar, sendo que Magalhães Godinho e Francisco Pinto Balsemão defenderiam “em coro os mesmos interesses”⁴⁰². Num número posterior, Afonso Manta, autor do texto, intitulado “A «Linha» da CDE”, declarou que a oposição democrática se afirma “contra os monopólios e pelo socialismo”⁴⁰³. No entanto, o autor afirma que esta utilização do substantivo político “socialismo”, era utilizada apenas para “função demagógica”, pois existiam dissidentes que “acusavam publicamente a CDE de recusar o socialismo”, acrescentando que a palavra “socialismo” seria colocada no “título de um capítulo”, para depois ser “para sempre esquecida”⁴⁰⁴. A crítica por parte do *Comércio do Funchal*, à própria oposição democrática, demonstra que o periódico manteve até ao fim a sua independência face a quaisquer grupos políticos. Apesar de se encontrar próximo ideologicamente da CDE, não deixa de apontar o que

³⁹⁷*Comércio do Funchal*, nº 2219, 20 a 26 de setembro de 1973, p. 3.

³⁹⁸*Comércio do Funchal*, nº 2220, 27 de setembro a 3 de outubro de 1973, p. 17.

³⁹⁹*Comércio do Funchal*, nº 2221, 4 a 10 de outubro de 1973, p. 6.

⁴⁰⁰*Comércio do Funchal*, nº 2221, 4 a 10 de outubro de 1973, p. 4.

⁴⁰¹*Comércio do Funchal*, nº 2222, 11 a 17 de outubro de 1973, p. 8.

⁴⁰²*Comércio do Funchal*, nº 2222, 11 a 17 de outubro de 1973, p. 8.

⁴⁰³*Comércio do Funchal*, nº 2224, 25 a 31 de outubro de 1973, p. 17.

⁴⁰⁴*Comércio do Funchal*, nº 2224, 25 a 31 de outubro de 1973, p. 17.

considera criticável, demonstrando aqui a sua postura imparcial. *A posteriori*, Vicente Jorge Silva afirma inclusivamente:

*Evidentemente que, para além ainda das que simplesmente duvidam da oportunidade das críticas, há os que chegam a perguntar-se perplexamente de que lado, afinal, estaremos.... Ora, o problema aqui não é só de despolitização elementar – e não o é apenas, porque uma leitura por mais apressada que seja destes últimos números de CF (...) não nos parece consentir dúvidas sobre o sentido de uma orientação e do conteúdo dos textos. Trata-se, afinal, de um reflexo da habituação passiva à dicotomia clássica Governo-Oposição: Dicotomia que o regime tem alimentado como forma de “simplificar” os termos de uma alternativa (aliás fictícia) e que a “Oposição” tem mantido de modo a poder apresentar-se como única voz política representativa do povo português (...).*⁴⁰⁵

Portanto, se o bloqueio da liberalização do regime era evidente em finais de 1973, não eram menos óbvios os limites de ação política da própria oposição democrática, que estava longe de ser unida e de representar o conjunto de sensibilidades políticas presentes no país. O *Comércio do Funchal* era assim uma voz incómoda – porque independente – para todos.

4.5. O *Comércio do Funchal* e a revolução de 25 de Abril de 1974

A revolução de 25 de Abril de 1974 colocou um ponto final no regime ditatorial do Estado Novo e criou condições para a instalação da democracia em Portugal. A revolução foi saudada pelo *Comércio do Funchal* e, apesar dos acontecimentos terem ocorrido em Lisboa, a revolução teve fortes repercussões na Madeira. O *Comércio do Funchal* publicou um número sobre os acontecimentos revolucionários e acompanhou os primeiros meses do processo revolucionário no Funchal. Na tiragem número 2248, uma imagem da manifestação realizada no 1º de Maio, no Funchal. Uma capa ausente de texto anexo, apenas as tarjas fotografadas com as frases “Lutemos pela Democracia popular”, “Abaixo o Imperialismo” e “Independência das Colónias e regresso dos soldados”. É possível observar um enorme aglomerado de gente, saída à rua devido à transformação política que ocorrera dias antes, uma verdadeira mutação na sociedade portuguesa.

No editorial deste primeiro número pós-queda do regime, o *Comércio do Funchal* apresenta-se, pela primeira vez, sem limitações e condicionalismos. Um jornal finalmente livre.

⁴⁰⁵*Comércio do Funchal*, nº 2224, 25 a 31 de outubro de 1973, p. 22.

As primeiras palavras referem-se ao efeito da Revolução do dia 25 de Abril e à posição do periódico:

A eclosão dos acontecimentos de 25 de Abril e a sua sequência não podiam deixar de ter as maiores repercussões na vida de CF. Para além da modificação dos condicionalismos externos que o afectavam como órgão da imprensa legal – tal era particularmente o caso da censura -, CF encontrou-se perante o desafio súbito de novas e especiais responsabilidades. E porque CF é, à partida, um jornal feito na Madeira – ainda que com projecção nacional -, porque o CF foi o único órgão anti-fascista da imprensa regional, o seu papel tornou-se de uma extraordinária importância no âmbito madeirense.⁴⁰⁶

Neste excerto, é possível verificar a importância que o mesmo acreditava ter na realidade insular. Porém, é possível afirmar que a sua importância ultrapassa a realidade madeirense, até porque a maioria dos seus leitores estava no Continente.

Depois da queda do regime, existe uma alteração clara na forma em que o jornal se expressa. Sentido maior liberdade, sem PIDE para bloquear qualquer palavra, apresenta a realidade finda como “fascista”, vocábulo antes não utilizado, pela sua caracterização negativa, mas agora usado para descrever o regime. Por exemplo, Vicente Jorge Silva, num texto intitulado “O feitiço contra o feiticeiro”⁴⁰⁷, declara que a “política colonial fascista, sustentáculo e justificação do regime” terá provocado a queda do mesmo, “quando o beco sem saída das contradições geradas pelo colonialismo português o fechou sobre si próprio”⁴⁰⁸. Com a queda do regime, o periódico questiona-se, ainda neste mesmo número, sobre as possíveis coligações partidárias, num momento tão fresco da revolução. E Frederico Sousa questiona, desde logo, o verdadeiro intuito do Movimento do 25 de Abril:

(...) o Movimento do 25 de Abril é um movimento contra o grande capital ou corresponde a uma adequação do aparelho de Estado a novas necessidades desse mesmo grande capital, desejoso de uma “solução” política para a guerra colonial e

⁴⁰⁶Comércio do Funchal, nº 2248, 9 a 15 de maio de 1974, p. 2.

⁴⁰⁷Comércio do Funchal, nº 2248, 9 a 15 de maio de 1974, pp. 3-4.

⁴⁰⁸Comércio do Funchal, nº 2248, 9 a 15 de maio de 1974, p. 3.

*consciente de que a contenção da classe operária poderia ser feita dentro de uma liberalização do regime?*⁴⁰⁹

Segundo o autor, “os factos apontam para a segunda hipótese”. Declara que, apesar de certas medidas transitórias preventivas de fugas de capital, não se materializam outras medidas prejudiciais ao “Grande Capital”. “Dos grupos financeiros portugueses não há sinais de manifestações contra a liberalização”. No plano partidário, Frederico Sousa refere a “extraordinária fragmentação” partidária do pós-revolução. A formação de vários partidos é indicativa, segundo o autor, de que qualquer governo que venha a ser formado, tenha de ser de coligação, sendo que o primeiro executivo teria de ser provisório, integrando tanto o PS de Mário Soares, como o PCP de Álvaro Cunhal. Frederico Sousa acrescenta ainda que outras convergências políticas poderiam ter algo a dizer. E dá como exemplo o caso da Ação Democrática Social, a convergência entre o Partido Popular Democrático e os monárquicos⁴¹⁰.

Mas para Frederico Sousa há uma contradição no governo provisório devido à presença de representantes dos interesses da burguesia e do proletariado (neste caso os dois elementos do PCP). Estes estariam no governo para “garantir as liberdades democráticas para a classe operária”, que seria a “melhor garantia para a independência dos povos das colónias”. A coligação “Soares-Cunhal”, como Frederico Sousa lhe chama, parece, segundo ele, estar de acordo com um fator importante: a consolidação das liberdades. Contudo, na visão do autor, existe um certo conflito de interesses na participação comunista no Governo Provisório, sendo-lhe difícil aceitar a participação de defensores dos operários e “burgueses” na mesma frente.

*Mas os interesses dos burgueses e os dos operários são ou não antagónicos? Os operários são apenas explorados pelos patrões fascistas e não o são pelos patrões democratas de longa ou curta data? A melhor garantia contra o fascismo é a unidade da classe operária com os patrões honestos?*⁴¹¹

Frederico Sousa critica, principalmente, a postura de Álvaro Cunhal, pelo facto deste, segundo o mesmo, se entregar a interesses “burgueses”, o que tornaria o seu partido igualmente burguês. Aponta ainda que a posição de Cunhal acaba por ser desonesta, pois não teria tido garantias dos outros partidos sobre a questão das províncias ultramarinas e das suas

⁴⁰⁹Comércio do Funchal, nº 2248, 9 a 15 de maio de 1974, p. 5.

⁴¹⁰Comércio do Funchal, nº 2248, 9 a 15 de maio de 1974, p. 5.

⁴¹¹Comércio do Funchal, nº 2249, 16 a 22 de maio de 1974, p. 2.

independências, fazendo uma “política do possível”⁴¹². Situando-se na extrema-esquerda, Frederico Sousa demonstra o seu ceticismo para com as ações de Álvaro Cunhal e o Partido Comunista Português, manifestando o seu desagrado perante a atitude branda do Secretário-Geral do PCP. Num outro artigo, este de Miguel Reis, fala-se de uma “política de colaboração de classes”, que, segundo o autor, seria uma correlação de forças devido ao momento vivido, sendo este de “consolidação de liberdades democráticas conquistadas, de resistência à reação e de “liquidação total do aparelho fascista”⁴¹³.

O *Comércio do Funchal* tornou-se assim numa plataforma de debate, como o mesmo se autodescreve, sobre as causas do 25 de Abril e a queda do regime fascista, abrindo espaço para a expressão das opiniões de autores externos ao jornal. Assim foi o caso de Frederico Sousa, Miguel Reis e José Subtil (entre outros). Este último publicou um texto sobre as causas da revolução⁴¹⁴, considerando que a queda do regime se baseou em quatro pontos: a) o papel do exército na ditadura fascista em Portugal e a degradação do mesmo, com as múltiplas derrotas na Guiné, a baixa moral, e o sacrifício cada vez maior; b) a Guerra Colonial, sendo que o autor agradece aos movimentos de libertação africanos pelo contributo dado à queda do regime fascista português; c) o desajustamento entre a infraestrutura económica e a superestrutura política, havendo uma contradição entre o regime político alegadamente fascista e o domínio político burguês, com a abertura ao capital estrangeiro, sendo ainda que o país permanecia estagnado, em comparação com as “democracias burguesas avançadas”; d) a agudização da luta de classes, com as dinamizações das classes trabalhadoras, com o aparecimento de determinadas formações revolucionárias, “conduzindo a classe operária a grandes vitórias”. José Subtil termina o seu argumento, elogiando o trabalho do Partido Comunista Português e do Partido Socialista e num curto parágrafo final declara que Portugal estaria a entrar num tempo novo:

O Golpe de Estado proclama, historicamente, a liberalização que ninguém sonhara, no fundo, nem mais nem menos que aquilo que o P.C.P, P.S.P⁴¹⁵ lutavam há tantos anos.

⁴¹²*Comércio do Funchal*, nº 2249, 16 a 22 de maio de 1974, pp. 2-3.

⁴¹³*Comércio do Funchal*, nº 2250, 23 a 29 de maio de 1974, p. 2.

⁴¹⁴*Comércio do Funchal*, nº 2250, 23 a 29 de maio de 1974, p. 12.

⁴¹⁵Sigla comum nos artigos do *Comércio do Funchal* para designar o Partido Socialista.

*Este momento em Portugal constitui uma fonte inesgotável de novidades teóricas e práticas. O tempo há-de, finalmente, esclarecer a clareza da situação actual.*⁴¹⁶

No entanto, o 25 de Abril de 1974 provocou também rápidas alterações ao nível da composição da direção do *Comércio do Funchal* assistindo a uma deriva à esquerda que comprometeu a independência jornalística. Com a mudança de direção e redação do jornal, algumas das figuras que compunham o órgão saíram, umas por vontade própria, outras aparentemente forçadas. Uma dessas saídas, não forçada, foi a do membro “fundador” do periódico funchalense, na sua renovação de 1967, Vicente Jorge Silva. Este saiu pouco após o 25 de Abril, sendo o último texto publicado, assinado pelo mesmo, na tiragem número 2248, de 9 a 15 de maio de 1974. A sua saída é mencionada no número 2259, numa correção a um texto anterior, onde é dito que reconhecer-se “os aspetos altamente positivos e meritórios do trabalho de Vicente Jorge Silva”⁴¹⁷. No entanto, a verdade é que Vicente Jorge Silva não se encontrava deveras satisfeito com a nova direção do periódico, pois, numa carta publicada em outubro de 1974, contra-argumenta os pontos previamente apresentados pelo jornal⁴¹⁸. Um destes pontos diz respeito à sua retirada, que no primeiro texto mencionado é incluída no grupo que saiu por oposições externas e devido a oposições internas, o que era falso e isso mesmo é posteriormente confirmado pelo periódico.

A realidade é que com a revolução, com a queda para as “esquerdas”, o próprio semanário acaba influenciado por esse clima de radicalização política e ideológica. De facto, o pragmatismo e a imparcialidade, reconhecido mesmo pelos que se encontravam politicamente contra o periódico no passado, acaba por ser substituído por uma postura declaradamente marxista. No texto “Uma necessária autocrítica”, entre vários pontos, no fim do mesmo, em nota de rodapé, é apontada a lista de prioridades do órgão, onde incluem a luta antifascista, anticolonialista, anticapitalista e anti-imperialista, a divulgação de movimentações das “massas operárias e camponeses”, bem como a luta contra as ideias “infiltradas pela burguesia”. Apontam-se ainda como prioridade a divulgação de experiências de construção do socialismo pelo mundo, e a divulgação de textos “fundamentais” do marxismo-leninismo⁴¹⁹. Esta linha, juntamente com a conjuntura ligada à saída de membros proeminentes do *Comércio do*

⁴¹⁶*Comércio do Funchal*, nº 2250, 23 a 29 de maio de 1974, p. 12.

⁴¹⁷*Comércio do Funchal*, nº 2259, 19 a 26 de setembro de 1974, p. 1.

⁴¹⁸*Comércio do Funchal*, nº 2259, 13 a 10 de outubro de 1974, pp. 3-4 e 10.

⁴¹⁹*Comércio do Funchal*, nº 2258, 12 a 19 de setembro de 1974, p. 2.

Funchal, como Vicente Jorge Silva, de um espectro mais equilibrado e pragmático, alteram por uma última vez a estrutura e orientação do semanário. Nos primeiros anos sob gerência de Vicente Jorge Silva, existiam menções ao socialismo, e ideias que convergiam no ideário marxista, mas o jornal nunca se assumiu como órgão de propaganda política de determinado grupo político, muito menos de extrema-esquerda. Vicente Jorge Silva, numa entrevista de João Figueira, afirma, sobre o jornal, nos últimos, o seguinte:

Quando se dá o 25 de Abril eu torno-me minoritário no meio dessa grande confusão. Eles queriam tornar o Comércio do Funchal numa coisa puramente militante, num produto puramente militante ao serviço do que viria dar mais tarde o UPM, um movimento a que eu também me associei, a União do Povo da Madeira, (...). Era a coisa mais à esquerda que lá havia, que é responsável, em grande parte, pela ascensão de Alberto João Jardim porque assustaram tanto as pessoas que o Jardim surge, em parte, como reação aos calafrios provocados por esses malucos. E eu não concordava nada.⁴²⁰

O semanário oposicionista não tem uma razão estudada e concreta para justificar o fim da sua publicação. Existe contudo um conjunto de elementos que poderão facilitar a compreensão da paragem do *Comércio do Funchal*. O principal fator deve-se à desvirtuação do periódico, que após o 25 de Abril de 1974 tem a entrada de elementos com orientações de extrema-esquerda, ligadas ao movimento da UPM. A saída de elementos estruturantes facilitou igualmente a mudança radical da essência pragmática do periódico. Vicente Jorge Silva acabou por se tornar minoria, acabando igualmente por abandonar o jornal nesse mesmo ano. Esta transformação profunda poderá ter estimulado um desinteresse daqueles que seriam os leitores assíduos do *Comércio do Funchal*, deixando de o adquirir, levando assim consequentemente a problemas financeiros. Se durante o ano de 1975 o periódico ainda se demonstrou bastante ativo, publicando dentro da normalidade todos os meses, em 1976 o jornal resumiu-se a uma tiragem em abril desse ano, marcando o seu fim.

O *Comércio do Funchal* foi uma voz ativa na oposição ao regime, desde 1967 até 1974, não somente em termos insulares, mas também nacionais. Ao longo de cerca de sete anos, a redação confrontou os governos de Salazar e Marcelo Caetano, com os seus artigos e destaques, bastante avançados no seu tempo. Num processo de várias etapas, assistiu-se ao

⁴²⁰FIGUEIRA, João – *Ob.Cit.*, 2009, p. 148.

evoluir de um órgão sempre incisivo, o que levou à sua suspensão em 1968, mas também à sua forte presença nas eleições de 1969 e ao apoio à “Ala Liberal” de Sá Carneiro. Por todas as razões expostas, o *Comércio do Funchal* foi um dos principais fatores de luta contra a ditadura na Madeira, sendo tão importante quanto os oposicionistas em si. Nunca foi um órgão da comissão oposicionista e, até ao 25 de abril de 1974, manteve sempre a sua independência face a quaisquer movimentos. Acima de tudo, lutou pela democratização de Portugal.

CONCLUSÃO

No decorrer desta dissertação analisámos a evolução do protesto político da oposição regional ao Estado Novo, no arquipélago da Madeira, tendo em especial atenção os períodos eleitorais. O surgimento de uma oposição mais ativa no Distrito Autónomo do Funchal aconteceu logo após o final da Segunda Guerra Mundial. À imagem do Continente, na Madeira formou-se uma Comissão Distrital do Movimento de Unidade Democrática (MUD), fundado em 1945. A partir das eleições legislativas de 1945, a oposição regional demonstrou um progressivo crescimento, sob a liderança de João de Brito Câmara, coadjuvado por Manuel Gregório Pestana Júnior. Mas esse processo de crescimento foi lento, pois a população insular teria bem presente as consequências da repressão ocorrida na década de 1930.

Em 1949, Brito Câmara participou na campanha eleitoral de Norton de Matos para a Presidência da República. Mas a afirmação plena da oposição só aconteceu na década de 1950. Devido à sua posição de influência, o *Directório Democrato-Social*, estrutura oposicionista nacional, escolheu Brito Câmara para liderar e organizar a comissão distrital do Funchal da campanha do General Humberto Delgado. Esta situação levou a que Brito Câmara tivesse que tomar a decisão de incluir elementos do PCP, mesmo que tivesse *a priori* considerado que uma coligação com os comunistas portugueses não seria a melhor opção. Todavia, reconsiderando a sua posição, deu provas de um pragmatismo político e incluiu Ulrich da Paixão Abreu, conectado com o Partido Comunista.

Os resultados eleitorais, favoráveis a candidato do regime, foram bastante contestados pela oposição madeirense. Mesmo depois das eleições, Brito Câmara prosseguiu as suas atividades oposicionistas, o que lhe valeu a interpelação judicial pela ditadura e até a prisão, em 1960. O mesmo sucedeu com outros oposicionistas, entre os quais o comunista Ulrich Paixão Abreu, o qual já tinha sido detido em 1948, durante a perseguição a elementos do PCP, por todo o país. Independentemente da intimidação por parte das forças policiais, a oposição apresentou-se às eleições legislativas de 1961, com as candidaturas de Brito Câmara, Pestana Júnior e António Sales Caldeira. Foi de facto a última oportunidade por parte dos históricos oposicionistas madeirenses se apresentarem a eleições legislativas, ainda que tenham desistido da corrida eleitoral, à imagem do que aconteceu no continente. Após estas eleições e ao longo da década de 1960, aconteceu uma mudança geracional da oposição.

João de Brito Câmara, líder da oposição até ao final da vida, morreu em 1967, seguindo-se pouco depois o falecimento de Manuel Gregório Pestana Júnior (1969). Emergiu então uma geração mais jovem de opositores, alguns dos quais ligados ao jornal Comércio do Funchal

(casos de Vicente Jorge Silva e José Manuel Barroso), outras figuras de relevo na sociedade insular (por exemplo, António Loja e Fernando Rebelo), bem como alguns padres progressistas.

Em 1969, com a aparente abertura política de Marcelo Caetano, a oposição apresentou uma lista própria às eleições legislativas. Ao contrário do que aconteceu em Lisboa e no Porto, a oposição apresentou-se unida no Funchal, constituindo a Comissão Eleitoral Democrática da Madeira (CEDM). Seguindo a Plataforma de São Pedro de Moel, e tendo estreitas ligações com a CDE, a oposição madeirense entendeu que havia a necessidade de unir as forças para fortalecer as suas posições e reivindicações. De facto, a oposição madeirense tem consciência da necessidade de reunir forças para validar as suas exigências regionais. A *Carta a um governador*, assinada pelos futuros membros da CEDM e por muitos outros partidários da autonomia, reivindicou um conjunto de melhorias para a sociedade madeirense, apontando as fragilidades do Distrito Autónomo do Funchal e exigindo a autonomia do arquipélago.

Mesmo não conseguindo eleger deputados, a CEDM destacou-se pelo seu papel muito ativo, realizando reuniões abertas que foram amplamente assistidas por um público interessado. A CEDM levou a palavra da oposição pela ilha, não se cingindo ao Funchal, obtendo resultados “interessantes” nos concelhos da Ribeira Brava e Ponta do Sol, nomeadamente nas freguesias sede de concelho. De frisar que alguns dos membros da CEDM desempenharam cargos políticos relevantes na Madeira depois do 25 de Abril de 1974, nomeadamente Fernando Rebelo e António Loja.

De grande relevância foi a atividade jornalística do jornal *Comércio do Funchal*. Apesar de independente, o *Comércio do Funchal* acabou por apoiar a lista da CEDM. José Manuel Barroso, um dos candidatos, era redator do *Comércio do Funchal*. E Vicente Jorge Silva, gerente “refundador” do periódico, participou ativamente na campanha eleitoral da oposição. CEDM e *Comércio do Funchal* defendiam a democratização do Estado Português, bem como a promulgação de um regime de autonomia alargada para o arquipélago da Madeira.

Apesar de muitos dos seus leitores residirem fora da Madeira, em especial em Portugal Continental, o *Comércio do Funchal* pugnou pelos interesses regionais, assumindo uma postura claramente autonómica. Defendeu em vários artigos a autonomia regional, bem como a implantação de um regime democrático em Portugal. Após as eleições de 1969, deu espaço à Ala Liberal da Assembleia Nacional. O *Comércio do Funchal* denunciou também os problemas que afetavam a economia e a sociedade insulares, nomeadamente a pobreza. Devido às fortes críticas que fez ao regime, foi suspenso, em 1968. Contudo, após esta ocorrência, não se notificou outra sanção dessa grandeza. A este respeito, Vicente Jorge Silva afirmou que existiam “diálogos” com os elementos da censura, para que, de certa maneira, se deixasse “passar” o

máximo possível. Neste aspeto, a insularidade demonstrou-se benéfica para o periódico, pois facilitou a publicação de textos que noutro contexto geográfico, seriam possivelmente cortados pela censura.

Com o 25 de Abril o *Comércio do Funchal* conheceu uma transformação profunda, com a saída de elementos centrais, entre os quais José Manuel Barroso e Vicente Jorge Silva. O periódico passou a ser dominado por setores ligados ao maoísmo, desviando-o das suas bases de 1967. Com esta transformação, o periódico definhou tendo publicado o seu último número em 3 de Abril de 1976.

Neste contexto, fica demonstrado que a oposição teve vida própria na Madeira e, muito embora tenha tido relação com a oposição centrada em Lisboa, apresentou determinadas especificidades e uma grande, em especial na década de 1960. Defendeu a democratização do país; bem como a autonomia regional; denunciou as injustiças cometidas pela ditadura, bem como a situação concreta da realidade insular, fortemente condicionada pela pobreza. Acima de tudo, o estudo da oposição insular permitiu-nos obter uma visão geograficamente descentrada da vida política portuguesa durante o Estado Novo. Longe da capital, a situação política apresenta as suas próprias especificidades na Madeira, tal como fica demonstrado pela ativação da oposição, nomeadamente da CEDM. Contudo, o estudo da oposição insular extravasa em muito os limites da história local, sendo isso evidente com o impacto nacional obtido pelo Comércio do Funchal. Enfim, o estudo da oposição insular permite-nos também os antecedentes do processo revolucionário na Madeira (1974/1975), caracterizado pela luta pela autonomia regional, consagrado pela Constituição da República Portuguesa em 1976.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, José Freire – *Kennedy e Salazar: O leão e a Raposa*. Lisboa: Edições Difusão Cultural, 1992.
- CANN, John P. – *Contra-Insurreição em África, 1961-1974: o modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Atena, 1998.
- CARDINA, Miguel – *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.
- CLODE, Luís Peter – *Registo bio-bibliográfico de madeirenses: sécs. XIX e XX*. Funchal: Caixa Geral do Funchal, 1983.
- DÓRIA, Miguel França – “Dr. Fernando Rebelo: 1919-2002”, *Islenha*, nº 33, 2003, pp. 4-31.
- FARINHA, Luís – *O revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- FERNANDES, Filipa – *Levadas de Heréus na Ilha da Madeira. Partilha, conflito e memória da água na Lombada da Ponta do Sol*. Ponta do Sol: Câmara Municipal da Ponta do Sol, 2009.
- FIGUEIRA, João – *Jornalismo em Liberdade*. Coimbra: Almedina, 2009.
- FREITAS, João Abel de – *A revolta do leite: Madeira 1936*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- FREITAS, João Abel de – *A Madeira na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.
- FREITAS, João Abel de – *A Madeira nos tempos de Salazar: a economia – 1926-1974*. Lisboa: Edições Colibri, 2015.
- HENRIQUES, A. Barata & HENRIQUES, C. Pestana – *Pestana Júnior: “profeta” republicano*. Pedrogão Grande: Vila Isaura, 2010.
- LEMOS, Mário Matos e – *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário*. Lisboa: Texto Editores, 2009.
- LEMOS, Mário Matos e – *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, 2012.
- LEMOS, Mário Matos e – *1945: Estado Novo e oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*. Coimbra: Palimage, 2018.
- LOJA, António et al. – *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*. Lisboa: Âncora Editora, 2008.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *O general Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura: 1926-1931*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.
- MARTINS, Manuel Gonçalves – *O Estado Novo e a oposição: 1933-1974*. Sintra: PF, 2000.

- NEPOMUCENO, Rui – *A conquista da autonomia da Madeira: os conflitos dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006
- NOGUEIRA, Franco – *Um Político confessa-se*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1987.
- PALMA-FERREIRA, João – *As eleições de Outubro de 1969: Documentação básica*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.
- PAULO, Heloísa – *Memórias das oposições: (1927-1969)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2010.
- PIMENTA, Fernando Tavares – “A Questão Autonomica na Madeira: Elementos para uma Reflexão”, *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, nº1, 2019, pp. 659-694.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *História da Oposição à Ditadura: 1926-1974*. Porto: Figueirinhas, 2014.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *O caso da PIDE/DGS: Foram julgados os principais agentes da Ditadura portuguesa?*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2017.
- RABY, Dawn Linda – *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, 1990.
- RAMOS, Rui *et. al* - *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- REIS, Célia – *A Revolta da Madeira e Açores – 1931*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- RIBEIRO, Orlando – *A ilha da Madeira até meados do século XX: estudo geográfico*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- ROSAS, Fernando – *História de Portugal - Vol. VII: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SILVA, Gorete – “As Eleições legislativas de 26 de Outubro de 1969, na Madeira”, *Islenha*, nº 57, 2015, pp. 18–64.
- SOARES, João – *A revolta da Madeira: Açores e Guiné 4 de Abril a 2 de Maio de 1931*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979.
- SOARES, Mário – *Portugal Amordaçado*. Lisboa: Arcádia, 1974.
- TAVARES, José M. Castilho – *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009.
- TORGAL, Luís Reis; CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares – *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira. Das origens ao debate constitucional*. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições, 2019.
- VALENTE, Augusto J. M. – “Em memória do General Adalberto Gastão Sousa Dias”, *Revista Militar*, nº 2436, 2005, pp. 19-37.

VIEIRA, Ana M. de Freitas – “Pestana Júnior: Um Porto-Santense notável”, *Islenha*, nº 63, 2008, pp. 123–148.

VIEIRA, Alberto – *História e autonomia da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional de Educação, 2001.

VILAÇA, Alberto – *O MUD juvenil em Coimbra: História e estórias*. Porto: Campo das Letras, 1998.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – AN/TT (Lisboa)

Arquivo António Oliveira Salazar (AOS):

AOS/D-G/6/2, Caixa 315, capilha 5, 2ª subdivisão - Crise económica da Madeira em 1931-1932: Carta assinada por um conjunto de empresários madeirenses, enviada a António de Oliveira Salazar (30 de novembro de 1931).

AOS/D-G/6/2, Caixa 315, capilha 5, 2ª subdivisão - Crise económica da Madeira em 1931-1932: Carta de Álvaro Vieira a António de Oliveira Salazar, Ministro das Finanças (11 de dezembro de 1931).

AOS/D-G/6/2, Caixa 315, capilha 7, 2ª subdivisão - Crise económica da Madeira em 1935: Carta enviada por Oliveira Salazar para João Abel de Freitas (23 de maio de 1935).

AOS/D-G/6/2, Caixa 315, capilha 12, 2ª subdivisão – Situação económica na Madeira em 1939: Correspondência enviada por José Nosolini a António de Oliveira Salazar, sobre o “Território das Desertas” (1939).

Fundo Ministério do Interior (MI):

PT/TT/MI-GM/4-45/38, Maço 456 - Boato sobre a reintegração dos militares implicados na Revolta da Madeira (1932).

Arquivo PIDE/DGS – Registo Geral de Presos:

PT/TT/PIDE/E/010, Livro 92, registo n.º 18397 – Carlos Agapito Camacho.

PT/TT/PIDE/E/010, Livro 93, registo n.º 18405 – Ulrich da Paixão Abreu.

PT/TT/PIDE/E/010, Livro 115, registo n.º 22889 – João Creswell de Sousa.

PT/TT/PIDE/E/010, Livro 120, registo n.º 23942 – João de Brito Câmara.

Arquivo PIDE/DGS – Delegação/Subdelegação do Funchal (SF):

PT/TT/PIDE-SF, NP 427 – Arquivo Geral: Correspondência trocada com a Direção Geral sobre as ocorrências da Revolta das Águas, em Ponta do Sol (22 de junho de 1962).

PT/TT/PIDE-SF, NP 428 – Secretaria: Sugestão de aplicação de normas, propostas pela subdelegação do Funchal, em todo os aeroportos do país (14 de julho de 1964).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Carta enviada pela delegação da PIDE do Funchal para a direção da PIDE em Lisboa (11 de março de 1952).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Correspondência enviada pelo chefe da delegação da PIDE do Funchal para a direção em Lisboa (9 de maio de 1952).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Telegrama enviado pela PIDE/Interpol do Funchal para Lisboa (24 de abril de 1953).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Carta enviada pelo chefe da delegação da PIDE do Funchal (30 de maio de 1953).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Carta enviada pelo chefe da delegação do Funchal Manuel Vilão Figueiredo, para a direção da PIDE em Lisboa (8 de junho de 1953).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Carta enviada pelo subinspetor da subdelegação do Funchal, para a direção da PIDE em Lisboa (27 de setembro de 1957).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Relatório enviado pela subdelegação da PIDE do Funchal, para a direção em Lisboa (8 de junho de 1958).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Relatório sobre reunião da oposição, no Hotel Miramar (7 de outubro de 1958).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Telegrama Interpol, onde se informa que a “oposição” local pretenderia reeditar a carta do Bispo do Porto, dirigida a Salazar (17 de outubro de 1958).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Relatório sobre a organização de reuniões, pela oposição local (11 de setembro de 1959).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Relatório sobre a petição da oposição, para a disponibilização do Teatro Municipal (16 de setembro de 1959).

PT/TT/PIDE-SF, NP 431 – Serviços reservados: Carta confidencial, enviada pelo subinspetor da delegação da PIDE do Funchal, para os serviços centrais (12 de novembro de 1959).

PT/TT/PIDE-SF, NP 432 – Serviços reservados: Relatório sobre Carlos Agapito Camacho, detido em 1948 (21 de dezembro de 1960).

PT/TT/PIDE-SF, NP 432 – Serviços reservados: Relatório sobre Reinaldo da Silva Camacho, considerado um “prosélito” do comunismo (22 de dezembro de 1960).

PT/TT/PIDE-SF, NP 432 – Serviços reservados: Telegrama sobre a apresentação da candidatura da oposição local às eleições legislativas de 1961 (11 de outubro de 1961).

PT/TT/PIDE-SF, NP 432 – Serviços reservados: Correspondência dirigida a Pestana Júnior, interceptada pela PIDE (13 de dezembro de 1961).

PT/TT/PIDE-SF, NP 432 – Serviços reservados: Carta enviada pelo subinspetor da subdelegação da PIDE do Funchal, para a direção em Lisboa (10 de janeiro de 1962).

PT/TT/PIDE-SF, NP 432 – Serviços reservados: Lista de alunos ligados a Vicente Jorge Silva, numa campanha contra o governo (1 de junho de 1962).

PT/TT/PIDE-SF, NP 433 – Serviços reservados: Relatório contendo descrição de frase de ódio ao regime salazarista (11 de novembro de 1964).

PT/TT/PIDE-SF, NP 433 – Serviços reservados: Carta enviada pelo chefe da subdelegação da PIDE do Funchal, para a direção em Lisboa (12 de novembro de 1964).

PT/TT/PIDE-SF, NP 433 – Serviços reservados: Carta enviada pelo chefe da subdelegação da PIDE do Funchal, para a direção em Lisboa (23 de fevereiro de 1965).

PT/TT/PIDE-SF, NP 433 – Serviços reservados: Documentação relacionada à circular confidencial n°583/CI,(2), indicando as entradas e saídas de oposicionistas (1962-1965).

PT/TT/PIDE-SF, NP 433 – Serviços reservados: Relatórios com indicação de simpatizantes da campanha presidencial de 1958 de Humberto Delgado (1962-1965).

PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Relatório a confirmar a não participação da oposição madeirense nas eleições legislativas de 1965 (8 de outubro de 1965).

PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Carta enviada pelo chefe da subdelegação do Funchal, para a direção da PIDE (30 de agosto de 1966).

PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Serviços reservados: Documentação relacionada à circular confidencial n°583/CI,(2), indicando as entradas e saídas de oposicionistas (1965-1966).

PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência enviada pela subdelegação da PIDE do Funchal para a central (22 de setembro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência enviada pela subdelegação da PIDE do Funchal para a central (18 de novembro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência enviada pela subdelegação da PIDE do Funchal para a central (18 de dezembro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 434 – Serviços reservados: Correspondência enviada pela subdelegação da DGS do Funchal, para a central (29 de setembro de 1973).

PT/TT/PIDE-SF, NP 435 – Serviços reservados: Mandato de apreensão das Teses do Congresso Republicano de Aveiro (15 de novembro de 1957).

PT/TT/PIDE-SF, NP 435 – Serviços reservados: interceção de correspondência contendo a revista *Life* pela PIDE, destinada a Pestana Júnior (11 de dezembro de 1961).

PT/TT/PIDE-SF, NP 435 – Serviços reservados: Mandato de apreensão de boletins de propaganda da oposição de 1969 (CDE e CEUD) (14 de outubro de 1969 e 16 de outubro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório sobre a situação política no Arquipélago da Madeira, incluindo a ação da oposição e a ação da União Nacional (24 de setembro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Confidencial nº. 1 com transcrição de correspondências de João de Brito Câmara, uma para Humberto Delgado e outra para Álvaro Lins, interceptadas pela PIDE; Informações sobre a oposição local (29 de setembro de 1959).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Confidencial nº. 2 com notificação da existência do *Boletim Informativo da Resistência Portuguesa* (5 de outubro de 1959).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Confidencial nº. 3 com o nome de onze indivíduos que recebem o *Boletim Informativo da Resistência Portuguesa* (17 de outubro de 1959).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (19 de fevereiro de 1965).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (24 de setembro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (17 de outubro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (29 de setembro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (5 de outubro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (2 de outubro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (19 de outubro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (24 de outubro de 1969).

PT/TT/PIDE-SF, NP 436 – Serviços reservados: Relatório da Subdelegação da PIDE do Funchal (6 de novembro de 1969).

Arquivo e Biblioteca da Madeira – ABM (Funchal)**Fundo Luís Marino (LMR) – Panorama Literário do Arquipélago da Madeira 1986:**

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 2 – Nota biobibliográfica: Camacho, Carlos Agapito.

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 2 – Nota biobibliográfica: Câmara, João de Brito.

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 6 – Nota biobibliográfica: Loja, António E. F.

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 8 – Nota biobibliográfica: Pestana, César Augusto.

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 8 – Nota biobibliográfica: Pestana Júnior, Manuel G.

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 8 – Nota biobibliográfica: Ramos, José.

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 9 – Nota biobibliográfica: Santos, Nuno A. R. dos.

PT/ABM/LMR/A/001, Volume 10 – Nota biobibliográfica: Trindade, Aníbal F. F. da.

Arquivo João Brito Câmara (JBC) – Atividade política:

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 124 – Correspondência com o General Humberto Delgado (16 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 125 – Correspondência com o General Humberto Delgado (maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 127 – Carta redigida por Nuno R. dos Santos, com apresentação de uma proposta do PCP (6 de março de 1957).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 128 – Carta de João de Brito Câmara, para Nuno R. dos Santos (21 de março de 1957).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 129 – Correspondência do *Directório Democrato-social*, por Mário Azevedo Gomes e Armando Adão e Silva, solicitando a criação de núcleos representativos e respetivas comissões distritais (22 de novembro de 1957).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 131 – Correspondência de Teófilo Carvalho dos Santos para Manuel Gregório Pestana Júnior (2 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 134 – Correspondência de Teófilo Carvalho dos Santos para João de Brito Câmara (3 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 136 – Carta de João Rodrigues Figueira (20 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 137 – Correspondência expedida para Armando Adão e Silva (3 de dezembro de 1957).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 140 – Correspondência expedida para Teófilo Carvalho dos Santos (25 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 141 – Correspondência de João de Brito Câmara para Teófilo Carvalho dos Santos (3 de junho de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 146 - Certidão assinada pelo Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Funchal a indeferir a cedência do Mercado dos Lavradores, para a realização de duas sessões de propaganda (1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 147 – Ofício n.º 1470: cedência do Teatro Municipal Baltazar Dias à Comissão Distrital da União Nacional (23 de maio 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 148 - Comunicado com n.º 116, L. S., n.º 1316: Autorização da reunião de propaganda da candidatura do General Humberto Delgado (26 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 149 – Correspondência com o Governador Civil do Funchal, João Camacho Freitas (14 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 151 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 154 – Correspondência da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (9 de junho de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 157 – Manuscrito da Comissão Distrital do Funchal da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado, para o Governador Civil do Distrito Autónomo do Funchal (10 de junho de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 163 – Carta do Reitor do Liceu Jaime Moniz do Funchal (22 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 164 – Carta para o Bispo do Funchal, D. David de Sousa (22 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 172 – Telegrama enviado para o Ministro do Interior (23 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 173 – Telegrama enviado para o Ministro do Interior (25 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 191 – Correspondência expedida para *Diário de Notícias* da Madeira (19 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 200 – Apontamentos do discurso da 1ª sessão de propaganda, de João de Brito Câmara (27 de maio de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 201 – Discurso de João Brito da Câmara, na segunda sessão de propaganda (2 de junho de 1958).

PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 207 – 2º comunicado (4 de junho de 1958).

- PT/ABM/JBC/C-A, Caixa 5, documento 210 – Comunicado N.º. 1 (15 de maio de 1958).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 9 – Apontamentos para elaboração de um discurso, na Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos (1949).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 27 – Correspondência com Agostinho Cardoso (14 de julho de 1951).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 29 – Correspondência com Alberto Vieira Gomes (31 de outubro de 1957).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 30 – Correspondência expedida a Alberto Figueira Gomes (2 de novembro de 1957).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 36 – Carta incompleta, dirigida ao Presidente da República (sem data indicada, possivelmente de 1965 pela menção do ano por duas vezes).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 37 – Correspondência para José Ramos (11 de novembro 1953).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 38 - Carta enviada por José Ramos (14 de novembro de 1953).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 39 – Carta enviada por Manuel João da Palma Carlos (10 de abril de 1956).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 40 – Carta enviada por Manuel João da Palma Carlos (8 de maio de 1956).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 41 – Carta enviada para Manuel João da Palma Carlos (5 de maio de 1956).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 42 – Correspondência de João Inocêncio Camacho de Freitas (10 de novembro de 1961).
- PT/ABM/JBC/C-B, Caixa 6, documento 57 – Manifesto dos Candidatos a Deputados de Oposição pelo Círculo do Funchal (novembro de 1961).

FONTES IMPRESSAS

LOJA, António; *et. al.* – *Carta a um governador: 22 de Abril de 1969*. [s.l.]: [s.n.], 1994 (reedição).

IMPrensa

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Comércio do Funchal, 1967-1974.

Diário de Notícias (Lisboa), maio de 1958.

Jornal da Madeira, 1958-1961.

Voz da Madeira, setembro-outubro de 1969.

Arquivo e Biblioteca da Madeira (Funchal)

Diário de Notícias (Madeira), 1945-1969.

Legislação

Diário do Governo, 1ª série, n.º 21/1931, 26 de janeiro de 1931.

Diário do Governo, 1ª série, 1º Suplemento, n.º 284/1932, 5 de dezembro de 1932.

Diário do Governo, 1ª série, n.º 130/1936, 4 de junho de 1936.

Diário do Governo, 1ª série, n.º 209/1936, 5 de setembro de 1936.

Diário do Governo, 1ª série, 1º Suplemento, n.º 303/1940, 31 de dezembro de 1940.

Diário do Governo, 1ª série, n.º 213/1945, 22 de setembro de 1945.

Diário do Governo, 1ª série, n.º 191/1965, 25 de agosto de 1965.

Diário do Governo, 1ª série, n.º 212/1969, 10 de setembro de 1969.

SIGLAS

ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira

ANP – Ação Nacional Popular

AN/TT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo

ASP – Acção Socialista Portuguesa

CDE – Comissão Democrática Eleitoral

CEDM – Comissão Eleitoral Democrática da Madeira

CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática

CF – Comércio do Funchal

DDS – Diretório Democrato-social

DG/AAC – Direção-geral/Associação Académica de Coimbra

IANT - Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos

MDM – Movimento Democrático da Madeira

MUD – Movimento Unidade Democrática

MUDJ - Movimento Unidade Democrática Juvenil

MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Antifascista

NATO - North Atlantic Treaty Organization

PCP – Partido Comunista Português

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança

PS – Partido Socialista

UPM – União do Povo da Madeira

UN – União Nacional

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization